

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
NÍVEL DOUTORADO

ANTONIA MARLENE VILACA

**POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS MULHERES:
uma análise a partir da trajetória de ativistas em Cascavel/PR**

São Leopoldo

2019

ANTONIA MARLENE VILACA

**POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS MULHERES:
uma análise a partir da trajetória de ativistas em Cascavel/PR**

Tese apresentada como requisito para a obtenção do título de doutora no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – Doutorado, Área: Identidades e Sociabilidades, Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS.

Orientadora: Profa. Dra. Miriam Steffen Vieira

São Leopoldo

2019

V695p Vilaca, Antonia Marlene.
Políticas públicas para as mulheres: uma análise a partir da trajetória de ativistas em Cascavel/PR / Antonia Marlene Vilaca. – 2019.
114 f. : il.; 30 cm.

Tese (doutorado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2019.
“Orientadora: Profa. Dra. Miriam Steffen Vieira”.

1. Feminismo. 2. Política pública. 3. Feministas – Cascavel (PR). I. Título.

CDU 305-055.2

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Bibliotecário: Flávio Nunes – CRB 10/1298)

ANTONIA MARLENE VILACA

**POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS MULHERES:
uma análise a partir da trajetória de ativistas em Cascavel/PR**

Tese apresentada como requisito para a obtenção do título de doutora no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – Doutorado, Área: Identidades e Sociabilidades, Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS.

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Dra. Miriam Steffen Vieira – Orientadora

Profa. Dra. Laura Cecília Lopez

Profa. Dra. Monika Dowbor

Profa. Dra. Fernanda Bittencourt Ribeiro

Profa. Dra. Margarete Fagundes Nunes

Dedico às ativistas feministas.

AGRADECIMENTOS

Escrever uma tese é um momento um tanto quanto solitário; contudo, não poderia ser feito sem o apoio de várias pessoas às quais gostaria de agradecer.

Inicialmente, agradeço à minha orientadora, professora Miriam Steffen Vieira, pela compreensão, por ser firme e constante nos apontamentos e na condução dos trabalhos, por sua gentileza e humanidade, por sua paciência, principalmente, diante das minhas limitações e dificuldades ao longo do caminho.

Ao reitor da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), magnífico Paulo Sérgio Wolff, pelo apoio e incentivo na qualificação constante do quadro de servidores da universidade, na parceria do Convênio UNIOESTE/UNISINOS.

Ao diretor do *Campus* de Cascavel, professor Alexandre Webber, pelo apoio à qualificação dos servidores.

À Universidade Estadual do Oeste do Paraná, por apoiar e incentivar a qualificação constante dos seus servidores e alguns colegas que, de alguma forma, foram importantes nessa caminhada: Edite Pinheiro, Sandra Regina de Albuquerque Alves, Rejane Rodrigues, Magali Magalhães.

Ao coordenador local do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, professor Fábio Lopes.

A todos os professores do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, especialmente aos professores doutores Laura Cecília Lopez, Monika Dowbor, Aloisio Ruchinsky, Carlos Alfredo Gadea, Marília Veronese, Luiz Inácio Gaiger e Adriane Vieira Ferrarini.

Às assistentes do Programa de Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UNISINOS, Maristela Simon e Christina Mittanck Barasuol.

De forma especial, às ativistas que foram interlocutoras deste trabalho, por doarem seu tempo e compartilharem suas vidas. Agradeço por tudo que aprendi com elas, por serem essas mulheres incríveis. A elas, também dedico esta tese.

Aos grupos de ativismo feminista e cultural da cidade de Cascavel: União Brasileira de Mulheres (UBM), Rosa, Mônica, Mari, Rosângela; também a Cléo, aos Coletivos 8 de março, Coletivo Araukaida e Coletivo Casanoz.

Aos meus progenitores (*in memoriam*), Antonio Vilaca e Leonida Bastian Vilaca. À minha irmã, pela energia positiva, por me ouvir, me aconselhar, ser parceira e estar na torcida constante.

Aos meus amados filhos, Samuel Vilaca Telles e Davi Vilaca Telles, muito obrigada por serem a melhor parte de mim. Agradeço pela paciência com sua mãe, por sua maturidade em enfrentar a vida e, sem dúvida, por serem maravilhosos parceiros nesta trajetória.

À minha amiga e parceira de doutorado Marines Rute de Oliveira. 20 anos trabalhando na mesma instituição, e foi o doutorado que nos aproximou. Obrigada, amiga, pelo companheirismo, pela parceria acadêmica, projetos, por ser boa ouvinte e interlocutora nos vários períodos desta trajetória.

À Rita Melânia Webler (*in memoriam*), professora da graduação, que me incentivou a seguir sempre em frente, que mostrou com o exemplo da sua vida que as mulheres podem e devem seguir seus sonhos, ser felizes.

Aos colegas da turma do doutorado Convênio UNIOESTE/UNISINOS, Mari Monteiro, Evanilde, Jandira, Janete, Lisete, Vera Lúcia, Claudia, Anelise, Emerson, Alberto, Aroldo, Vinicius.

Aos amigos do Coral Municipal e Grupo Vocal Canticum, que fazem da vida uma canção e da música momentos incríveis. A música é uma terapia, uma alegria.

Aos amigos Adriano Vergutz, Aline e Alexandre Grossklass, Carine Nardelli, Mayara Corbari, Luiz Corbari e Bruno Parra por serem meus irmãos NNRBs.

Aos colegas do ativismo cultural em Cascavel, em especial Giordana Galvan Lube, que é a maestrina da Orquestra Sinfônica de Cascavel, colega de luta nas causas culturais.

Aos amigos e amigas que estiveram lado a lado nessa trajetória, irmãzinhas e amigas cantoras, Márcia Fagundes, Luzia Lulli, Fran, Margarida.

Aos amigos ativistas culturais Rosa Santos, Soraya Amaral, Mari, Leonardo, Ivania, Fran Olmedo, Neidinha Oviedo, Alexandrina.

Aos meus gatinhos, isso mesmo, aos meus amiguinhos de patas. Tenho neles uma companhia e um amor aconchegante. Shiva (*in memoriam*), Thanos (*in memoriam*) e ao meu trio Natasha, Lise e Koda, por seus ronrons e por sua constante companhia.

Desconstruindo Amélia

Pitty

O ensejo a fez tão prendada
Ela foi educada pra cuidar e servir
De costume esquecia-se dela
Sempre a última a sair
Disfarça e segue em frente
Todo dia, até cansar
E eis que de repente ela resolve então mudar
Vira a mesa,
Assume o jogo
Faz questão de se cuidar
Nem serva, nem objeto
Já não quer ser o outro
Hoje ela é um também

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - A primeira formação do CNDM era vinculada ao Ministério da Justiça	41
Figura 2 - Estruturação da SPM a partir de 2003 (Governo Lula)	43
Figura 3 - Estrutura de membros integrantes no Conselho Nacional dos Direitos da Mulher	45
Figura 4 - Estrutura de membros integrantes do Conselho Nacional Direitos da Mulher em 2008.....	46
Figura 5 - Estrutura do Conselho Nacional Direitos da Mulher em 2014.....	47
Figura 6. Rede de articulação do movimento feminista em Cascavel-PR	63
Figura 7. Espaços de ativismo feminista em Cascavel-Pr.....	80

LISTA DE TABELAS

- Tabela 1 Coletivos participantes dos trabalhos da UBM
- Tabela 2 Taxa de homicídio de Mulheres por Unidade de Federação – Brasil, 2005 a 2015
- Tabela 3 Movimentos sociais que integraram o coletivo 8 de março

LISTA DE SIGLAS

ACAPAC	Associação Cascavelense de Amigos da Pastoral da Criança
ACIC	Associação da Indústria e Comércio de Cascavel
APP	Sindicato dos Professores da Rede Estadual
CAM	Comitê de Articulação e Monitoramento
CDH	Centro de Direitos Humanos de Cascavel
CEBs	Comunidades Eclesiais de Base
CEDIP	Centro Especializado de Doenças Infecto-Parasitárias
CMDM	Conselho Municipal dos Direitos da Mulher
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNDM	Conselho Nacional dos Direitos da Mulher
CODEM	Coordenação das Delegacias da Mulher
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
FUNARTE	Fundação de Artes
GDE	Programa Gênero e Diversidade na Escola
HUOP	Hospital Universitário do Oeste do Paraná
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LBT	Lésbicas, bissexuais e transexuais
MASTRO	Movimento de Agricultores Sem-Terra no Oeste do Paraná
MMM	Marcha Mundial das Mulheres
MPMP	Movimento Popular das Mulheres no Paraná
ONU	Organização das Nações Unidas
OPEVEL	Ordem dos Pastores de Cascavel
PNAISM	Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Mulheres
PNPM	Plano Nacional de Políticas para as Mulheres
PR	Paraná
SAE	Secretaria de Políticas do Trabalho e Autonomia Econômica das Mulheres
SAIAT	Secretaria de Articulação Institucional e Ações Temáticas
SAV	Secretaria de Audiovisuais
SECADI	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Inclusão
SEV	Secretaria de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres
SIPROVEL	Sindicato dos Professores Municipais de Cascavel

SIM	Sistema de Informação de Mortalidade
SPM	Secretaria de Políticas para as Mulheres e do Conselho Nacional de Direitos da Mulher
UBM	União Brasileira de Mulheres
UNIOESTE	Universidade Estadual do Paraná
UNISINOS	Universidade do Vale do Rio dos Sinos
UPA	Unidade de Pronto Atendimento

RESUMO

A presente tese tem por objetivo analisar o ativismo feminista contemporâneo em Cascavel/PR, a partir da trajetória de mulheres ativistas. Tendo como marco os ativismos que ocorrem dentro e fora do Estado, esta tese visa analisar como estas mulheres estão articulando suas ações às políticas públicas para mulheres, considerando a diversidade do feminismo, numa análise interseccional de gênero, raça e classe. A análise irá focalizar as seguintes dimensões: (1) identificar os movimentos de mulheres e ativismos feministas em Cascavel/PR, a partir das trajetórias de quatro mulheres ativistas; (2) verificar as formas de integração entre os ativismos feministas e as ações para políticas públicas para as mulheres; (3) apresentar como se dão as práticas dessas ativistas em meio ao campo discursivo de ação e participação. A pesquisa de campo foi desenvolvida no período de outubro de 2016 a janeiro de 2018, e está apoiada em entrevistas semiestruturadas centradas nas trajetórias de ativismos.

Palavras-chaves: Ativismos feministas. Trajetórias de vida. Cascavel/PR.

ABSTRACT

This thesis aims to analyze the contemporary feminist activism in Cascavel/PR based on the trajectory of women activists. Besides that, it aims to analyze how these women are articulating their actions to the public policies for women, considering the activism that took place inside and outside the state, looking at the diversity of feminism in an intersectional analysis of gender, race, and class. The analysis will focus on the following aspects: (1) to identify women's movements and feminist activism in Cascavel/PR based on the trajectories of four women activists; (2) to verify the forms of integration between feminist activism and public policy actions for women; (3) to present how these activists practices take place in the discursive field of action and participation. The field research was conducted from October 2016 to January 2018, and it was based on semi-structured interviews about the trajectories of activism.

Keywords: Feminist activism. Trajectories of life. Cascavel/PR.

RESUMEN

La presente tesis tiene el objetivo de analizar el activismo feminista contemporáneo en Cascavel/PR, a partir de la trayectoria de mujeres activistas. Contextualizándose en los activismos que se llevan a cabo dentro y fuera del Estado, esta tesis busca analizar cómo estas mujeres están articulando sus acciones con las políticas públicas para mujeres, considerando la diversidad del feminismo, en un análisis interseccional de género, raza y clase. El análisis se enfocará en las siguientes dimensiones: (1) identificar los movimientos de mujeres y activismos feministas en Cascavel/PR, a partir de las trayectorias de cuatro mujeres activistas; (2) verificar las formas de integración entre los activismos feministas y las acciones para políticas públicas para mujeres; (3) presentar cómo se llevan a cabo las prácticas de tales activistas en medio al campo discursivo de acción y participación. La investigación de campo se desarrolló durante el período de octubre de 2016 a enero de 2018, y se fundamenta en entrevistas semiestructuradas centradas en las trayectorias de activismos.

Palabras clave: Activismos feministas. Trayectorias de vida. Cascavel/PR.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 MOVIMENTOS SOCIAIS E AS POLÍTICAS PÚBLICAS	17
2.1 Contextualização do debate teórico	17
2.2 O Estado e as Políticas Públicas	22
2.3 A interpenetração entre Sociedade Civil – Ativismo – Estado	28
3 REVISITANDO FEMINISMOS E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA E DAS MULHERES NO BRASIL	31
3.1 Os movimentos feministas como um campo discursivo heterogêneo	31
3.2 Feminismos no Brasil	34
3.3 Políticas Públicas para e das Mulheres no Brasil	35
3.4 Espaços de participação, debates e formulação das Políticas Públicas para Mulheres	39
4 FEMINISMOS E POLÍTICAS PARA E DAS MULHERES EM CASCAVEL/PR	50
4.1 Contextualizando Feminismos no Paraná	50
4.2 A Composição do Conselho Municipal de Direitos da Mulher de Cascavel – CMDM	52
4.3 O movimento feminista em Cascavel/PR	58
5 TRAJETÓRIAS DE VIDA: O ATIVISMO FEMINISTA	61
5.1 Contextualizando os Ativismos Feministas em Cascavel/PR	61
5.2 Inserção em campo: conhecendo as ativistas	64
5.3. A área de ação das protagonistas dessa pesquisa	73
5.3.1. O que querem essas mulheres?	77
5.4. Quem são essas ativistas feministas?	82
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	101
REFERÊNCIAS	105
APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO	110

1 INTRODUÇÃO

Venho me dedicando a este campo de estudos desde o mestrado, em 2013, versando a temática da “presença das mulheres na história da Educação”. Na dissertação, foi possível perceber que as mulheres foram sujeitos históricos atuantes e muito importantes para a história da Educação no Brasil. Num primeiro momento, elas não tiveram acesso às escolas, principalmente as mulheres pertencentes à classe trabalhadora, posteriormente, foram elas os pilares para a implantação do novo projeto educacional brasileiro.

Tendo como recorte temporal a década de 1930, abordei a dimensão histórica do acesso das mulheres à educação e a sua entrada no campo profissional. Essa pesquisa me instigou o interesse em seguir nesta temática, mas agora na contemporaneidade. A minha aproximação com os grupos feministas e o movimento de mulheres possibilitou conhecer a diversidade de grupos e as suas formas de atuação. Assim, dando continuidade às pesquisas com as mulheres, me interessou conhecer como, na cidade de Cascavel, ocorria a presença delas nos movimentos sociais, bem como quais os coletivos feministas existentes na cidade, suas trajetórias e como estavam as pautas de suas lutas. Assim, a presente pesquisa tem como atenção primordial discutir o ativismo de mulheres que estão articulando suas ações às Políticas Públicas para Mulheres na cidade de Cascavel, considerando a diversidade de atuações feministas.

Os movimentos sociais na América Latina e no Brasil, de acordo com pesquisadoras como Sonia Alvarez (2000), Angela Alonso (2009), Maria da Glória Gohn (2009) e Celi Regina Jardim Pinto (2003), tem por meio de um ativismo feminista desenvolvido uma agenda política voltada aos direitos das mulheres e à igualdade de gênero. Alvarez (2000), ao analisar os movimentos sociais na América Latina, assinalou a atuação feminista na diversidade do feminismo, em que a unidade na diferença dos feminismos heterogêneos e multifacetados deste continente se configuraram como um descentramento saudável do feminismo latino-americano e é caracterizado como um campo de ação expansivo, policêntrico e heterogêneo, que abarca uma ampla variedade de arenas culturais, sociais e políticas. Entretanto, ela aponta também que esses desdobramentos recentes das políticas de gênero em escala nacional e global desencadearam contradições profundas dentro do campo do movimento feminista latino-americano contemporâneo, gerando novos conflitos e acentuando os antigos. (ALVAREZ, 2000).

Para algumas teóricas feministas (BAIRROS, 1995; ALVAREZ, 2000), dentro do movimento feminista, houve mudanças não somente na nomenclatura, como também na

diversidade do próprio movimento: mulheres de camadas populares, mulheres negras, mulheres índias, ou seja, múltiplos pertencimentos identitários.

A questão do trabalho aqui proposto é entender a própria história do movimento feminista em Cascavel/PR, compreendendo o ativismo feminista e sua atuação política feminista em sua diversidade de relações com as políticas públicas para mulheres, sendo consideradas as singularidades e a diversidade em suas trajetórias de vida e a sua relação com o movimento feminista e as políticas voltadas aos direitos das mulheres.

Assim, o objetivo geral desta pesquisa é analisar o ativismo feminista contemporâneo em Cascavel/PR, a partir da trajetória de quatro ativistas feministas, focalizando as seguintes dimensões: (1) identificar os movimentos de mulheres e ativismos feministas em Cascavel/PR, a partir das trajetórias de mulheres ativistas; (2) verificar as formas de integração entre os ativismos feministas e as ações para políticas públicas para as mulheres; (3) apresentar como se dão as práticas dessas ativistas em meio ao campo discursivo de ação e participação.

A estrutura da tese está organizada em cinco capítulos, além deste primeiro, introdutório. O segundo capítulo se propõe a uma historicização dos movimentos sociais no Brasil, em seu surgimento, trajetória, atuação; analisando, ao longo da história, como foi se organizando e (re)organizando a partir do contexto político, econômico, cultural, principalmente a partir da década de 1970, momento em que o movimento feminista no Brasil se propôs a fortalecer a agenda em prol de políticas públicas para as mulheres, revelando-se num feminismo contemporâneo em que as categorias de “ativista” e “ativismo” não estarão necessariamente atreladas há algum movimento social específico, devido à interpenetração que assumem a sociedade civil e o Estado.

O terceiro capítulo tem por objetivo pontuar a diversidade do feminismo, seja no campo teórico, como nas práticas políticas. Principalmente, visa entender como o movimento feminista vem, ao longo dos anos, se desenvolvendo, estruturando e reestruturando, em agendas reivindicatórias, a partir de demandas específicas, amplas, inter e multidisciplinares, em meio à própria diversidade de feminismos. Verifica-se, igualmente, como os movimentos feministas se encontram num campo discursivo e heterogêneo em que as políticas públicas para as mulheres são discutidas e debatidas, em espaços de participação que foram historicamente construídos nesse processo reivindicante de ativismo presente no campo político de interação e ação entre Estado e sociedade civil.

No quarto capítulo, apontamos os espaços de participação política das mulheres no Brasil e na cidade de Cascavel/PR. Apresentamos a dinâmica das Políticas Públicas para as

Mulheres no Brasil desde a criação do Conselho Nacional de Políticas para Mulheres, bem como a questão da participação e ação do movimento feminista e da ação das mulheres. Esse capítulo vem complementar ainda o debate do capítulo anterior em relação aos novos feminismos, nos quais a participação das mulheres se dará a partir de uma atuação, que pode estar ocorrendo dentro, fora e também numa relação mútua com o movimento. Contextualiza-se, também, o movimento feminista no Paraná, que esteve atuante em meio aos movimentos sociais. Nesse capítulo, por fim, se apresenta a composição do Conselho Municipal de Direitos da Mulher de Cascavel, analisando sua trajetória e atuação no município e como tem sido sua interação em meio ao ativismo feminista contemporâneo.

E, no quinto capítulo, apresentamos as quatro trajetórias de mulheres ativistas feministas em Cascavel, observando cada uma das diferentes histórias e procurando perceber a partir do conceito de ativismo de Rebeca Abers (ABERS; VON BÜLOW, 2011): como esse ativismo interage com as políticas públicas na cidade de Cascavel.

Esta dissertação encerra-se com as considerações finais, referências e apêndice, que contém o termo de consentimento livre e esclarecido utilizado para a consecução desta pesquisa.

2 MOVIMENTOS SOCIAIS E AS POLÍTICAS PÚBLICAS

2.1 Contextualização do debate teórico

Neste capítulo, lançamos o olhar para a historicização dos processos históricos dos movimentos sociais no Brasil, para, posteriormente, compreendermos os ativismos feministas e os debates teóricos advindos deste campo.

Alguns autores apresentam análises que nos permitem compreender a historicização dos movimentos sociais, seu surgimento, trajetória, atuação e como vão ao longo da história se organizando e (re)organizando a partir do contexto político, econômico, cultural e social. (JACOBI, 1989; GOHN, 1995; 2013; ALONSO, 2009; SCHERER-WARREN, 1996; 2006; QUEIROZ, 2012; TOURAINE, 1998; MELUCCI, 1989; ABERS; VON BÜLOW, 2011; LOPES; HEREDIA, 2014).

Jacobi (1989) faz uma análise dos movimentos sociais no Brasil, num momento de um governo autoritário, em fase de mudança controlada. Sua proposta metodológica apresenta uma análise com dois modos de interpretação dos movimentos sociais:

Partiu-se da proposta de compreender, por um lado, o caráter dos efeitos político-institucionais da ação coletiva, a influência dos articuladores sociais na dinâmica das lutas e o reflexo das transformações ocorridas no plano das lutas e o reflexo das transformações ocorridas no plano das burocracias públicas na dinâmica da sua interação com o movimento social, no contexto de um governo autoritário e no limiar de um momento de transição controlada. Por outro lado, procurou-se desenvolver, a partir da interpretação dos atores envolvidos (moradores, articuladores sociais e órgãos governamentais), uma análise sobre o significado do processo de organização, interação-dialogo-pressão com o poder público. (JACOBI, 1989, p. 5).

A novidade dessa proposta metodológica é que, ao analisar os sujeitos e as relações entre eles, Jacobi (1989) rompe com os estudos que eram realizados até então, baseados na análise da interação que girava em torno dos polos antagônicos: Estado e movimentos sociais. A novidade desse modo de análise é que, na prática, traz à cena a vivência dos atores envolvidos e pensa como os movimentos sociais se articulam, se mobilizam, a partir não apenas dos referenciais do coletivo, mas do cotidiano dos envolvidos.

Jacobi (1989) aponta, ainda, que essa forma de análise permite perceber a questão da interação entre Estado e movimentos sociais, vislumbrando a construção do processo político entre eles e como ambos são agentes de transformação no processo. Isso vem corroborar a proposta apresentada como metodologia de análise em nossa pesquisa, quando voltamos o olhar

para o ativismo das mulheres dentro e fora dos movimentos sociais e também nos organismos e aparatos governamentais, na tentativa de perceber suas articulações e relações de forma dinâmica e sistêmica e observar como isso contribui para a construção de políticas públicas para as mulheres no município de Cascavel/PR.

Essa mudança na análise das lutas e movimentos sociais já vem sendo apontada com destaque por vários autores. Isso porque a dinâmica de constituição do próprio Estado vem se alterando, e as relações entre governo e sociedade civil também vêm se especificando em suas formas de atuação e ação. Essas mudanças são fruto da própria mudança da natureza dos movimentos sociais. A partir do momento em que o Estado vai se organizando e reorganizando, as antigas formas de lutas históricas de disputa de poder, de ordem econômica e do trabalho, vão dando espaço para outras formas reivindicatórias dos grupos que se formaram a partir dessa transição de momentos históricos, em que os grupos sociais vão se constituindo e se definindo a partir de novas necessidades.

Para Maria da Glória Gohn (1995), as lutas e os movimentos sociais da primeira metade do século XIX tiveram como característica esses momentos de desvio da ordem de poucos contra os poderes constituídos. Sob alianças contraditórias e frágeis, a diversidade de seus componentes não tinha força suficiente capaz de unir e fortalecer o movimento, ou seja, a diversidade e a heterogeneidade dos grupos sociais fizeram com que muitos fossem efêmeros. Em fins do século XX, conforme a autora, as lutas inverteram os sinais, pois a pobreza e a exclusão social deixaram de ser sinônimos, isso porque o desenvolvimento do capitalismo gerou guetos de pobreza e celeiros de categorias, revelando duas questões distintas: a questão da pobreza e a questão dos excluídos.

De acordo com a autora, existe uma visão por parte da elite dominante em tratar a questão da pobreza como algo natural e que deve ser minorado por meio de políticas sociais redistributivas. Já em relação à questão dos excluídos, os jovens, os imigrantes, as mulheres, os menores de rua, os velhos, os aposentados foram considerados como um problema. Ela aponta que é a partir dessa segunda questão, “a dos excluídos” que, paulatinamente, vão se criando as lutas identitárias, em que eles vão se organizando, criando organizações associativas, na busca de negociar espaços de participação na sociedade que vivem, reivindicando leis, direitos.

Para Gohn (1995), isso ficará muito claro a partir da década de 1960, a partir da mudança no eixo reivindicatório dos movimentos sociais, ou seja, quando saem de cena as reivindicações de classe, e vão surgindo, nesse espaço, os novos movimentos sociais, os quais são expressivos, simbólicos e identitários. A ênfase no individual, no cotidiano, no cultural será uma

característica distintiva das novas mobilizações. A partir da segunda metade do século XX, os movimentos urbanos assumirão novas características,

Em resumo, atribui-se aos movimentos populares urbanos um papel de destaque no processo de transformação social, como novos agentes que buscam construir uma identidade coletiva, fundada nos interesses dos subordinados. (GOHN, 1995, p. 161).

Entendemos que, na análise de Gohn (1995), todo o processo de participação nos movimentos sociais proporcionou uma apropriação de sentidos. Isso porque os sujeitos vão se moldando e se construindo por meio dos processos de lutas e reivindicações, se identificando e construindo sua identidade política e também o fazer político. Mediante essa nova dinâmica, gradualmente, a sociedade civil se encaminhou para um processo organizacional em que os sujeitos vão se juntado em grupos afins, e a questão de similaridades pela relação identitária vai unindo e mobilizando os sujeitos.

Angela Alonso (2009) também aponta a mudança no eixo reivindicatório dos movimentos sociais, modificação essa ocorrida na segunda metade do século XX, parecendo encerrar o ciclo das grandes mobilizações urbanas:

As organizações civis se profissionalizaram e muito de seus ativistas se converteram em autoridades políticas. O ativismo entrou para a rotina no começo deste século [...] mobilizações coletivas ganharam escala global e se concentram em bandeiras identitárias, fazendo com que os teóricos revessem suas interpretações. (ALONSO, 2009, p. 1).

Essas organizações civis sistematizadas serão então organizadas por jovens, mulheres, estudantes e profissionais liberais que irão reivindicar melhores condições de vida, bem como redistribuição de recursos para a qualidade de vida e para a afirmação da diversidade de estilos de vivê-la. Para a autora, essa nova configuração contemporânea, organizada a partir de grupos identitários, forçou uma revisão teórica por parte dos pesquisadores, para que tivessem condições de compreender essa dinâmica.

Para Alonso (2009, p. 64), os chamados novos movimentos sociais são caracterizados pelas “formas particularistas de resistência”, “com motivações de ordem simbólica e voltadas para a construção ou o reconhecimento de identidades coletivas”. Os indivíduos agem de forma coletiva e constroem suas ações por meio de investimentos organizados, definindo os limites e ativando-os de modo a dar sentido ao seu estar junto. De acordo com suas especificidades, os movimentos de classes deram lugar aos movimentos expressivos, simbólicos, identitários, como é o caso do feminismo: “as reivindicações teriam se deslocado dos itens redistributivos,

do mundo do trabalho, para a vida cotidiana, demandando a democratização de suas estruturas e afirmando novas identidades e valores”. (ALONSO, 2009, p. 67).

Considerando essa mudança na forma de organização da sociedade, em que os movimentos sociais não estão mais atrelados a um bloco inerte, pautado pela questão dos direitos do trabalho ou pelo antagonismo de disputa de poder, vão surgindo novas formas de organização. Alguns autores fazem a análise, propondo uma nova teoria dos movimentos sociais, enquanto outros vão propor mudança na nomenclatura “movimentos sociais”. Ao trazermos, aqui, essas questões, visamos contextualizar nosso objeto de pesquisa, a saber, o ativismo feminista, em meio às novas relações que foram historicamente se construindo nesse novo espaço que não é o dos movimentos sociais, nem de *novos* movimentos sociais.

Nesse sentido, trazemos, ainda, a contribuição da pesquisadora brasileira Céli Regina Jardim Pinto (2006), a qual apontou que, no Brasil, a sociedade civil adentrou no meio político de forma mais orgânica, a partir da última década do século XX, sendo isso resultado do efeito de sua própria organização e consequência dos novos papéis a ela atribuídos. A sociedade civil inseriu-se no cenário político, trazendo consigo novos sujeitos para esse espaço público. Ainda, nas palavras dessa autora:

O espaço da sociedade civil e suas funções, no que se poderia chamar de novo pacto, variam enormemente de autor para autor, desde os que veem como o contraponto virtuoso à corrupção e à letargia do Estado, até aqueles que lhe atribuem poderes quase revolucionários, como em uma espécie de nova vanguarda. Em meio aos extremos ficam aqueles que, vendo na sociedade civil potencialidades, apontam igualmente para o perigo de sua supervalorização, que lhe atribui capacidades que não lhe são inerentes nem passíveis de serem adquiridas. (PINTO, 2006, p. 652).

Pinto (2006) destaca a importância da diferenciação dos conceitos de sociedade civil e sociedade civil organizada:

Para que se possa analisar propriamente a sociedade civil, faz-se necessária uma série de esclarecimentos: uma medida inicial e salutar é afastar definitivamente a tentação de chamar de sociedade civil tudo aquilo que se diferencia de Estado e do mercado, e estar atento para não fazer distinção entre sociedade civil e sociedade civil organizada (o que nada tem a ver com organizações da sociedade civil). A sociedade civil é, em si, a forma de organização da própria sociedade, na qual cada indivíduo encontra sua pertença como cidadão de direito. (PINTO, 2006, p. 2).

Concordamos com autora no que diz respeito à clareza conceitual entre as noções de sociedade civil, sociedade civil organizada e organizações da sociedade civil. Esse campo de pesquisa pode se tornar pouco claro, sendo a questão da regulamentação para as políticas públicas amplamente debatida. Cabe mencionar também que, recentemente, o governo

brasileiro aprovou nova legislação que esclarece e define regras no que diz respeito ao conceito e à noção de sociedade civil.

Trouxemos essa conceituação no sentido de que se entenda que esses desdobramentos da sociedade civil, sociedade civil organizada e organizações da sociedade civil, são na contemporaneidade a arena de negociação para com o Estado.

É o que vão apontar os pesquisadores Alvarez, Dagnino e Escobar (2000), que investigam o ativismo feminista. Para eles, a partir da metade do século XX, a disputa aos programas de ajuste econômico e social, inspirados pelo neoliberalismo, faz com que ocorra um processo de encolhimento do Estado neoliberal, forçando a sociedade civil, cada vez mais, a assumir responsabilidades sociais evitadas pelo governo:

Em alguns casos, os movimentos sociais não somente conseguiram traduzir suas agendas políticas públicas e expandir as fronteiras da política institucional, como também lutaram de maneira significativa para redefinir o próprio sentido de noções convencionais de cidadania, representação política e participação e, em consequência, da própria democracia. (ALVAREZ, 2000, p. 16).

Dessa forma, a tradução das agendas dos movimentos em agendas políticas e de redefinição do significado de “desenvolvimento” ou “cidadão” acarreta ao que Alvarez (2000) chama de “política cultural”, conceito desenvolvido no campo dos Estudos Culturais, que se propõe a investigar a relação entre cultura e política, examinando o potencial dessa política cultural para promover a mudança social.

Ou seja, a partir desse conceito, ela analisou o laço constitutivo entre cultura e política, e a redefinição de política que essa visão implica, no sentido de que essas novas articulações e participações vão se construindo em dinâmicas sistêmicas e em rede. Para nossa pesquisa, a contribuição dessa abordagem se dá quando analisamos o ativismo das mulheres mediante a articulação entre a cultura e política, e como elas agem dentro e fora das instituições em suas articulações.

No caso do movimento feminista, num primeiro momento, a luta iniciou-se pelo direito ao voto, pelo direito ao corpo e saúde, paulatinamente, desdobrando-se em uma multiplicidade dos movimentos, dentro das próprias manifestações das mulheres. Veremos, mais adiante, neste trabalho, que a questão da história do feminismo gerou intenso debate na academia, assim como no dentro do próprio movimento.

2.2 O Estado e as Políticas Públicas

Neste item, trazemos a conceituação de Estado, sociedade civil e também as suas novas formas de organização. A proposta é apresentar a conceituação de Estado enquanto conjunto de instituições que controlam e administram uma nação, em que há um contrato social que é representado por uma carta de deveres e direitos – Constituição –. O Estado é a parte burocrática que deverá cumprir e fazer cumprir as políticas de governo e as políticas públicas, assim como regular a relação entre o Estado e as demais instituições que compõem a sociedade:

Compreendemos pela expressão Políticas Públicas praticamente tudo que é feito no âmbito do governo. Assim, uma política pública pode abranger tanto aspectos imateriais, como no caso de uma nova lei ou decreto, quanto um bem ou um serviço oferecido diretamente à população, no caso de um programa ou ação de governo. (QUEIROZ, 2012 p. 14).

Nesse sentido, as políticas públicas consistem em diretrizes e princípios norteadores de ação do poder público. Ao mesmo tempo, se transformam ou se organizam em regras, procedimentos e ações entre o poder público e a sociedade: em outras palavras, são relações/mediações entre atores da sociedade e do Estado. Elas se constituem em uma das formas de interação e de diálogo entre o Estado e a sociedade civil, por meio da transformação de diretrizes e princípios norteadores em ações, regras e procedimentos que (re)constroem a realidade.

Soraya Vargas Cortes e Luciana Leite Lima (2012) apontam que a complexidade que envolve Estado e a sociedade é uma das razões pelas quais as políticas públicas vivem uma relação inerentemente interdisciplinar. Para essas autoras, a questão das políticas públicas ainda apresenta uma ambiguidade no que diz respeito às abordagens analíticas e a práticas sociais.

Corroborando com essa concepção, Celina Souza (2006) assinala que as políticas públicas atentam para uma ambivalência implícita; isso porque elas são, ao mesmo tempo, uma disciplina específica, e, também, um campo interdisciplinar com interfaces entre as Ciências Sociais e Aplicadas, que lhe amparam teórica e metodologicamente.

Cortes e Lima (2012), citando Melo (1999) e Faria (2011), apontam que, até o final da década de 1990, o debate acadêmico sobre as políticas públicas no Brasil se encontrava numa fase embrionária, marcada por uma fragmentação organizacional e temática, predominantemente, e pela burocracia pública.

Souza (2006) apontou, ainda, que é recente a questão do campo de conhecimento denominado políticas públicas, assim como das instituições, regras e modelos que regem a

decisão, a elaboração, a implementação e a avaliação destas. Para a autora, são três pontos decisivos que contribuíram para isso:

O **primeiro** foi a adoção de políticas restritivas de gasto, que passaram a dominar a agenda da maioria dos países, em especial os em desenvolvimento. A partir dessas políticas, o desenho e a execução de políticas públicas, tanto as econômicas como as sociais, ganharam maior visibilidade. O **segundo** fator é que novas visões sobre o papel dos governos substituíram as políticas keynesianas do pós-guerra por políticas restritivas de gastos. Assim, do ponto de vista da política pública, o ajuste fiscal implicou a adoção de orçamentos equilibrados entre receita e despesa e restrições à intervenção do Estado na economia e nas políticas sociais. Esta agenda passou a dominar corações e mentes a partir da década dos anos 80, em especial os países da América Latina. O **terceiro** fator, mais diretamente relacionado aos países em desenvolvimento e de democracia recente ou recém-democratizados, é que, na maioria desses países, e especial os da América Latina, ainda não se conseguiu formar coalizões políticas capazes de equacionar minimamente a questão de desenhar políticas públicas capazes de impulsionar o desenvolvimento econômico e de promover a inclusão social de grande parte de sua população. (SOUZA, 2006, p. 20, *grifos nossos*).

Nesse sentido, entendemos que o Estado democrático, em seu processo de organização política e econômica, lança mão das políticas públicas para as questões sociais, equilibrando a balança social a padrões mínimos de sobrevivência da população. Em meio à agenda internacional neoliberal e da globalização, como os países poderão impulsionar o desenvolvimento econômico e promover a inclusão social?

Para Souza (2006), isso dependerá de fatores internos e externos que influenciam a direção e tomada de decisões no que se refere à resolução, elaboração e implementação dessas políticas públicas. Em seus estudos, ela apontou os principais conceitos, modelos analíticos e como a literatura neo-institucionalizada pode ajudar a analisar a questão das políticas públicas. Primeiramente, os estudos europeus centravam-se no papel do Estado e das instituições; enquanto que os estudiosos norte-americanos irão se debruçar nos estudos sobre a ação dos governos:

O pressuposto analítico que regeu a constituição e consolidação dos estudos sobre políticas públicas é de que, em democracias estáveis, aquilo que o governo faz ou deixa de fazer é passível de ser (a) formulado cientificamente e (b) analisado por pesquisadores independentes. A trajetória da disciplina nasce como subárea da ciência política, abre o terceiro grande caminho trilado pela ciência política norte americana no que se refere ao estudo do mundo público. O primeiro, seguindo a tradição de Madison, cético da natureza humana, focalizava o estudo das instituições, consideradas fundamentais para limitar a tirania e as paixões inerentes à natureza humana. O segundo caminho seguiu a tradição de Paine e Tocqueville, que viam, nas organizações locais, a virtude cívica para promover o “bom” governo. O terceiro caminho foi o das políticas públicas como um ramo da ciência política para entender como e por que os governos optam por determinadas ações. (SOUZA, 2006, p. 22).

Para Souza (2006), não há uma única, nem melhor, definição para políticas públicas. A autora apresenta alguns conceitos a partir de alguns autores:

Mead (1995) a define como um campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas e Lynn (1980), como um conjunto de ações do governo que irão produzir efeitos específicos. Peters (1986) segue o mesmo veio: a política pública é a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos. Dye (1984) sintetiza a definição de política pública como “o que o governo escolhe fazer ou não fazer”. A definição mais conhecida continua sendo a de Laswell, ou seja, decisões e análises sobre política pública implicam responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por quê e que diferença faz. (SOUZA, 2006, p. 24).

Outros autores ainda irão apontar que o papel das políticas públicas é trazer soluções aos problemas/questões sociais. A crítica em relação a essa análise é que ela se concentra no papel do governo, sem levar em consideração a relação que existe entre o governo, a sociedade civil e demais atores envolvidos. Este último, em especial, nos interessa quando, ao olharmos o ativismo feminista em Cascavel, percebemos, além dos locais de atuação, a própria ação dos sujeitos dessa relação.

Nesse sentido, concordamos com Souza (2006), quando aponta que é preciso avançar na análise tradicional, de focar no Estado e na política pública em si. É preciso ir além e analisar as relações que permeiam Estado, política, economia e sociedade. Ou seja, este consiste num campo de estudos interdisciplinar, envolvendo pesquisadores e pesquisadoras da área da Economia, Ciência Política, Sociologia, Antropologia, Geografia, planejamento, etc. Segue abaixo o conceito de política pública da autora:

Campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real. (SOUZA, 2006, p. 26).

Diante do exposto, podemos dizer, então, que as políticas públicas são as ações do governo por meio de planos, programas, projetos, tendo como base banco de dados, sistemas de informações e pesquisas; as quais, quando são implementadas, ficam submetidas a sistemas de acompanhamento e avaliação; lembrando, ainda, que, na maior parte das vezes, as políticas públicas tornam-se leis e não apenas ações de governos políticos. Entender essa dinâmica irá nos orientar no sentido de compreender como vão se consolidando a partir do diálogo e das propostas das agendas dos movimentos sociais para a construção das políticas públicas; se há,

de fato, um diálogo; e como os novos atores sociais estão interagindo de forma a trazer suas demandas para o cenário do debate e ação efetiva.

Nessa lógica, Pedro Jacobi (1987), ao analisar os movimentos sociais urbanos na época de transição do autoritarismo à democracia, lembra que eram tratados a partir de uma visão paradigmática, pois situavam-se numa sociedade altamente mobilizada em suas bases urbanas, em que se via o movimento social pensado como um polo não institucional em contraposição ao sistema institucional. Nessa lógica, o Estado era visto como inimigo autoritário contra o qual a sociedade civil precisava se mobilizar. O ponto crítico dessa visão polarizada é que ela não se permitia observar qual era o grau e intensidade relacional da ação entre Estado e a sociedade civil.

Será a partir da década de 1970 que o Estado irá responder as demandas dos movimentos através da implementação de políticas sociais que se consubstanciam em melhorias no plano de serviços de saneamento básico, saúde, sistemas de transportes, procurando garantir uma certa legitimação pelo consenso passivo o que, por sua vez, cria um potencial de ampliação das demandas. (JACOBI, 1987, p. 12).

Nessa perspectiva, deve-se considerar que a maioria dos movimentos sociais eram compostos pelas parcelas da sociedade que estavam diretamente afetadas em suas condições de vida. Por isso, os estudos desenvolvidos ao longo dos anos revelaram abordagens que demonstraram contrapontos entre Estado e os movimentos sociais. No Estado capitalista moderno, “O Estado assume o papel articulador e organizador da sociedade independente de sua condição de suporte de certas relações de dominação, adotando o papel de fiador de relações sociais” (JACOBI, 1987, p. 4).

Dessa maneira, o Estado capitalista irá expressar e defender interesses das classes hegemônicas, de certa maneira, excluindo as classes dominadas em suas necessidades básicas de moradia, saúde, educação, etc. Porém, o Estado não pode ser denominado o Estado dos capitalistas, ainda que, na maioria das vezes, os interesses e a defesa sejam em nome do capital.

Além das suas funções tradicionais, o Estado tem adquirido uma presença crescente no contexto da valorização do capital, principalmente nas economias capitalistas desenvolvidas, modificando os espaços de atuação do Estado e da economia e, conseqüentemente, mudando as relações de produção, divisão do trabalho, reprodução e extração da mais-valia, culminando em novos conjuntos de atuação. Ou seja, as funções repressivas, ideológicas ou de outra natureza estão diretamente sujeitas às relações do contexto econômico, social e político do Estado e sociedade: “O Estado torna-se o interlocutor das demandas sociais dos diferentes

movimentos reivindicatórios, assim como agente indutor das políticas que regulam a dinâmica da sociedade” (JACOBI, 1987, p. 6).

Afinal, qual o caráter das relações entre a política de Estado e as demandas? Buscando amparo na definição de Estado por Max Weber, no qual o Estado Moderno está baseado em sua forma numa estrutura organizacional burocrática, ele dará condições de administrar as relações sociais da sociedade. Nesse sentido, Álvaro Bianchi (2014, p. 86) traz o conceito clássico weberiano de que: “Estado era apresentado como uma forma social não individualizável, ou seja, não como um ente e sim como um feixe de ações protagonizadas por indivíduos”.

Para Bianchi (2014), a visão weberiana de Estado “homens dominando homens” e “o Estado é aquela comunidade humana dentro de um determinado território” por muito tempo foi apontada como legitimadora da violência das ações do Estado. Para esse autor, houve uma espécie de mutilação do conceito weberiano difundido por Mills e Gerth (1918, *apud* BIANCHI, 2014). Para Max Weber, o Estado não estaria centralizado num indivíduo ou um ente específico, mas sim como representante da ação de vários indivíduos. Ou seja, em alguns momentos, essas ações poderiam ter sua influência, mas não sendo originárias das ações constantes, ou sendo ações oriundas de relações de determinados momentos específicos. O que torna o conceito de Estado de Weber subjetivo é que, para o sociólogo alemão, o Estado não pode ter uma existência separada do indivíduo. (BIANCHI, 2014).

Dessa forma, pensando o Estado contemporâneo, o qual se divide entre as tarefas e exigências das demandas sociais e das políticas sociais atravessadas pelas contradições e tensões, o Estado tem se tornado interlocutor das demandas sociais dos mais diferentes movimentos sociais, organizações da sociedade civil e ativismos reivindicatórios. Poderíamos, então, dizer que ele é o agente que induz as políticas que regulam a dinâmica da sociedade.

Em relação ainda às políticas públicas, Souza (2006) destaca que estariam mais próximas de uma perspectiva teórica daqueles que defendem que existe uma “autonomia relativa do Estado”. Isso faria com que ele tivesse seu espaço de atuação, ainda que permitisse a influência externa e interna. Entretanto, a autora atenta que isso dependerá do momento e contexto histórico de cada país, pois entram em cena os grupos de interesse e os movimentos sociais que podem em alguns momentos serem atores de interação e ação para a formulação de políticas públicas.

Levando em consideração as redes de movimentos sociais e a própria sociedade em rede, autores como Souza (2006) e Eduardo Cesar Marques (2006) vão dizer que:

As redes envolvem contatos, vínculos e conexões que relacionam os agentes entre si e não se reduzem às propriedades dos agentes individuais. As instituições, a estrutura social e as características de indivíduos e grupos são cristalizações dos movimentos, trocas e encontros entre as entidades nas múltiplas e intercambiantes redes que se ligam ou que se superpõem. O foco está no conjunto das relações, vínculos e trocas entre entidades e indivíduos e não, nas suas características. (SOUZA, 2006, p. 32).

As redes acabam por constrianger as estratégias e ações, assim como se constroem e reconstroem continuamente. O interessante desse modelo é a possibilidade de investigação dos padrões de relações entre indivíduos e grupos. Ou seja, não está atrelado há um movimento ou instituições e sim a redes sociais, redes de contato, indivíduos.

No Brasil, Marques (2006), utilizando-se desse modelo, corroborando com Granovetter (2000, *apud* MARQUES, 2006), demonstrou que a análise da formulação das políticas públicas, através do modelo de redes, demonstrou como a ação individual de diversos contatos de pessoas, e sua interação ao governo, pode revelar a integração dos atores em seus mais variados contextos relacionais, ou seja, esse modelo proporciona a possibilidade de investigação a partir das relações entre indivíduos e grupos.

Rebecca Abers e Marisa Von Bülow (2011) apontam a falta de atenção dada às numerosas formas de interação entre ativistas de movimentos sociais dentro e fora do Estado. Argumentam, ainda, que, apesar de positiva, a tendência atual de incorporação de novos atores e problemas mantém na invisibilidade certos tipos de relações sociais que podem ser importantes para compreender a ação coletiva transformadora. As autoras vão pontuar, também, que, em paralelo aos debates propostos pelos teóricos da “sociedade civil” e da “política de conflito”, ao longo dos anos 1990, uma nova literatura buscou analisar os movimentos sociais em termos de redes de atores.

Esses autores indicam que modelos influenciados pelo “novo gerencialismo público e pelo ajuste fiscal”, tendo em vista uma política fiscal restritiva de gasto, a qual é adotada por vários governos, farão com que as políticas públicas tenham novos formatos, a fim de se adequarem à uma busca da eficiência. Aqui, é importante distinguir o que o governo pretende fazer e o que, de fato, faz; e como as ações e a sua instrumentalização envolvendo vários atores e níveis de decisão, embora sejam materializadas através dos governos, não necessariamente se restringem a participantes formais, já que os informais também são importantes.

Celina Souza (2006) ainda aponta que “a política pública” é abrangente e não se limita a regras, consistindo numa ação intencional, com objetivos a serem alcançados, a curto e a longo prazo, que implica implementação, execução e avaliação.

Entender a dinâmica e o direcionamento adotado pelo Estado na contemporaneidade tem se revelado cada vez mais interagindo em arenas, ou seja, um grande grupo que vai se comunicando e se relacionando em menores grupos, formando redes de contato e de ação.

Este estudo irá focalizar a trajetória de ativistas feministas em Cascavel/PR, levando em consideração esta dinâmica social que aponta para uma interpenetração entre sociedade civil, ativismo e Estado.

2.3 A interpenetração entre Sociedade Civil – Ativismo – Estado

Dessa maneira, Abers e Von Bülow (2011) recorrem à literatura brasileira sobre movimentos sociais para mostrar como a distinção entre ativista em movimentos sociais e ator estatal pode ser pouco clara, avançando no sentido de que os atores sociais são categorias de análise importante para estudo. Os movimentos sociais têm lutado para transformar comportamentos sociais e influenciar políticas públicas. Como parte desses esforços, se mobilizam em prol de mudanças nos processos de tomada de decisão estatal, demandando a inclusão da sociedade civil em novos espaços participativos.

Essa demanda não somente cria novos espaços de diálogo entre atores da sociedade civil e do governo, como permite a inserção de ativistas de movimentos sociais dentro do próprio Estado. Não é a política em si que nos interessa, mas analisar como vem ocorrendo as formas de ativismos e perspectivas feministas que emergem dentro dessas novas arenas de atuação.

O envolvimento dos movimentos sociais, em esforços por democratizar o Estado, tem sido importante na América Latina, pelo menos desde os inícios de 1980:

Grande parte da literatura sobre sociedade civil tem procurado analisar a participação de ativistas em arenas de formulação e implementação de políticas públicas, tais como o orçamento participativo e conselho gestores. Esse processo de construção de novas arenas participativas têm sido, especialmente no Brasil, um processo intenso de aproximação de atores sociais e estatais. (ABERS; VON BÜLOW, 2011, p. 65).

Na revisão da literatura brasileira sobre movimentos sociais e o Estado, ao longo das duas décadas, as autoras destacaram pelo menos dois padrões adicionais de intersecção: “1. A incorporação de ativistas de movimentos sociais em cargos governamentais; 2. Formação de novos movimentos sociais a partir da interlocução entre ativistas dentro e fora do Estado”. (ABERS; VON BÜLOW, 2011, p. 65).

A literatura tem se dedicado a estudar as imbricações entre movimentos sociais e o poder executivo. No contexto de um crescente interesse na democracia e na participação nos processos decisórios, os ativistas, frequentemente, cruzam a fronteira entre o Estado e a sociedade.

Sonia Alvarez (2000), em sua análise sobre o feminismo latino-americano da década de 1990, argumenta que, nesse período, tornou-se prática comum nos governos da região a criação de novas agências dedicadas às questões da mulher, resultando na participação de feministas em posições burocráticas estatais. Para Alvarez (2000), não se trata de perda da autonomia ou cooptação. A interpenetração de ativistas no Estado não é privilégio de “novos movimentos sociais”, como o ambiental e o feminista, que ocorreu no governo da ditadura militar brasileira em 1973, com Paulo Nogueira Neto ativista; depois, no Governo Collor, Lula e Fernando Henrique. Ou seja, a categoria de análise “ativista” e ou “ativismo” se situa numa posição que não se encontra fixado, inerte ou atrelado ao movimento social em si.

A sobreposição de movimentos sociais e Estado não ocorre apenas no campo dos recursos humanos. Alguns movimentos parecem ter sido criados a partir das alianças entre indivíduos de dentro e fora do Estado. Da perspectiva da vertente “sociedade civil”, é preciso analisar esses vínculos entre Estado e movimentos sociais, bem como o fato de as associações criarem laços e trabalharem em projetos com atores dentro e fora do Estado, que é uma afronta ao conceito de “autolimitação”, porque estariam abrindo as portas para a colonização do poder hierárquico pelo Estado. No entanto, não se deve descartar essas experiências.

Neste capítulo, procuramos contextualizar a questão do debate teórico referente aos movimentos e como o movimento feminista vem a longo dos anos se revelando num campo de atuação em que a diversidade dos feminismos tem sido o grande diferencial no contexto contemporâneo. O debate teórico aqui proposto demonstra que as análises pautadas nas categorias de “ativista” e “ativismo” não estão necessariamente atreladas há algum movimento social específico.

Isso posto, partimos do pressuposto de que a categoria de análise do ativismo social tem sua importância e relevância, e é apontado pela literatura como o diferencial das análises clássicas dos movimentos. Trazer a historicização dos movimentos para podermos compreender e captar o momento dessa mudança e realidade dos movimentos sociais contemporâneos, em que ocorre a presença e a ação das ativistas, se dá muito mais claramente. Isso permitiu entender melhor o processo de conquistas das políticas públicas e também como vão se construindo os espaços participativos, hoje multiplicados, não sendo sempre institucionais. Isso porque esses

espaços em que ocorre o ativismo feminista pode ser em diferentes locais sociais: onde as mulheres vivem, trabalham, estudam, atuam.

Nesse sentido, Abers e Von Bülow (2011, p. 79) esclarecem que “a agenda de pesquisa que propomos, portanto, começa com o reconhecimento de que redes de movimentos social podem, teoricamente, ultrapassar as fronteiras entre sociedade e Estado”. Para as autoras, a análise deve estar situada nas trajetórias de indivíduos que cruzam as fronteiras entre o ativismo fora e dentro do Estado e tematizar as consequências desse cruzamento para os movimentos sociais e para o Estado.

3 REVISITANDO FEMINISMOS E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA E DAS MULHERES NO BRASIL

Este capítulo tem por objetivo pontuar a diversidade do feminismo, seja no campo teórico, seja nas práticas políticas. Principalmente, visa entender como o movimento feminista vem ao longo dos anos se desenvolvendo, estruturando e reestruturando, em agendas reivindicatórias, a partir de demandas específicas, amplas, inter e multidisciplinares, em meio à própria diversidade de feminismos. Esta contextualização dos debates feministas e da construção de políticas públicas para e das mulheres no Brasil irá fornecer as bases a partir das quais podemos compreender as formas de atuação de ativistas feministas em Cascavel/PR.

3.1 Os movimentos feministas como um campo discursivo heterogêneo

Para a pesquisadora Sonia Alvarez (2000), a IV Conferência Mundial sobre a Mulher, realizada na China, em 1995, foi reveladora da proliferação e multiplicação dos espaços e lugares em que as mulheres que se consideram feministas passaram a ocupar, nos anos 1990, e, com isso, a possibilidade de uma reconfiguração das identidades de gênero.

Para Sonia Alvarez, Evelina Dagnino e Arturo Escobar (2000), o movimento feminista se articula em torno da demanda por uma transformação das relações de gênero. Por conseguinte, se constituiu um amplo, heterogêneo, policêntrico, multifacético e polifônico campo: o domínio da política que se esconde além das organizações e dos próprios movimentos, em sentido estrito. Tem-se multiplicado os espaços onde as mulheres que se dizem feministas atuam e podem atuar, não somente nas ruas, mas em grupos de reflexão, oficinas de educação popular e outros. Embora as feministas ainda estejam nesses espaços, também estão em sindicatos, movimentos estudantis, conselhos participativos, partidos políticos, parlamentos, na universidade, nas redes formais e informais de organizações não governamentais especializadas e profissionalizantes, nos meios de comunicação, na *internet*.

Na visão de Alvarez (1998), as feministas estão espalhadas em múltiplos espaços e não estão comprometidas somente com a luta classicamente política, corroborando o que apresentamos no primeiro capítulo, sobre a questão da mudança não somente na metodologia de análise dos movimentos sociais, a qual anteriormente era pautada no antagonismo de movimentos sociais e governo, e que não atentava para as relações entre os atores sociais que emergiram do novo espaço de participação política.

Assim, é preciso entender que os ambientes políticos são locais de debates, foros políticos e culturais, em que as mulheres cada vez mais estão participando e atuando. Nesse sentido, a perspectiva teórica apresentada por Alvarez (2000), em que os ativismos das mulheres se encontram num “campo discursivo de atuação” marcado pela heterogeneidade nas ações, vem ao encontro com nossa análise das trajetórias das ativistas feministas de Cascavel/PR, porque elas se situam dentro de uma diversidade do feminismo, visto que esse campo é plural. Por meio das mais variadas formas de representatividade, a saber, os ativismos feministas, vêm adentrando nos diversos ambientes de participação e de ação política, desenvolvendo, assim, o debate e a participação para criação de leis, normas e políticas públicas para as mulheres.

O ativismo feminista contemporâneo demonstra transcendência da análise clássica que se pautava no antagonismo da relação conflituosa entre governo e os movimentos sociais, já que esse ativismo se dá em meio a uma diversidade de feminismos, em que essas ativistas atuam dentro e fora das arenas de ação e atuação políticas, assim como dos espaços governamentais e também organizacionais, não estando limitadas a um campo antagônico nem nominal.

No decorrer dos anos 1980, diferenciações no interior desse movimento político questionaram a viabilidade da categoria “mulher” e passou-se a introduzir a noção de diferença: “a fragmentação de uma ideia universal de ‘mulheres’ por classe, raça, etnia e sexualidade associava-se a diferenças políticas sérias no seio do movimento feminista” (SOIHET, 2011, p. 266); assim, da identidade única entre as mulheres, passa-se à certeza da existência de múltiplas identidades.

No âmbito desse movimento social, foi engendrado e problematizado o conceito de gênero. Para Guacira Lopes Louro (2012), o debate se constituiu através de uma nova linguagem, na qual gênero será um conceito fundamental. Segundo a autora, a mudança na nomenclatura – da categoria de análise “mulheres” para “gênero” – teve a intenção de demonstrar que a primeira categoria expressava a análise do sujeito universal (todas as mulheres), o que, na realidade, não ocorria, pois, dentro da categoria “mulheres”, existem as diferenças de classe e de raça, apontando para a diversidade da própria categoria “mulher”.

De acordo com Joan Scott (1995), o conceito “gênero” serviu como ferramenta analítica que é, ao mesmo tempo, ferramenta política. Não se nega a biologia dos corpos, mas é enfatizada a construção social e histórica produzidas sobre as características biológicas. Os estudos de gênero suscitaram grande debate na teoria feminista contemporânea. A conceituação de gênero parece ser tão simplista quanto a dicotomia biológica proposta inicialmente.

A teorização feminista sofre crítica ao tentar universalizar uma identidade, numa presunção política de ter de haver uma base universal para o feminismo, “as supostas universalidade e unidade do sujeito do feminismo são de fato minadas pelas restrições do discurso representacional em que funcionam”. (BUTLER, 2003, p. 21).

Não que se deva recusar a política representacional, mas deve-se criticar, no interior da estrutura constituída, uma crítica as categorias de identidade que as estruturas jurídicas contemporâneas engendram, naturalizam e imobilizam – o termo “mulher” e até mesmo no seu plural “mulheres”. Isso porque não há como apenas um termo definir a singularidade das múltiplas identidades das mulheres.

Ainda, de acordo com Judith Butler (2003), o gênero deve ser entendido como “um conjunto de relações”, e não um atributo individual. O “gênero” se constitui de relações entre sujeitos socialmente constituídos, em contextos especificáveis, considerando um fenômeno inconstante e contextual. O gênero não denota um ser substantivo, mas um ponto relativo de convergência entre conjuntos específicos de relações culturais e históricas.

De acordo com Sônia Alvarez (2014), a singularidade do movimento feminista e sua pluralidade constitui-se diferentemente dos demais movimentos sociais:

Enquanto os movimentos sociais tipicamente são teorizados como um componente mais ou menos central da sociedade civil, sustento que os movimentos feministas, ao igual que a maioria dos chamados movimentos sociais, geralmente se expandem para além da sociedade civil. Acorados na sociedade civil e se ampliando lateralmente para abarcar diversas instancias organizativas da mesma, eles muitas vezes também se estendem “verticalmente”, para assim dizer, em direção à sociedade política, ao Estado, e outros públicos dominantes nacionais e transnacionais. Os campos discursivos de ação são muito mais do que meros aglomerados de organizações voltadas para uma determinada problemática; eles abarcam uma vasta gama de atoras/es individuais e coletivos e de lugares sociais, culturais e políticos. (ALVAREZ, 2014, p. 18).

Em contextos históricos distintos, diversos atores ganham maior ou menor visibilidade política e cultural, às vezes conseguindo se estabelecer como hegemônicos. Vão se entrecruzando de forma práticas, ideias e discursos. Os campos feministas se constroem por meio de um emaranhado de interlocuções. Para a autora:

os discursos feministas constituem um universo de significados que se traduzem ou se (re)constroem ao fluir ao longo de diversas teias político-comunicativas, norteando as estratégias e identidades das atoras/es que se coligam nesse campo. (ALVAREZ, 2014, p. 19).

Esta pesquisa não tem como objetivo debater o movimento feminista em si, mas sim compreender as trajetórias das mulheres no ativismo feminista de Cascavel/PR, partindo da perspectiva analítica de que este ativismo as situa como atrizes sociais que atuam além da institucionalidade, além dos movimentos sociais; participando, debatendo, agindo de forma relacional em espaços discursivos para a formulação e implementação das políticas públicas para as mulheres.

3.2 Feminismos no Brasil

Celi Regina Jardim Pinto (2003) apresenta uma retrospectiva das primeiras manifestações do feminismo brasileiro nos primórdios da República. Essas manifestações tiveram como questão central o direito ao voto e à candidatura, refletindo uma primeira reivindicação à cidadania das mulheres. Para essa autora, a diferença entre o movimento das mulheres e o movimento feminista é que, no segundo, se luta pela mudança dos papéis a elas atribuídos pela sociedade.

Para Maria da Glória Gohn (2013), estudiosa dos movimentos sociais no Brasil, a década de 1970 pode ser considerada como o período em que o feminismo foi uma ideologia importada, e que, apenas nos 1980, ele foi, reconhecidamente, uma expressão social da sociedade brasileira.

O movimento feminista no Brasil, ao longo de sua trajetória, luta pela conquista e pela efetivação dos direitos das mulheres nos campos da política, do trabalho, das condições de vida, da autonomia reprodutiva, da sexualidade, entre outros em que ser mulher implicava o enfrentamento de situações de opressão. A luta pela igualdade de direitos e pelo fim das desigualdades de gênero tem sido a tônica do movimento; contudo, dentro do próprio movimento feminista, há divergências, porque existe a questão levantada pelas feministas negras, para as quais o movimento feminista tem sido um movimento de mulheres brancas e da elite.

A pesquisadora brasileira Sueli Carneiro (2003) aponta que, apesar do movimento de mulheres no Brasil ser referência mundial, e que de todos os movimentos seja o que tenha a melhor desempenho, ele, por muito tempo, esteve cativo da visão eurocêntrica e universalizante das mulheres. Segundo a autora:

A consequência disso foi a incapacidade de reconhecer as diferenças e desigualdades presentes no universo feminino, a despeito da identidade biológica. Dessa forma, as

vozes silenciadas e os corpos estigmatizados de mulheres vítimas de outras formas de opressão além do sexismo, continuaram no silêncio e na invisibilidade. (CARNEIRO, 2003, p. 118).

Nesse sentido, Carneiro (2003) aponta que, ao politizar as desigualdades de gênero, o feminismo irá transformar as mulheres em novos sujeitos políticos. Ao olhar o sujeito a partir do lugar em que se encontra, será possível perceber as peculiaridades e as demandas de cada grupo, mulheres negras, índias, mulheres com necessidades especiais, mulheres lésbicas e trans.

A autora afirma que a respeito do processo de politização da questão de gênero, transformou as mulheres em novos sujeitos políticos, o que implicou em novos olhares para as peculiaridades que cada grupo de mulheres. O feminismo brasileiro é visto como precursor e referência para demais movimentos sociais, haja vista que sua mobilização pode ser vista em ação direta para a criação de espaços participativos de ação e atuação das mulheres em prol de políticas públicas para mulheres. (CARNEIRO, 2003).

3.3 Políticas Públicas para e das Mulheres no Brasil

Nesta seção, conceituamos as Políticas Públicas para Mulheres a partir autores e pesquisadores brasileiros. Embora o tema desta tese se concentre nas trajetórias de ativistas feministas em diversidades do feminismo e ativismos por equidade de gênero, fazer um capítulo que aborde as concepções de políticas públicas relaciona-se com o entendimento do processo de criação dos espaços de debate, foro político e participativo das Políticas Públicas para as Mulheres; complementando o que vimos no capítulo anterior, em que a criação de espaços participativos de debate e ação política com interação entre Governo e Sociedade Civil é parte resultante do movimento feminista brasileiro.

Para Sueli Carneiro (2003, p. 117), o movimento feminista brasileiro teve contribuição decisiva para o processo de democratização do Estado, na criação dos Conselhos Participativos: “A criação desses Conselhos da Condição Feminina – órgãos voltados para o desenho de políticas públicas de promoção da igualdade de gênero e combate à discriminação, contra as mulheres”. Para a autora, sua criação é uma conquista do movimento feminista, pois trata-se de um espaço em que as mulheres devem e precisam estar presentes.

Assim como Carneiro (2003), Celina Souza (2006) sublinha que as políticas públicas para as mulheres no Brasil se configuram como resultado do fortalecimento do movimento feminista que ocorreu a partir da década de 1970, e que se consolidou também na área acadêmica, refletindo a tentativa de incorporação da perspectiva de gênero das políticas

públicas e programas governamentais com intuito de estabelecer pautas específicas e/ou direcionadas às mulheres.

Como apontado por Carneiro (2003) e Souza (2006), a Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) foi inovadora ao superar a visão assistencialista voltada às políticas públicas ou programas sociais quando visou à máxima potencialização dos direitos fundamentais da pessoa – a realização da cidadania de todas as pessoas, incluído, aí, a cidadania feminina plena. Desse modo, vemos um avanço na questão do reconhecimento das mulheres como sujeitos de direitos, que, até pouco tempo, precisavam da autorização masculina de pais, irmãos e maridos para decisões e ações públicas, sociais e legais.

As políticas públicas consistem em diretrizes e princípios norteadores de ação do poder público. Ao mesmo tempo, se transformam ou se organizam em regras, procedimentos e ações entre o poder público e a sociedade: em outras palavras, são relações/mediações entre atores da sociedade civil e do Estado. Elas se constituem em uma das formas de interação e de diálogo entre o Estado e a sociedade civil, por meio da transformação de diretrizes e princípios norteadores em ações, regras e procedimentos que (re)constroem a realidade.

As políticas públicas visam responder a demandas, principalmente dos grupos sociais excluídos, setores marginalizados, esferas pouco organizadas e segmentos mais vulneráveis onde se encontram as mulheres. As demandas desses grupos, no geral, são recebidas e interpretadas por pessoal (servidores, servidoras, áreas de gestão e técnica) que ocupam os espaços de decisão e que estão no poder – sem dúvida, influenciados por uma agenda que se cria na sociedade civil através da pressão e mobilização social.

Nesse sentido, visam ampliar e efetivar direitos de cidadania, também gestados nas lutas sociais e que passam a serem reconhecidos institucionalmente. Daí o surgimento de políticas que objetivam promover a participação e o desenvolvimento, criando alternativas de geração de emprego e renda como forma compensatória dos ajustes criados por outras políticas de cunho estratégico, como as políticas da área econômica.

Na questão das políticas públicas para as mulheres, verifica-se o seu fortalecimento a partir do movimento feminista que ocorreu no Brasil na década de 1970, influenciando significativamente sua implementação. Nesse processo, a somatória da ação nos movimentos, assim como a consolidação do movimento feminista na área acadêmica tiveram reflexos, de imediato, que se fizeram presentes na tentativa de incorporação da perspectiva de gênero nas políticas públicas e programas governamentais, com o intuito de estabelecer pautas políticas específicas e/ou direcionadas às mulheres.

Assim, ao propor políticas públicas “de gênero”, foi necessário estabelecer o sentido das mudanças que se pretende, sobretudo, com vistas a contemplar a condição emancipatória e a dimensão de autonomia das mulheres, para que as desigualdades de gênero fossem combatidas no contexto do conjunto das desigualdades sócio-históricas e culturais herdadas. Pressupõe-se que o Estado evidencie a disposição e a capacidade para redistribuir riqueza, assim como poder entre mulheres e homens, entre as regiões, classes, raças, etnias e gerações.

Na realidade brasileira, no executivo federal, as políticas públicas passam a ser orientadas pelo Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM), desdobradas pelos organismos governamentais de políticas para as mulheres – estaduais e municipais os quais devem enfatizar os sujeitos feministas, que, dentro e fora do Estado, são capazes de impulsionar as políticas de igualdade, influenciando e contribuindo para as agendas das políticas nacionais.

Os Planos de Políticas para as Mulheres dos estados e dos municípios têm como princípio articular-se com o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres na referência dos princípios feministas como parâmetro para a formulação de políticas de igualdade de gênero. Assim, devem articular e implementar propostas que reatualizem os princípios da igualdade, prioritariamente centrados em alguns pontos:

- Na elaboração de ações que possibilitem ampliar as condições de autonomia das mulheres, de forma a favorecer a ruptura com as condições de codependência, desigualdade e de subordinação;
- Na mudança sobre a divisão sexual do trabalho, não apenas do ponto de vista de padrões e valores, mas, sobretudo, na ampliação dos equipamentos sociais, em particular aqueles que interferem no trabalho doméstico, como aqueles relacionados à educação das crianças;
- Na redução das desigualdades na participação política local e regional;
- Na redução da desigualdade através da ampliação do acesso aos serviços de todas as ordens (jurídicos, de saúde, educação, etc.);
- No fortalecimento das condições para o exercício dos direitos reprodutivos e sexuais, possibilitando autonomia e bem-estar também nesse domínio;
- Na possibilidade de controle pelas mulheres de seu próprio corpo, possibilitando a elas a liberdade de exercerem a sua sexualidade, verem respeitados os seus direitos à integridade corporal e ao bem-estar, aspectos que remetem às concepções sobre os direitos sexuais e reprodutivos;

- Na tarefa de elaborar políticas de prevenção e atendimento às diversas formas de violência praticada contra as mulheres, marcadamente a doméstica e sexual, e é preciso, ao mesmo tempo, responder às demandas que pressionam o cotidiano das mulheres inseridas num contexto de dominação, em particular, frente à violência doméstica e sexual.

De acordo com a análise de José Sergio Leite Lopes e Beatriz Maria Alasia de Heredia (2014), a articulação e a efetividade das políticas públicas para as mulheres somente acontecerão se houver a institucionalização, nos estados e nos municípios, de instâncias governamentais – secretarias, coordenadorias de políticas para as mulheres capazes de realizar essas políticas, visando diminuir as desigualdades entre homens e mulheres.

Para tal implementação, é necessário que a sociedade, partindo da realidade das demandas e dificuldades que as mulheres vivenciam cotidianamente, seja prioridade à adequação das creches e escolas públicas em período integral; programas de saúde numa visão integral e não meramente reduzida à esfera reprodutiva, restrita a programas de planejamento familiar de qualidade e coberturas questionáveis, moradia digna; restaurantes populares; atividades de lazer e cultura; criação de redes de economia solidária redimensionando a atuação das mulheres nos chamados programas de geração de renda; acesso das mulheres aos recursos financeiros; acesso à propriedade da casa; acesso à propriedade da terra.

Lopes e Heredia (2014) destacam, assim como já apontado por Carneiro (2003), que há vários grupos de mulheres e que cada um tem suas especificidades e suas demandas; por isso, deve-se levar em consideração quem são estas mulheres: negras, trabalhadoras rurais, trabalhadoras urbanas, mulheres lésbicas, mulheres jovens, mulheres idosas.

As trajetórias individuais acabam por se entrelaçar com as trajetórias coletivas. O ativismo das mulheres é algo marcante, presente e está nas mais variadas classes sociais por meio de tramas e redes de atuação. Nesse sentido, nos interessa conhecer como o ativismo feminista contemporâneo vem agindo e dialogando, para o avanço das políticas públicas para mulheres, em Cascavel/PR. Para isso, vamos analisar a trajetória de quatro mulheres ativistas e a partir de suas narrativas, apreender como está acontecendo esse ativismo no município.

3.4 Espaços de participação, debates e formulação das Políticas Públicas para Mulheres

Para entendermos um pouco sobre os espaços participação feminina, vamos fazer uma breve historicização da criação dos conselhos participativos e deliberativos no Brasil. A criação de Conselhos e Comissões no Governo Federal Brasileiro data de 1956, tendo como primeira vinculação ao Ministério da Justiça.

A criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) ocorreu em 1985. A sua primeira estrutura da Secretaria de Políticas para as Mulheres e do Conselho Nacional de Direitos da Mulher (SPM) operava como pequeno ministério, tendo em seu quadro 180 pessoas. Composta por uma Secretaria Executiva, coordenava os projetos de cooperação internacional firmados com organismos do Sistema ONU, conhecidos como Prodocs, sendo responsável pela Diretoria de Administração interna, cujo objetivo é desenvolver diretrizes políticas, planejamento estratégico; coordenar o Comitê de Articulação e Monitoramento (CAM) do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM) e também o Observatório de Gênero, núcleo de produção de pesquisas dentro da secretaria.

A Secretaria de Articulação Institucional e Ações Temáticas (SAIAT) é quem mantinha o contato e cooperação com os Organismos Governamentais de Políticas para as Mulheres (OPM). Em mapeamento realizado até 2013, num universo de 5570 municípios, pelo menos 250 municípios brasileiros contam com o Plano Municipal de Políticas para as Mulheres (PMPM), sendo que, destes, 164 operavam o PMPM sem a previsão legal e apenas 86 tinham PMPMs legalizados.

A Secretaria de Articulação Institucional e Ações Temáticas (SAIAT), a partir da coordenação de convênios e assessoria temática, uma Coordenação de Relações de Poder e Participação Política, era responsável pela construção de cartilhas e guias de participação política para mulheres e a Coordenação Geral de Programas e Ações de Educação e Cultura, tendo como objetivo dar visibilidade à produção cultural das mulheres, em parceria com o Ministério da Cultura/Secretaria de Audiovisuais (SAV) e a Fundação de Artes (FUNARTE). Outra parceria é com o Ministério da Educação/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Inclusão (SECADI) na implementação do Programa Gênero e Diversidade na Escola (GDE), coordenando o Programa Mulher e Ciência, em parceria com diversos outros ministérios e com a Organização das Nações Unidas – ONU Mulheres.

Já a Coordenação-Geral de Programas e Ações de Saúde era responsável pela Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Mulheres (PNAISM), em parceria com o Ministério

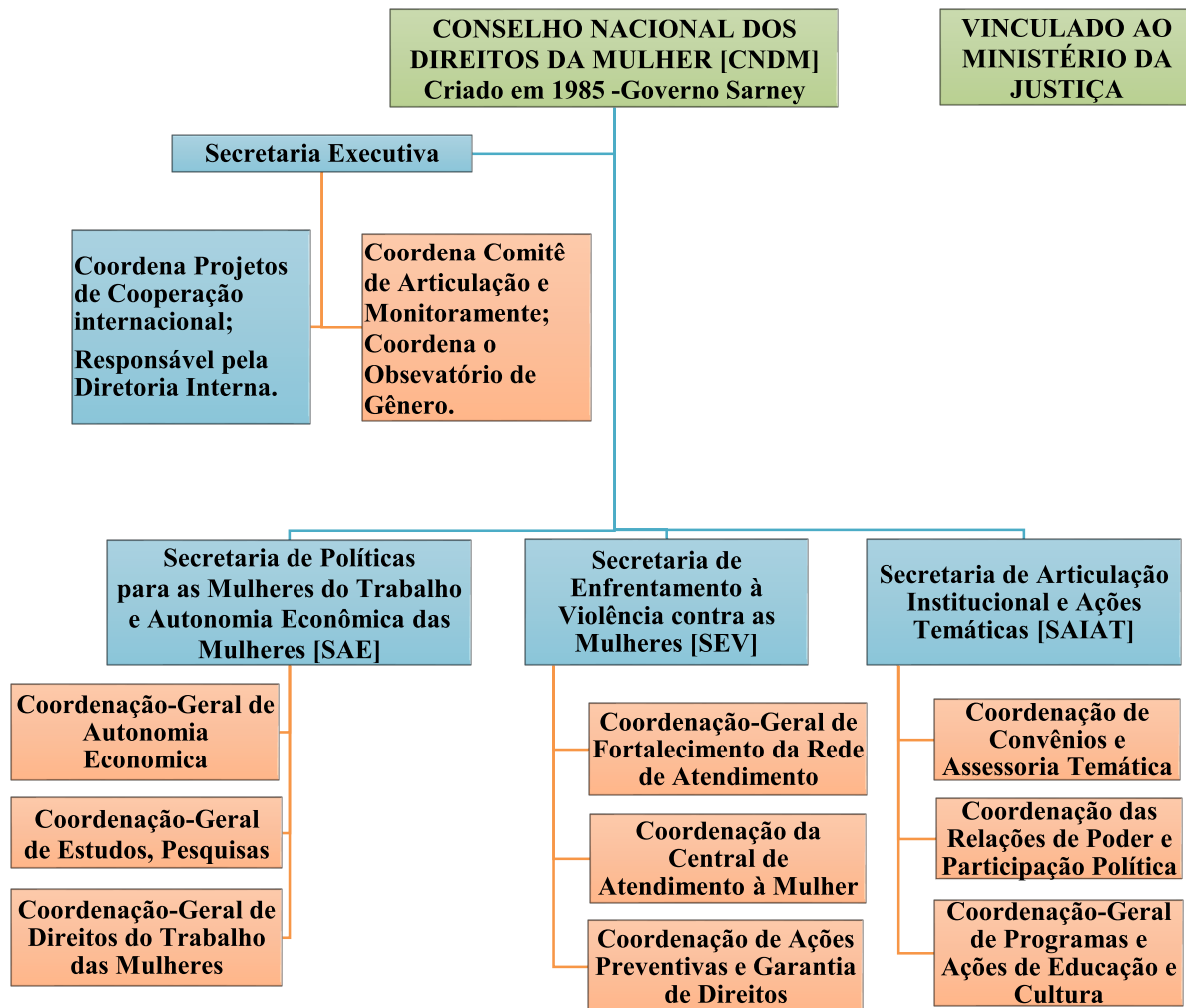
da Saúde. A Coordenação-Geral da Diversidade tinha como objetivo ser um ponto de referência na SPM nos segmentos prioritários de mulheres: com deficiência, lésbicas, bissexuais e transexuais (LBT), indígenas e idosas, negras, quilombolas e jovens.

A diversidade de inserções e potenciais construções identitárias presentes nos movimentos de mulheres, é possível pensar que essa Coordenação-Geral sedimenta institucionalmente uma das tensões mais presentes nos processos de construção dos direitos das mulheres. A especificidade das realidades vividas pelas mulheres sempre ultrapassa e coloca em cena os limites de construções centradas exclusivamente no gênero, desafiando os próprios formatos institucionais e os desenhos das políticas, sejam elas centradas em grupos, segmentos, categorias ou populações, sejam elas pensadas como transversais ou interseccionais. (GUTERRES; VIANNA; AGUIÃO, 2014, p. 218).

A diversidade tem sido objeto de debate em torno da questão dos limites de participação de certos espaços – como, por exemplo, a participação em conselhos e de políticas para as mulheres – sem que se problematizem essas identidades.

Essa questão ficou bem explícita na fala das entrevistas da pesquisa realizada por Lopes e Heredia (2014). O autor ainda pontua a importância de se compreender a trajetória do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, porque ele se enquadra enquanto um conselho no grupo dos conselhos que lutam por direitos.

Figura 1 - A primeira formação do CNDM era vinculada ao Ministério da Justiça



Fonte: Adaptado de Lopes e Heredia (2014, p. 217-218).

A partir de 2003, ao assumir o poder, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva teve como uma de suas primeiras deliberações em relação ao Conselho Nacional dos Direitos da Mulher:

Transformar a Secretaria de Estado dos Direitos da Mulher (SEDIM) em Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), sendo esta última um órgão integrante da Presidência da República, ou seja, com *status* de Ministério. A SPM foi criada pela Medida Provisória N.º 103, de 1.º de janeiro de 2003 e para ela foi transferido o CNDM. (PIMENTA, 2010, p. 155).

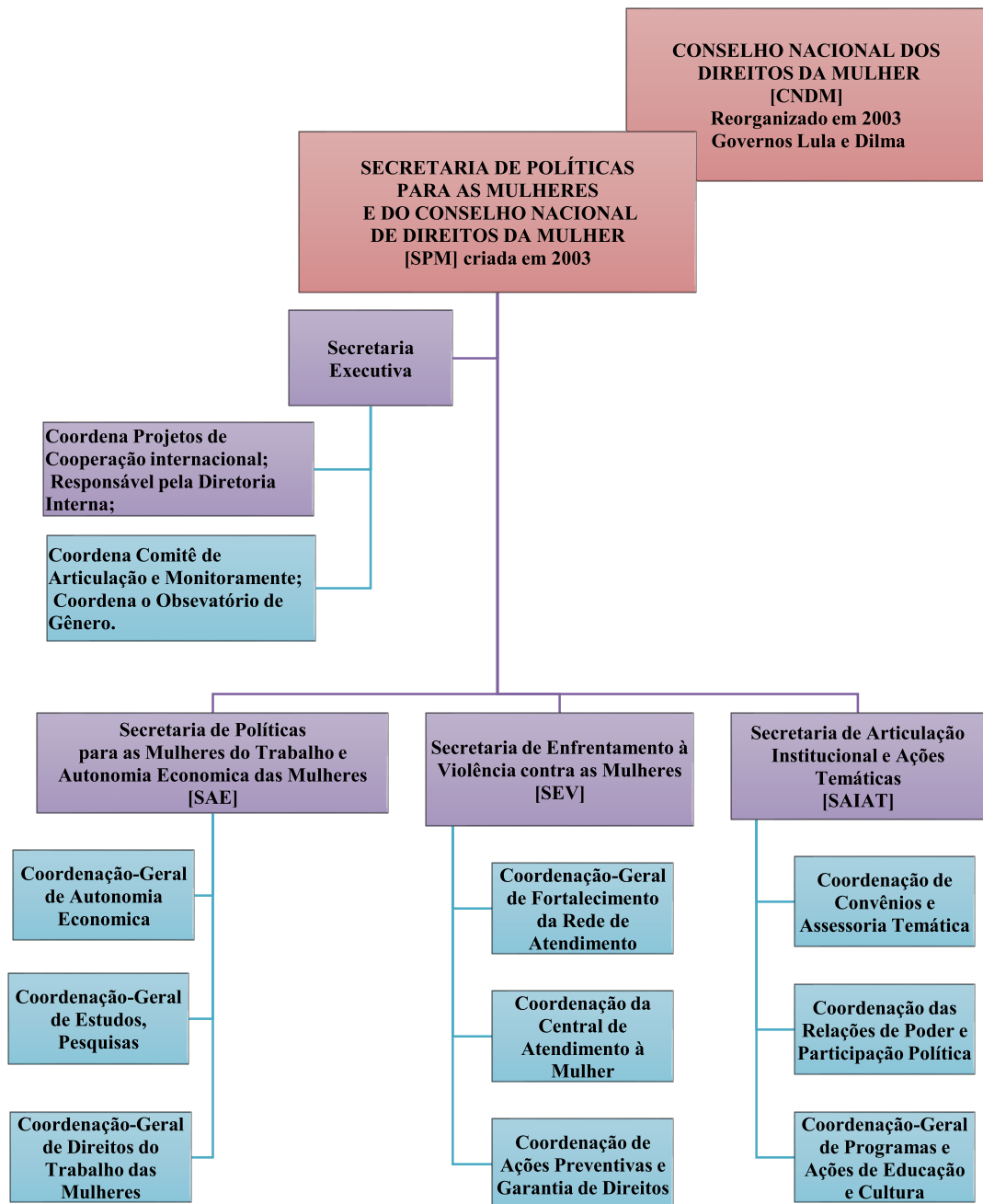
A Lei N.º 10.683, de 28 de maio de 2003 (BRASIL, 2003b) atribuiu à Secretaria Especial de Políticas para Mulheres (SPM) e ao conselho as seguintes competências:

Art. 22. À Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres compete assessorar direta e imediatamente o Presidente da República na formulação, coordenação e articulação de políticas para as mulheres, bem como elaborar e implementar campanhas

educativas e antidiscriminatórias de caráter nacional, elaborar o planejamento de gênero que contribua na ação do governo federal e demais esferas de governo, com vistas na promoção da igualdade, articular, promover e executar programas de cooperação com organismos nacionais e internacionais, públicos e privados, voltados à implementação de políticas para as mulheres, promover o acompanhamento da implementação de legislação de ação afirmativa e definição de ações públicas que visem ao cumprimento dos acordos, convenções e planos de ação assinados pelo Brasil, nos aspectos relativos à igualdade entre mulheres e homens e de combate à discriminação, tendo como estrutura básica o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, o Gabinete e até três Subsecretarias. (PIMENTA, 2010, p. 156).

Em 2003, houve alterações na composição e estrutura do CNDM e da SPM-PR, que foram realizadas nos governos Lula e Dilma. A partir da Lei nº10.683 de 28 de maio de 2003 (BRASIL, 2003b), que a Secretaria dos Direitos da Mulher sai do âmbito do Ministério da Justiça e passa se chamar Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, estando vinculada diretamente à Presidência da República, conforme figura 2.

Figura 2 - Estruturação da SPM a partir de 2003 (Governo Lula)



Fonte: Adaptado de Lopes e Heredia (2014, p. 217-218).

Uma das características do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher é que ele é um dos mais antigos e consistentes do Estado brasileiro. Isso pode ser observado a partir de alguns dos marcos legais e históricos da sua trajetória. Exemplo disso é a sua reorganização enquanto espaço político, o que refletiu as transformações no interior dos movimentos, e a estrutura organizacional do Estado, assim como da sua conjectura política.

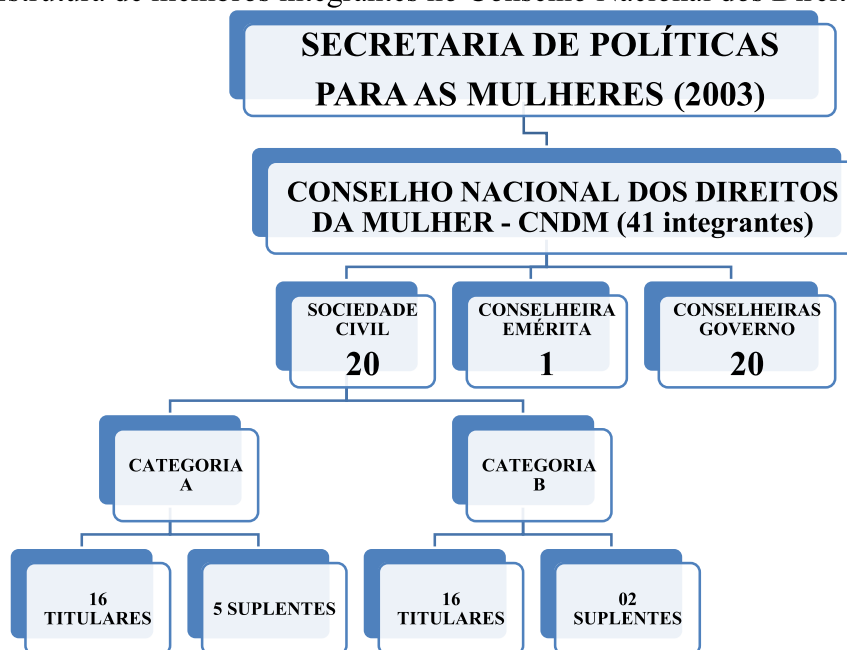
Guterres, Vianna e Aguião (2014, p. 219) apontam duas questões relevantes sobre a trajetória do CNDM. A primeira é que, desde a sua criação, em 1985, e a sua reorganização, em 2003, representou significativa mudança na questão da participação da sociedade civil no conselho. Na sua criação, era expressiva a maneira como contemplava as figuras femininas que historicamente estavam rompendo com a hegemonia masculina política. Entretanto, ficou restrito ao meio acadêmico, sem maior diversidade, interação e participação efetiva das mulheres dos movimentos sociais. A segunda diz respeito à autonomia do conselho como espaço de debate para o movimento feminista. Para algumas militantes, as mudanças ocorridas em 2011 fizeram com que as conselheiras passassem a ser militantes que compõem as entidades que constituem o conselho. A crítica é que, do período constituinte em que o “*lobby do batom*” teve efetiva participação para a incorporação de alguns dos direitos da mulher, ao longo dos anos, perdeu-se o espaço de debate no interior do conselho devido ao esvaziamento de discussões conceituais, como, por exemplo, dos direitos sexuais e reprodutivos.

Ainda sobre esse momento, nossa interlocutora acrescenta que o mesmo foi um período em que o Partido dos Trabalhadores (PT) também fazia uso do espaço do Conselho para construção de formas de combate ao pensamento político dominante. Como apontado não apenas por essas militantes, mas também por outras, as mudanças históricas e no perfil do Conselho teriam levado a que esse passasse de um espaço de conflito e cooperação a um “aparato de governabilidade”, endurecendo-se e perdendo sua capacidade positivamente conflitiva. (GUTERRES; VIANNA; AGUIÃO, 2014, p. 220).

Já para as gestoras, o processo de mudança que envolve o CNDM precisou atentar para o esvaziamento ocorrido na década de 1990 em que governo Collor revogou a autonomia administrativa e financeira do conselho. O englobamento do Conselho pela Secretaria de Políticas para Mulheres é visto por algumas militantes como positivo, no sentido de que o CNDM passou a ter um aliado dentro do governo, embora isso faça com que, em determinados momentos políticos, ocorram alguns recuos de lutas históricas como a do direito ao aborto.

A mudança estrutural, na questão da participação mais efetiva da sociedade civil, será representada pela reestruturação proposta no ano de 2003, conforme vemos na figura 3:

Figura 3 - Estrutura de membros integrantes no Conselho Nacional dos Direitos da Mulher



Fonte: Adaptado de Guterres, Vianna e Aguião (2014, p. 210).

Talvez essa mudança representasse uma parceria benéfica. Porém, a preocupação das militantes era que o *status quo* do CNDM não se perdesse em meio à vulnerabilidade do atrelamento governamental, já que a idealização do conselho objetivou a conquista de direitos:

A ideia de parceria é acionada de modo a recolocar os termos da relação entre CNDM e a SPM, sublinhando o alinhamento político e, de certo modo, pragmático entre as entidades que participariam do Conselho e o Governo em exercício. (GUTERRES; VIANNA; AGUIÃO, 2014, p. 221).

A esperança era que as entidades que integravam o CNDM fizessem a mediação entre os movimentos sociais e o governo, mas, muitas vezes, o que as militantes presenciaram foi que essas conselheiras representantes da sociedade civil foram menos combativas do que a militância de outrora.

Em 2003, o Decreto de nº 4773/2003 (BRASIL, 2003a) declarou o CNDM como órgão colegiado de caráter consultivo e integrante da estrutura básica da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres, tendo como finalidade promover, em âmbito nacional, políticas para as mulheres com a perspectiva de gênero, que visem eliminar o preconceito e a discriminação, inclusive os de aspectos econômicos e financeiros, ampliando o processo de controle social sobre as referidas políticas, conforme figura 3.

Já o Decreto nº 6.412/2008 (BRASIL, 2008) declarou que o CNDM é um órgão colegiado de natureza consultiva e deliberativo, com a finalidade de “respeitadas as demais

instâncias decisórias e as normas de organização da administração federal”, formular e propor diretrizes de ação governamental voltadas à promoção dos direitos das mulheres e atuar no controle social de políticas de igualdade de gênero”. Vejamos a figura 4.

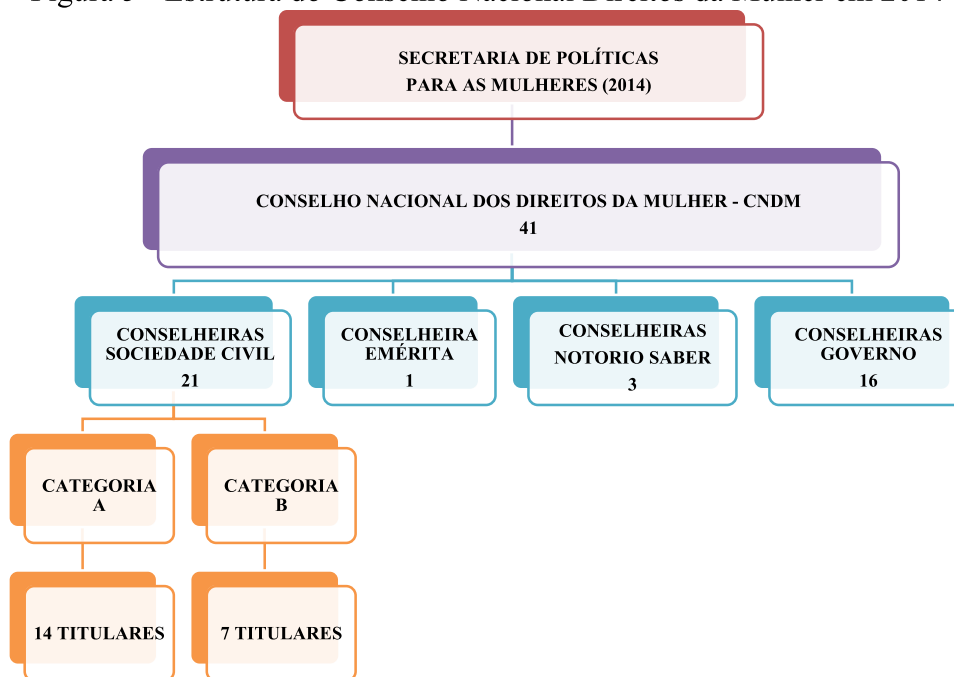
Figura 4 - Estrutura de membros integrantes do Conselho Nacional Direitos da Mulher em 2008



Fonte: Adaptado de Gutterres, Vianna e Aguião (2014, p. 222).

O Decreto nº 8.202, de 6 de março de 2014 (BRASIL, 2014), altera novamente a estrutura do CNDM, passando a figurar como suas finalidades: “1 – formular e propor diretrizes para a ação governamental voltada a promoção dos direitos das mulheres; II – atuar o controle social de políticas públicas de igualdade de gênero”. Houve mudança na composição, estruturação, competências e funcionamento do CNDM, como vemos na figura 5.

Figura 5 - Estrutura do Conselho Nacional Direitos da Mulher em 2014



Fonte: Adaptada de Gutterres, Vianna e Aguião (2014, p. 222).

Desde 2003, a SPM tinha *status* de ministério. Em 2 de outubro de 2015, a secretaria assim como o conselho foram incorporados ao Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos (MMIRDH), o qual uniu também as Secretarias de Políticas para Promoção da Igualdade Racial e a Secretaria de Direitos Humanos.

No ano de 2016, entre os dias 10 a 13 de maio, ocorreu a 4ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, tendo sido convocada pela então presidenta Dilma Rousseff, sob a coordenação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres – do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos – e do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, reafirmou o compromisso do governo brasileiro de fortalecer a Política Nacional para as Mulheres, num quarto mandado de uma política de inclusão social. A conferência teve como tema “Mais Direitos, Participação e Poder para as Mulheres”. Reuniu cerca de três mil participantes, entre delegadas/os e convidadas/os, que debateram estratégias de fortalecimento das políticas para as mulheres e a democratização da participação das mulheres nas diversas esferas institucionais do País.

Em discurso durante a conferência, a presidenta afirmou que:

Nenhum fundamentalismo vai impedir que nossa perspectiva de gênero se afirme cada vez mais. Sabemos o quanto existe de misoginia, o quanto existe de machismo em algumas visões. Nós vamos reafirmar a nossa perspectiva de gênero. E eu tenho

certeza de que uma conferência deste porte, deste tamanho, desta envergadura é, sem dúvida, uma das nossas mais importantes plataformas de luta. (MDH, 2017, p. 11).

A presidenta falou do quanto ainda as mulheres precisam lutar contra o preconceito e a misoginia e que ela era a prova dessa violência, porque estava sobre o processo de um *impeachment* golpista, argumentando que esse processo tinha como base o fato de ela ser a primeira presidente mulher, eleita pelo voto popular, a primeira presidenta eleita do Brasil.

Em agosto de 2016, a presidenta teve seu mandato cassado, assumindo Michel Temer, o qual extinguiu vários ministérios, dentre eles o Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos (MMIRDH, 2018), transferindo a Secretaria de Políticas para Mulheres assim como o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, para o Ministério da Justiça e Cidadania. Em 21 de junho de 2018, Temer faz outra mudança, transferindo o SPM e o CNDM para o Ministério dos Direitos Humanos.

No ano de 2018, por meio do Decreto nº 9.417 de 20 de junho de 2018 (BRASIL, 2018), houve a transferência da Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres (SNPM), assim como o Conselho Nacional de Políticas para Mulheres para a estrutura organizacional do Ministério dos Direitos Humanos.

E, em 2019, por meio do Decreto nº 9.673, de janeiro de 2019 (BRASIL, 2019), a SNPM e o CNDM passaram a fazer parte da estrutura do recém-criado, Ministério da Mulher, Família, Juventude e Direitos Humanos; tendo como texto que as políticas e diretrizes destinadas à promoção dos direitos humanos, incluídos os direitos:

- a) da mulher;
- b) da família;
- c) da criança e do adolescente;
- d) da juventude;
- e) do idoso;
- f) da pessoa com deficiência;
- g) da população negra;
- h) das minorias étnicas e sociais;

II - articulação de iniciativas e apoio a projetos destinados à proteção e à promoção dos direitos humanos, com respeito aos fundamentos constitucionais do Estado de Direito;

- III - exercício da função de ouvidoria nacional em assuntos relativos aos direitos humanos;
- IV - políticas de promoção do reconhecimento e da valorização da dignidade da pessoa humana em sua integralidade;
- V - combate a todas as formas de violência, de preconceito, de discriminação e de intolerância.

Em breve análise, poderíamos dizer que as conquistas efetivas nos 13 anos do governo de Lula e Dilma, governos marcados pela inclusão social e conquista de políticas públicas para as mulheres, com o governo Temer e agora no governo Bolsonaro, se situam numa conjectura retrógrada em meio a uma crise política de perdas significativas das conquistas sociais e de políticas públicas, assim como da diminuição da participação da sociedade civil em conselhos nacionais extintos. A junção de oito categorias sociais distintas não leva em consideração as lutas históricas por emancipação que cada um travou, assim como a intensa demanda que cada uma delas por si só apresenta.

Gutterres, Vianna e Aguião (2014, p. 219) destacam que as primeiras formações do conselho representaram a diversidade, a interação e a participação das mulheres ativistas. Destacam que a crítica de algumas militantes se deu porque esperavam que as entidades no CNDM fizessem a mediação entre os movimentos sociais e o governo; entretanto, nem sempre as conselheiras/ativistas foram tão combativas quanto se pretendia. Nos processos de reorganização da estrutura do conselho, a esperança é que ocorra uma real representatividade dos movimentos dentro do CNDM.

Durante nossa pesquisa, ocorreram mudanças significativas no CNDM, no que diz respeito a sua estrutura e também ao ministério ao qual está vinculado. Resta saber como ficará a questão da participação da sociedade civil nesse conselho e, além disso, como a Secretaria Nacional de Políticas Públicas irá desenvolver suas atividades, agora que perdeu seu *status* de ministério. O que se observa de positivo nesse cenário de intensas mudanças e retrocessos é que, pelo menos, houve a permanência desses dois órgãos importantes para os direitos das mulheres; ainda que seja um campo de atuação ao lado de mais sete campos, dentro do Ministério da Mulher, Família, Juventude e Direitos Humanos.

4 FEMINISMOS E POLÍTICAS PARA E DAS MULHERES EM CASCAVEL/PR

4.1 Contextualizando Feminismos no Paraná

O município de Cascavel/PR é relativamente jovem. Com 67 anos de emancipação política e histórica, é considerada a quinta cidade mais populosa do estado do Paraná. Tendo passado os ciclos da erva-mate e madeira, dedica-se à atividade agropecuária e ao comércio de prestação de serviços. É considerada, também, um dos maiores polos econômicos da Região Sul país. Sua base populacional é constituída por descendentes de imigrantes europeus, mais especificamente migrantes dos estados de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, contando com pelo menos 11 centros universitários. Atualmente, tem 324.476 mil habitantes, conforme estimativa do IBGE, publicada em agosto de 2018 (IBGE, 2018).

O Paraná é, historicamente, um estado marcado pelas lutas por terras. A Revolta do Contestado (1912-1926), o Levante do Sudoeste e a Revolta de Porecatu, no final dos anos 50, são o berço do que se constituiria mais tarde o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra.

A partir dos anos 1970, a mecanização das lavouras foi sendo a causa do desemprego de centenas de trabalhadores rurais, e o processo de concentração de propriedade foi eliminando o pequeno proprietário. No final da década de 70, a desapropriação de terras povoadas e produtivas para a construção de barragens das usinas hidrelétricas fez emergir uma ampla ação de movimentos populares e sindicatos, para exigir seus direitos em relação à falta de indenização ou preços baixos das terras:

Os agricultores do Oeste do Paraná, expropriados de suas terras para a construção da Usina Binacional Itaipu, foram identificando-se no processo de exclusão social a que estavam sendo submetidos. Mesmo havendo entre aqueles agricultores uma marcante diferenciação social (proprietários, posseiros, arrendatários), foi possível promover entre eles uma certa unidade, já que se encontravam todos na condição de atingidos. O inimigo era comum, representado pelo Estado e pela Usina. (KNAPIK, 2005, p. 79).

Em 1981, surgiu o Movimento de Agricultores Sem-Terra no Oeste do Paraná (MASTRO), como um desdobramento do Movimento “Justiça e Terra”. As Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) tiveram sua origem a partir da década de 1950, época da criação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), tomando força a partir do Concílio Vaticano II, inserindo-se nos movimentos populares que surgiram no Brasil na década de 1960. Elas começaram nas zonas rurais e depois se expandiram nas periferias das grandes cidades. Pastorais e CEBs se tornaram organizações atuantes dentro da Igreja Católica. Para as mulheres,

a participação nas CEBs significava sua entrada tanto no espaço, quanto na história pública. A formação oferecida pela Igreja às preparava para sua inserção nas práticas pastorais, possibilitando sua capacitação como agentes de intervenção social. A feminização do movimento foi fortalecida pelo fato de que a maioria das agentes pastorais que organizaram as CEBs era mulheres das ordens religiosas femininas (KNAPIK, 2005).

Nos anos 1970, marcados pela violência do regime militar, as CEBs formaram focos de resistência popular nos bairros, reforçando laços de solidariedade e reanimando a esperança dos excluídos.

As CEBs tiveram grande importância na contribuição do movimento sindical, no movimento de trabalhadores rurais, na organização das bases e principalmente nos movimentos populares, entre eles o Movimento Popular de Mulheres no Paraná (MPMP). O surgimento do MPMP ocorreu juntamente como a história das CEBs e também de outras igrejas e movimentos, que contribuíram para a reflexão e para a luta por melhores condições de vida e luta pela terra. Da participação no Clube das Mães e nas CEBs, paulatinamente, elas passaram a se organizar através das pastorais aos movimentos sociais, articulando as reivindicações políticas e econômicas.

De acordo com Márcia Carneiro Knapik (2005), o 1º Encontro de Mulheres reuniu representantes das regiões Sul, Oeste, Região Metropolitana, Sudoeste e Região Centro do estado do Paraná, acontecendo em 20 de novembro de 1981, em Francisco Beltrão. A reunião das mulheres de várias regiões teve como pauta a problemática do trabalho com mulheres. A partir da experiência da atuação de quatro mulheres do meio rural (Turvo, Castro, Capanema e Francisco Beltrão) e de uma experiência urbana, iniciou-se a articulação de movimentos e organizações das mulheres da classe popular do Paraná.

Knapik (2005), em sua pesquisa sobre a historicização do movimento de mulheres no Paraná, apontou três aspectos considerados importantes nesse processo: (i) a importância da mulher se valorizar; (ii) a conscientização de homens e mulheres em relação à exploração e subordinação feminina (a luta da mulher é a luta de toda a classe trabalhadora); (iii) a formulação do projeto de uma sociedade nova (a mulher foi lançada fora do lar, o Movimento de Mulheres deve responder a essa necessidade histórica e acompanhá-la neste crescimento). Dentro destes objetivos, enquadravam-se outros (alguns a curto e outros a longo prazo; gerais e específicos de cada região).

A autora ainda aponta que, em resumo, elas almejavam alcançar um tipo de sociedade onde houvesse: (a) divisão das tarefas de casa; (b) respeito à cultura, saúde, educação; (c)

pluralidade na unidade com justiça; (d) realização do projeto de vida com fraternidade; (e) igualdade entre homem e mulher, fim da discriminação, exploração; (f) direitos iguais, fim da violência contra a mulher; (g) sociedade sem classes sociais. (KNAPIK, 2005).

Nesse sentido, Knapik (2005), ao historicizar o movimento de mulheres no Paraná, aponta a questão da desmobilização, em função de dissensos de pautas, e da dificuldade em meio à diversidade identitária das mulheres. Por fim, em relação ao Movimento Popular das Mulheres no Paraná, a partir dos depoimentos colhidos durante os 10 anos de movimento, o que mais marcou essas mulheres foi a contribuição para a conscientização e compreensão de si mesmas, de sua capacidade de agir sobre a realidade.

O movimento de mulheres no Paraná é registrado em livros e também em muitas pesquisas de graduação, mestrado e doutorado nas mais diferentes áreas do conhecimento, a saber, nas Ciências Sociais, História, Geografia, Saúde, Enfermagem. O desenvolvimento de pesquisas sobre as mulheres nos últimos anos tem revelado o quanto as mulheres estiveram ativamente presentes em movimentos sociais, sejam eles populares, sejam institucionalizados. Elas atuaram de formas múltiplas e também relacionadas às funções sociais a elas atribuídas historicamente.

No Paraná, o movimento de mulheres é significativo e sua participação é apontada em livros e também nas pesquisas de graduação, mestrado e doutorado, embora não sejam relativamente específicos quanto à questão do feminismo e ativismo feminista. Todavia, foi possível, nesta seção, trazer um panorama dos movimentos sociais das mulheres no Paraná, o que contribui para a nossa proposta de análise, vindo a corroborar com a nossa metodologia de pesquisa, que visa analisar o ativismo feminista em Cascavel a partir da narrativa das trajetórias de vida de ativistas feministas.

4.2 A Composição do Conselho Municipal de Direitos da Mulher de Cascavel – CMDM

O cenário brasileiro, após a Constituição de 1988 (BRASIL, 1988), proporcionou diferentes modalidades de participação sociopolítica entre Estado e sociedade. Assim, mecanismos de consulta direta como referendos, plebiscitos e audiências públicas foram maneiras de participação e deliberação quanto às ações do governo, dando ao cidadão a condição de sua participação nos conselhos gestores, conferências temáticas e planos diretores. Seu objetivo é que ocorra a interação entre os cidadãos, os movimentos sociais e o Estado, na construção de políticas sociais.

O projeto básico de proposta da criação do Conselho Municipal dos Direitos da Mulheres de Cascavel/PR (CMDM) teve como objetivo assegurar os direitos e também a representatividade das mulheres. Porém, na primeira Ata da Reunião Ordinária nº 1 de 14/02/2012-CMDM¹, a partir da linha 67, lemos o seguinte:

[...] questiona e sugere sobre a possibilidade da participação da Universidade do Oeste do Paraná (UNIOESTE) no CMDM. Inês concorda na hipótese de participação da Universidade na representação governamental, ressaltando que para alguma instituição ter a representatividade no CMDM, há necessidade de alterar a Lei que institui o CMDM. A sugestão apresentada é encaminhada para a Comissão de Leis para análise e parecer. A participação no CNDM, também foi solicitada pelas representações: AFROVIDA, Movimento de Economia Solidária e Sindicato Rural Patronal de Cascavel.

A fala acima vem corroborar ao constatado, nas falas das interlocutoras desta pesquisa, e também em diversos momentos, na pesquisa de campo, em que tive contato com diversas ativistas feministas da cidade de Cascavel, as quais afirmaram não se sentirem representadas dentro do CMDM. Outra questão apresentada por algumas ativistas é a falta de conhecimento da atuação e ação do conselho; sendo que uma das principais reclamações é a falta de informação e de diálogo entre o Conselho e a sociedade civil, principalmente, no que diz respeito aos movimentos, ONGs e coletivos sociais existentes no município.

Ou seja, a primeira formação do CMDM, aparentemente, trouxe uma pequena e talvez baixa presença e participação das mulheres ativistas da cidade. Isso ficou claro nas falas das ativistas dos vários movimentos sociais com que fomos dialogando ao longo desta pesquisa. Assim, acabamos constatando que o quadro de membros constava mais instituições sociais de diversas outras áreas do que com a representatividade de coletivos e movimentos femininos da cidade.

Isso foi constatado, novamente, pela própria mesa diretiva do CMDM e demais integrantes conselheiras, que apontaram essa questão, na primeira gestão do conselho, em sua primeira reunião ordinária, conforme registrado em ata. Elas questionaram sobre a necessidade de inclusão de novas vagas para a sociedade civil, de forma que se tivesse uma representatividade mais presente dos movimentos sociais, ONGs, coletivos e ativismos feministas da cidade.

De acordo com a ata da primeira reunião, a mesa diretiva da primeira gestão do CMDM informou que a questão da inclusão de novas cadeiras representativas na estrutura do conselho

¹ Documento concedido por uma das entrevistadas.

só seria possível se houvesse mudança na lei que instituiu o conselho, ou seja, a proposta foi encaminhada à Comissão de Leis do CMDM, para análise e parecer.

Em análise da documentação consultada sobre o CMDM, desde o ano de sua fundação, realizou-se diversas atividades, como a Conferência Regional de Políticas Públicas para Mulheres, ocorrida em 29 de agosto de 2011, e reuniões, de forma descentralizadas, que em vários locais da cidade, como, por exemplo: o Auditório da Prefeitura; Núcleo Regional de Educação; Sindicato Rural Patronal de Cascavel; Ordem dos Advogados do Brasil, Unidade de Acolhimento Institucional para Mulheres em Situação de Violência – “Vanusa Covatti”; sala de reuniões da Prefeitura Municipal, tendo como objetivo a aproximação e a participação da sociedade nas reuniões.

O primeiro ano de existência do conselho coincidiu com o ano eleitoral; e houve, por parte do CMDM, uma mobilização para acompanhamento e avaliação das propostas dos candidatos a prefeito, no que se referiam à garantia do atendimento continuado à mulher, principalmente àquelas com seus direitos violados. Por meio de comissões, realizaram visitas na Delegacia da Mulher, na Unidade de Pronto Atendimento (UPA) I e Hospital Universitário do Oeste do Paraná (HUOP). Participaram em programas de televisão, campanhas estaduais, encontros e vários outros eventos relacionados à mulher. O CMDM instituiu a Biblioteca do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, espaço que se encontra dentro da Biblioteca Municipal de Cascavel/PR. A biblioteca, além dos diversos livros e materiais relativos à questão da mulher, tem em seu acervo a “Cartilha sobre os Direitos da Mulher”, confeccionada pelo CMDM em comemoração ao seu primeiro ano de existência.

Em relação à sua ação direta para as políticas públicas que já estão implantadas no município, o conselho esteve fiscalizando o funcionamento e atendimento realizado pela Delegacia da Mulher em Cascavel. Por meio do ofício 019/2013-CMDM, reiterando o ofício 017/2012-CMDM², em relação aos problemas no atendimento, na Delegacia da Mulher de Cascavel, questionou-se a demora do agendamento do procedimento de representação da mulher agredida assim como a solicitação de medida de proteção. A estrutura da Delegacia da Mulher de Cascavel conta com 1 delegada, 2 escrivãs de polícia, 1 investigadora de polícia, 3 estagiárias e 1 zeladora. O horário de expediente é das 9h às 12h e das 14h às 18h (demais horários todos os procedimentos são encaminhados ao plantão da 15ª Subdivisão Policial de Cascavel/PR). Possui duas viaturas: uma caracterizada e a outra não, 8 microcomputadores, 2 *notebooks*, 7 aparelhos telefônicos, 1 aparelho de fax. Não possuem armamento próprio, tendo

² Documento concedido por uma das entrevistadas.

apenas 1 com a delegada, 1 com a escrivã e outra com a investigadora. O espaço físico consiste numa sala de espera, uma sala de registro de boletins de ocorrência, 5 cartórios, uma cozinha e 1 banheiro. O local não conta com espaços específicos para as áreas de assistência jurídica, equipe técnica, coordenação e apoio. Os atendimentos à mulher, no caso de violência doméstica e ou sexual, são encaminhados ao CREAS, CEDIP e Conselho Tutelar.

Mediante a questão apontada, o CMDM encaminhou à Coordenação das Delegacias da Mulher (CODEM) ofício solicitando uma padronização nos procedimentos técnicos e operacionais nas delegacias especializadas no atendimento às mulheres vítimas de violência. De acordo com os registros do CMDM, a Delegacia da Mulher de Cascavel tem fragilidades e necessidades de adequação, tendo em vista a demanda de atendimento da delegacia, na qual, no ano de 2012, foram registrados 2.433 boletins de ocorrência.

Em relação às políticas públicas de atendimento e encaminhamento, verificou-se que há dificuldades na concessão de medidas protetivas de urgência. Isso porque as mulheres acolhidas no abrigo, em função da situação de risco, dependem da Medida de Proteção. O problema é que a Medida de Proteção deveria ser encaminhada pela Delegacia da Mulher, para o Poder Judiciário, mas está tendo o prazo de despacho muito lento, além de informações imprecisas e falta de atenção; chegando, em alguns casos, ao envio da documentação sem ser anexado o Boletim de Ocorrência.

Em se tratando de segurança, o essencial para a mulher em situação de risco é que seja cedida uma Medida Protetiva, assegurando a ela a proibição de aproximação da vítima e familiares, o contato da vítima com familiares, afastamento do agressor do lar, restrição ou suspensão de visitas aos filhos e/ou dependentes, prestação de alimentos, suspensão de armas. Diante do exposto, o CMDM oficiou o Ministério Público sobre: (i) a falta de informações documentais, dificultando a concessão das medidas preventivas; (ii) a não participação da Delegacia da Mulher nas reuniões ordinárias e extraordinárias do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher.

As atividades relativas ao acolhimento de mulheres, vítimas de violência ou em vulnerabilidade, são realizadas pelo Centro de Serviço de Acolhimento Institucional “Abrigo Vanusa Covatti” – unidade institucional para mulheres em situação de violência, tendo serviço de acolhimento gratuito e proteção às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar, em caráter provisório e excepcional, nos termos da Política Nacional de Assistência Social (PNAS). As unidades de acolhimento são serviços que ocorrem 24 horas por dia, todos os dias da semana.

Nelas, são atendidas pessoas com questões de fragilidade referentes a conflitos familiares, saúde, educação, financeiros, entre outras.

Outra questão levantada tanto pelo conselho, como pela coordenação do Abrigo de Acolhimento, foi o curto espaço de tempo em que as mulheres acolhidas permanecem no abrigo e como elas acabam voltando ao lar, com seus antigos companheiros agressores. De acordo com a coordenadora da Casa Abrigo de Cascavel, existe uma política de informação e orientação para que as mulheres tenham consciência do perigo a que elas estarão expostas caso retornem a conviver novamente com o agressor.

A questão da assistência à mulher em situação de violência doméstica e familiar é uma política pública assegurada a nível municipal, estadual e nacional, conforme lei 11.340/2006, capítulo 2, artigo 9. (BRASIL, 2006):

A assistência à mulher em situação de violência doméstica e familiar será prestada de forma articulada e conforme os princípios e as diretrizes previstos na Lei Orgânica da Assistência Social, no Sistema Único de Saúde, no Sistema Único de Segurança Pública, entre outras normas e políticas públicas de proteção, e emergencialmente quando for o caso.

Na Lei Maria da Penha (BRASIL, 2006), é assegurada a inclusão no cadastro de programas assistências do governo, assim como medidas protetivas de urgência. Em Cascavel, constatou-se que grande maioria das mulheres acaba retornando aos lares agressores. Não levantamos mais dados sobre essa questão, mas é pertinente seu registro, haja vista que uma das questões que foi amplamente trabalhada tanto pelos movimentos feministas de Cascavel assim como pelo conselho foi o combate à violência contra a mulher e a conscientização dos direitos desta.

Esse levantamento das ações do Conselho Municipal de Cascavel apontou o quanto ele esteve agindo enquanto fiscalizador no que diz respeito às estruturas assistenciais do município, no atendimento às mulheres, atuação da Delegacia da Mulher, assim como ações pontuais, como eventos e palestras relacionadas às questões de gênero, dando-se ênfase ao combate à violência contra a mulher.

No ano de 2015, houve uma tentativa de organização de uma Secretaria Municipal de Políticas Públicas para Mulheres, proposta pela advogada Aline Rangel, do “I Seminário de discussão sobre Políticas Públicas para as Mulheres: A Luta por Direitos”. A organizadora era também secretária geral do Centro de Direitos Humanos de Cascavel (CDH). A proposta do evento foi, além de reunir as mulheres ativistas dos diversos movimentos feministas de Cascavel, observar a diversidade de atuação: mulheres negras, camponesas, com deficiência

física, lésbicas, etc. De acordo com informações repassadas pela organizadora do evento, o objetivo do evento ia além do estudo e debate, visando reunir esses movimentos também como uma maneira de aproximar os discursos e pautas e, principalmente, para que juntas pleiteassem por uma Secretaria Municipal dos Direitos da Mulher no município.

O Conselho Municipal dos Direitos das Mulheres (CMDM) é formado por 12 representantes governamentais e 11 representantes da sociedade civil, em que a representatividade das mulheres está definida por entidades associativas de diferentes categorias profissionais e algumas religiosas: (i) o Conselho da Mulher Empresária da Associação da Indústria e Comércio de Cascavel (ACIC); (ii) Sindicato dos Professores Municipais de Cascavel (SIPROVEL); (iii) Sindicato dos Professores da Rede Estadual (APP); (iv) Associações de Moradores; (v) Associação dos Profissionais de Serviços Social de Cascavel; (vi) Associação das Senhoras de Rotarianos; (vii) Entidades de atendimento a idosas; (viii) Entidade de atendimento à pessoa com deficiência; (ix) Faculdades e Universidades com sede no Município de Cascavel; (x) Ordem dos Pastores de Cascavel (OPEVEL); (xi) Ordem dos Advogados do Brasil; (xii) Arquidiocese de Cascavel – Pastoral/Cáritas; (xiii) Associação Cascavelense de Amigos da Pastoral da Criança (ACAPAC).

Há, na cidade, um Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, criado pela Lei Municipal 5844/2011 e uma Delegacia da Mulher, criada no ano 2015. Pelo menos durante o período desta pesquisa, constatamos que ainda não há na cidade de Cascavel uma Secretaria Municipal de Políticas Públicas para Mulheres.

Aparentemente, essa estrutura revelou pouca representatividade das mulheres da periferia, negras, trabalhadoras, transgênero e as demais mulheres que participam dos coletivos e movimentos sociais da cidade. Como já apontado no capítulo três, as próprias conselheiras do CMDM, logo nas primeiras reuniões, apontaram a preocupação referente à falta de uma maior participação da sociedade civil, principalmente, das ativistas feministas, na estrutura organizacional do conselho. A demanda foi encaminhada para estudo; porém, uma mudança estrutural de rol de membros somente poderá ocorrer com alteração na lei que criou o CMDM.

Dos quinze grupos, coletivos e movimentos de ativistas que foram destacados nesta pesquisa, nenhum faz parte da estrutura do CMDM. As entidades que compõem o conselho representam instituições sociais de cunho religioso, social e assistencial de uma forma mais ampla, sem um envolvimento maior daqueles grupos sociais relacionados aos movimentos de mulheres existentes na cidade. A falta participação das ativistas no CMDM é uma crítica constante nas falas das ativistas e dos grupos durante toda pesquisa. Esse distanciamento

participativo das ativistas feministas no conselho foi perceptível não somente nas falas, como também na comunicação e no envolvimento de ações conjuntas entre os coletivos femininos e o CMDM, como, por exemplo, ações anuais em prol do 8 de março, Dia Internacional da Mulher.

A proposta deste resgate histórico de políticas para as mulheres realizada no capítulo anterior visou fornecer um entendimento do processo de construção do órgão máximo de representatividade e de políticas públicas para mulheres no Brasil, o Conselho Nacional de Políticas dos Direitos da Mulher, e, na presente seção, fornece elementos para uma análise local deste processo, no caso, dos ativismos feministas e da formação do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, em Cascavel.

4.3 O movimento feminista em Cascavel/PR

Existe ativismo feminista em Cascavel? A partir da pesquisa bibliográfica realizada, foi possível identificar uma historicidade deste na cidade em tela, o qual está na base da formação do Conselho Municipal dos Direitos da Mulheres (CMDM) e das lutas feministas na região. Entretanto, para localizar essas ativistas, em primeiro lugar, procurei coletar essas informações dentro da universidade estadual da cidade, localizando os grupos de estudo e pesquisa, contatando projetos e programas de extensão cadastrados no banco de dados da universidade.

Na sequência, o contato ocorreu com os centros acadêmicos existentes no *campus* universitário de Cascavel. Aos poucos, elenquei alguns nomes e contatos, muitos deles indicados pelos grupos de estudos e projetos de extensão dentro da universidade, outros por sindicatos e alguns dos movimentos culturais da cidade, dos quais havia um envolvimento particular³. Fiz contato com alguns a partir da *internet* – páginas eletrônicas, *blogs*, grupos no Facebook, *sites*, etc. (embora, muitos deles desatualizados). Esses primeiros contatos eletrônicos foram essenciais. Cabe mencionar, entretanto, que, ainda que alguns fizessem parte do *hall* de membros de determinado coletivo ou grupo, na prática, não estavam mais vinculados.

³ Desde 2006, na universidade em que eu atuo, faço parte de projetos sociais culturais envolvendo docentes, discentes e comunidade em geral; assim como estou envolvida voluntariamente em atividades musicais em dois corais da cidade. O contato e a atuação nesses projetos se intensificaram a partir de 2008, quando meus dois filhos iniciaram aulas de flauta doce num projeto musical da Prefeitura Municipal e, em 2012, iniciaram as atividades na Orquestra Sinfônica de Cascavel. Foi a partir desse envolvimento que eu tive na prática o meu primeiro contato com as políticas públicas em ação. Isso porque, no de 2015, ingressei no Conselho Municipal de Políticas Culturais como conselheira, eleita pela sociedade civil. Faço esse breve resumo, porque, de certa forma, a minha trajetória como ativista cultural contribuiu para que eu tivesse maior contato e também ampliasse o diálogo com os vários grupos e movimentos sociais, coletivos e de mulheres na cidade e região oeste do Paraná.

A grande maioria informou que, devido à mudança de cidade, de campo de pesquisa e outras questões, muitas dessas mulheres não faziam mais parte do movimento, não estavam atuando e ou participando ativamente e mesmo algumas não tinham mais nenhuma relação, mesmo que seus nomes ainda permanecessem como ativos nos contatos dos grupos da *internet*. Posteriormente, outras mulheres com quem fui dialogando, aos poucos foram indicando nomes de outras.

Nesse momento, foi muito perceptível, por parte delas, uma sororidade, uma vontade imensa de dar atenção e até satisfação em contribuir de alguma maneira com esta pesquisa. A maioria acabou indicando nomes de outras colegas que estavam atuantes nos grupos e ações na cidade. É importante frisar que nem sempre os grupos, coletivos e pessoas indicadas tinham uma organização virtual, ou seja, visibilidade na *internet*, página e contatos de referências.

Dessa maneira, a partir desses primeiros contatos, fui sendo conectada há vários grupos feministas da cidade e a muitas ativistas. Algumas delas ligadas diretamente ao meio acadêmico, outras ligadas aos partidos políticos locais, inclusive, sendo os seus grupos pontos regionais ligados a movimentos feministas a nível estadual e nacional. Conseqüentemente, esses contatos foram se desdobrando e, assim, fui conhecendo alguns dos coletivos, grupos e movimentos de mulheres na cidade e as suas ativistas.

Comecei a participar das palestras públicas, das atividades dos grupos, das reuniões desses coletivos e movimentos feministas e de mulheres em Cascavel. Ao chegar nas reuniões, inicialmente, procurei me apresentar como pesquisadora da temática dos movimentos sociais, do movimento feminista, do ativismo de mulheres em Cascavel. Fui me aproximando e, também, contribuindo com o ativismo e atividades realizadas pelos grupos com os quais entrei em contato. Fui sendo incluída nos grupos de WhatsApp e sendo convidada a participar como ouvinte de reuniões e palestras. E, em alguns momentos, inclusive, fui convocada a auxiliar na organização de eventos e manifestações.

Então, contatar as ativistas feministas ocorreu de três maneiras: a primeira, via contato eletrônico, pesquisas na *internet* e nos bancos de dados de bibliotecas; a segunda, indo até os grupos, coletivos, movimentos sociais, instituições de ação política; e, a terceira, e mais produtiva, através de indicações por meio de uma rede de contatos. A partir de alguns contatos das lideranças de grupos políticos, de movimentos de mulheres e feministas na cidade, assim como do próprio Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, fui tendo um leque de nomes de algumas mulheres que estavam realizando atividades em prol dos direitos das mulheres, não somente ligadas propriamente aos movimentos sociais e partidários; e fui contatando algumas

dessas ativistas sociais que atuavam dentro e fora e também por interação e relações em diversos meios sociais, seja no ambiente acadêmico, político, religioso, etc.

À vista disso, participar de encontros, palestras e reuniões públicas foi consequência. Aos poucos, fui criando uma rede de contatos, conseguindo mais informações e dados sobre o movimento de mulheres na cidade. As informações no meio eletrônico foram dispersas. Não existe um catálogo, banco de dados, estudos, levantamentos que forneçam a lista dos movimentos sociais feministas, coletivos, revistas, centros e núcleos feministas em Cascavel/PR. Então, a metodologia que se seguiu foi, além das buscas nas redes sociais e bibliotecas, baseada na indicação de nomes e telefones. Assim, fui visitar e conhecer os locais onde estavam acontecendo as atividades, reuniões, onde essas mulheres estavam atuando.

O desenvolvimento da análise aqui proposta se deu a partir de uma pesquisa qualitativa amparada na análise da trajetória de vida de quatro mulheres engajadas no ativismo feminista contemporâneo na cidade de Cascavel. O critério de escolha, num primeiro momento, foi como as mulheres que haviam se destacado no cenário feminista local. No desenvolvimento da pesquisa de campo, mais precisamente em contato com essas mulheres, escolhi quatro mulheres que estavam se destacando ao longo dos anos, em ações coletivas e também pontuais, como ativistas feministas, dentro e fora dos movimentos sociais.

Este capítulo teve como objetivo complementar o debate suscitado no segundo em relação aos novos feminismos latino-americanos, em que a participação das mulheres se dá a partir de uma ação que pode ocorrer dentro, fora e também numa relação mútua. A análise das trajetórias das ativistas revela uma intencionalidade implícita e algumas vezes explícita quanto à luta por equidade de gênero. O diálogo com a literatura das políticas públicas e dos conselhos participativos permeia as falas delas.

5 TRAJETÓRIAS DE VIDA: O ATIVISMO FEMINISTA

Neste capítulo, apresentamos as trajetórias das ativistas feministas de Cascavel, tendo por objetivo a análise de vida dessas mulheres, levando em consideração a singularidade das histórias individuais em meio a diversidade de feminismos e analisando em suas trajetórias, a ação e participação dentro e fora do movimento feminista. Bem como sua relação com as políticas públicas voltadas para mulheres em Cascavel/PR.

Apresento a metodologia empregada para acesso e contato com as ativistas da cidade e como foi essa aproximação; primeiramente, com os movimentos feministas da cidade e, paulatinamente, como esses contatos foram se direcionando para algumas ativistas proeminentes que não estavam necessariamente ligadas à alguma instituição ou movimento específico. Na sequência, fui selecionando aquelas que se revelaram no universo de pesquisa, mediante o objetivo geral da tese, que é analisar nas trajetórias de vida dessas ativistas, sua ação e participação em meio aos campos discursivos que se originaram nos novos espaços participativos de interação entre movimentos sociais, Estado e ativismos contemporâneos.

As entrevistas foram realizadas em janeiro de 2019. Em cada entrevista teve a duração média de 15 a 30 minutos.

5.1 Contextualizando os Ativismos Feministas em Cascavel/PR

Os grupos e movimentos sociais, com os quais interagi e que estão nos últimos anos realizando ações e mobilizações na cidade, serão apresentados nesta seção. Um dos primeiros grupos que fiz contato foi a União Brasileira de Mulheres (UBM), núcleo de Cascavel. Trata-se de um grupo que, em parceria com a Universidade Estadual de Cascavel (UNIOESTE), vem desenvolvendo atividades de mobilização e conscientização sobre a temática: feminismos, identidades, emancipação, empoderamento, debate sobre saúde e também questão da violência contra a mulher, a partir de projeto de extensão via universidade, em que a ênfase das atividades se concentra no mês de março de cada ano, em comemoração ao dia internacional da mulher.

A UBM realiza as ações em parceria também, com outros grupos coletivos feministas da cidade como: (a) Coletivo As Benditas; (b) Coletivo Pagu; (c) Coletivo Afrovida; (d) Coletivo União da Juventude Socialista de Cascavel; (e) Conselho de Direitos Humanos de Cascavel; (f) Coletivo Casanoz, na organização e promoção das atividades. O contato com o grupo da UBM, ampliou significativamente minha rede de contatos, porque me apresentou e me aproximou consideravelmente das diversas ativistas feministas em Cascavel.

Tabela 1. Coletivos participantes dos trabalhos da UBM

	NOME DOS COLETIVOS	ÁREA DE ATUAÇÃO
a)	Coletivo As Benditas	Movimento feminista
b)	Coletivo Pagu	Movimento feminista
c)	Coletivo Afrovida	Movimento negro
d)	Coletivo União da Juventude Socialista de Cascavel	Movimento político
e)	Conselho dos Direitos Humanos de Cascavel	Movimento Social
f)	Coletivo Casanoz	Movimento Cultural

Fonte: Elaborado a partir dos dados da presente pesquisa.

De acordo com a Tabela 1, esses coletivos estão ligados aos movimentos sociais e estão atuando em parceria a UBM e universidade em projetos de extensão. A partir desse levantamento, identifiquei que na cidade de Cascavel, haviam vários grupos de mulheres se mobilizando, algumas por meio do espaço político dos partidos aos quais são filiadas; outras engajadas em movimentos sociais e culturais; ou ainda em grupos de estudos e pesquisas de teorias feministas ou de gênero atuando em projetos dentro e fora dos seus espaços de ação.

O ativismo feminista ocorre por meio da ação individual e coletiva de mulheres dos grupos, coletivos, movimentos feministas, grupos de estudo da universidade. Perceber como a ação dessas mulheres que nem sempre se denominam militantes, ou feministas, nos revela a possibilidade de olhar suas vidas e trazer informações sobre suas trajetórias antes, durante, dentro e fora dos grupos as quais estão vinculadas, e como vem ocorrendo a sua presença e atuação dentro do Conselho Municipal de Direitos da Mulher em Cascavel-PR - CMDM.

A metodologia empregada para a análise da ação dessas ativistas se dará pelas narrativas de trajetória de vida. O critério de seleção para quatro trajetórias se deu na visualização daquelas que foram, de certa forma, se destacando, não por serem lideranças, mas porque suas ações em seus campos de atuação revelavam uma rede de contatos e uma trama que possibilitavam o desenvolvimento de ações efetivas em meio a uma diversidade de feminismo e ativismo por equidade de gênero.

Figura 6. Rede de articulação do movimento feminista em Cascavel-PR



Fonte: Adaptado a partir dos dados da presente pesquisa

Esse mapeamento dos grupos, aos poucos, revelou a riqueza e a importância das ações pontuais de algumas mulheres dentro e fora do movimento feminista na cidade e entender qual a sua relação, atuação e participação no Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Cascavel-Pr, figura 6.

Para Cornélia Eckert (1997), as narrativas, mesmo os depoimentos, sendo individuais, são apreendidos como fenômenos totais ligados ao nível estrutural, que, em aspectos importantes da sociedade, podem ser apanhados através da sua história. Para a autora, a história de vida seria um jogo de lembrar e esquecer, de selecionar e ressignificar as práticas sociais que situam os sujeitos como construtores singulares de conhecimento de suas histórias individuais e coletivas.

Para Gilles Houle (2012), as histórias ou relatos de vida têm grande importância para a Sociologia. Após ter-se recusado o sujeito, pela sobrecarga na análise dos processos sociais, agora vemos o seu retorno e a sua importância no sentido em que sua individualidade se relaciona com a coletividade.

Para dar conta do objeto proposto, além de entrevistas voltadas às trajetórias no feminismo, realizou-se, também, a análise documental referente à proposta e implementação de políticas relacionadas aos direitos das mulheres em Cascavel/PR por meio do CMDM. Para tanto, foram escolhidas quatro ativistas feministas que têm se destacado no contexto regional do Oeste do Paraná, a partir da singularidade e da pluralidade do movimento feminista, num

campo discursivo em diversos espaços e lugares sociais, como bem apresenta Sônia Alvarez (2014, p. 18):

Enquanto os movimentos sociais tipicamente são teorizados como um componente mais ou menos central da sociedade civil, sustento que os movimentos feministas, ao igual que a maioria dos chamados movimentos sociais, geralmente se expandem para além da sociedade civil. Acorados na sociedade civil e se ampliando lateralmente para abarcar diversas instancias organizativas da mesma, eles muitas vezes também se estendem “verticalmente”, para assim dizer, em direção à sociedade política, ao Estado, e outros públicos dominantes nacionais e transnacionais. Os campos discursivos de ação são muito mais do que meros aglomerados de organizações voltadas para uma determinada problemática; eles abarcam uma vasta gama de atoras/es individuais e coletivos e de lugares sociais, culturais e políticos.

As ativistas desta pesquisa, de certa forma, se configuram como esses atores que Alvarez (2014) aponta, na medida em que elas ganham maior ou menor visibilidade política e cultural e vão se entrecruzando de forma prática em ideias e discursos, adentrando no que a autora chama de “campos discursivos” – lembrando que os campos feministas se constroem por meio de um emaranhado de interlocuções.

Essas ativistas estão todas ligadas a movimentos e instituições; contudo, a escolha delas se deu pelo fato de que, além de um protagonismo proeminente, elas se destacaram por sua atuação dentro e fora dos espaços políticos e participativos; não somente nas instituições em que fazem parte, mas porque elas agem em diversas frentes de participação. Isso foi o que nos interessou: saber da trajetória de vida delas.

5.2 Inserção em campo: conhecendo as ativistas

O método etnográfico propõe ao pesquisador adentrar no campo de pesquisa, numa sociedade, num grupo ao qual não é o seu. De acordo com Gilberto Velho (1986, p. 87) o desafio da antropologia contemporânea é entender a sociedade moderna em meio as individualizações das esferas da vida social e cultural e em conjunto com os relatos orais, escritos de vida ou histórias de vida fornecem elementos das coletas de dados das experiências etnográficas.

Para Cornélia Eckert (1997) a etnografia é um exercício interativo/reflexivo onde sujeitos, objeto e contexto são pensados como uma totalidade relacional, em que os dados coletados estão sujeitos a subjetividade do pesquisador.

O método etnográfico se afirma como instrumento epistemológico coerente para construir as tramas e redes de relações nas quais transparecem as ações dos homens e para conhecer a maneira, ao mesmo tempo individual e coletiva, de os entrevistados

pensarem, interpretem e exprimirem as continuidades e discontinuidades de um tempo vivido, reelaboradas e ressemantizadas no presente, tanto quanto suas aspirações e projetos de vida, sem perder de vista as circunstâncias históricas em que emergem essas categorias e conceitos (ECKERT, 1997, p. 31)

Não se trata apenas da questão da neutralidade da pesquisa científica, mas da própria condição em que o pesquisador se encontra e sua posição histórica produzida a partir da sua condição de conhecimento. A própria escolha do campo de pesquisa é fruto das subjetividades presentes na formação do pesquisador. Participar de um campo de pesquisa, observar, anotar e posteriormente realizar a coleta de dados, entrevistas, relatos e a própria narrativa biográfica, constituem conjunto de informações para a análise do objeto proposto.

Para que eu encontrasse as ativistas feministas na cidade de Cascavel-Pr a pesquisa de campo, me direcionou para os diversos espaços de atuação e participação de mulheres, dos mais variados segmentos da sociedade civil e alguns espaços institucionais. Desde os coletivos, sindicatos, partidos políticos, movimentos sociais, coletivos feministas dentro da universidade, coletivos feministas oriundos de outros movimentos sociais ou não.

Depois de localizados os grupos, os horários das reuniões, palestras e encontros, comecei a participar das reuniões desses grupos. Conversando com as participantes e também com as organizadoras, e aos poucos, fui conseguindo o contato de várias mulheres, que estavam tendo um ativismo social na cidade, o qual nem sempre, estava vinculado aos movimentos sociais e/ou feministas. Essas mulheres estavam realizando ações e atividades em prol dos direitos da mulher, da saúde, educação, moradia em vários segmentos e em áreas diversas pela cidade toda.

Em meio essa pesquisa de campo, eu presenciei a criação de um coletivo chamado “Coletivo 8 de março”. Esse coletivo reunia diversos outros movimentos feministas, sociais e outros de coletivos de mulheres na cidade de Cascavel-PR. Como esse coletivo estava agregando os demais coletivos, mesmo nem todos sendo declaradamente feministas, e sim de mulheres ativistas, eu acabei sendo convidada a participar, porque eu venho realizando ativismo na área cultural na cidade e também, porque, algumas das coordenadoras de novo coletivo me conheciam e convidaram a participar. Nesse sentido, eu acompanhei desde a primeira reunião, a primeira organização de mobilização, tendo inclusive, participado efetivamente em alguns momentos na coordenação de tarefas e atividades, como a divulgação das atividades do coletivo, nos meios de comunicação, como rádio, internet e televisão.

No início da pesquisa de campo, o contato com as ativistas se deu por vínculos de movimentos na cidade, e que devido meu ativismo cultural na cidade, isso proporcionou conhecer integrantes dos vários movimentos sociais e feministas. No processo da pesquisa,

minha participação e compromisso com os coletivos foi uma questão apresentada pelos coletivos.

Essa questão de estar no campo de pesquisa como pesquisadora e de repente acabar fazendo parte dele também, transcende a questão da relação intersubjetiva e dialógica com o espaço social pesquisado. Manter a coerência na pesquisa e o foco no objeto pesquisado. Compreender que o contato com as ativistas se deu por vínculos de movimentos na cidade, e que a minha participação em alguns deles, me proporcionou conhecer integrantes de vários outros movimentos o que resultou no processo da minha pesquisa um maior compromisso, devido.

De acordo com o depoimento das ativistas feministas, ao longo dos anos, as atividades para o 8 de março, dia internacional da mulher, ocorriam em toda a cidade, cada grupo, segmento, coletivo realizavam suas atividades em diversos locais da cidade. Não havia uma agenda sistematizada, o que muitas vezes resultava no esvaziamento e também em atividades isoladas sem alcance desejado, tendo pouca participação do público. Acompanhar as atividades do Coletivo 8 de março, proporcionou para essa pesquisa, a possibilidade de conhecer os demais grupos de movimentos sociais da cidade e região. Eu vejo que presenciar a formação desse coletivo que teve como objetivo, reunir os demais grupos de mulheres, coletivos, instituições e ações sejam coletivas ou individuais, vem reforçar a importância da união em meio as diferenças. Historicamente, as mulheres estão lutando pelo respeito e por direitos políticos, educacionais, sociais, econômicos etc. Observa-se que essa luta nos mais diversos espaços geográficos do globo, tem muitas vezes encontrado dificuldades de convergência, porque as diferentes realidades, culturas, classes sociais e ideologias nem sempre permite que haja consenso. Pulverizando a lutas por direitos das mulheres em vários segmentos em que nem mesmo dentro do próprio feminismo há convergência e a possibilidade de um discurso unificante, no sentido de que essa seja a bandeira que nos una.

Dessa forma, testemunhar aqui na minha cidade essa união dos vários segmentos sociais, foi motivo de grande satisfação e também uma torcida para que as diferenças não impeçam o avanço para o processo de apreensão do conhecimento da história do feminismo e da sua importância em continuar a existir, haja vista, vivemos ainda numa sociedade machista e que as mulheres sofrem a violência, o desrespeito, as diferenças salariais, etc.

Para as mulheres que estavam na liderança desse movimento, a principal questão era a oportunidade de uma organização conjunta, uma reunião dos demais grupos que há anos estavam atuando, mas em agendas distintas e sem interação uns com outros. Na fala delas, havia

uma pulverização de atividades por toda a cidade, isoladas e enfraquecidas de certa forma. Por esses motivos, em fins de 2016 e início de 2017 os diversos movimentos sociais da cidade de Cascavel e região, iniciaram um processo de aproximação, tendo em vista as conjecturas do cenário político econômico do país, a saber o polêmico projeto de reforma da previdência e trabalhista. Considerando que esse projeto atingia homens e mulheres, da cidade e do campo, as ativistas feministas de vários movimentos sociais, coletivos, institucionalizadas ou não, decidiram realizar uma reunião convidando os vários coletivos, movimentos sociais do campo e da cidade, instituições, sindicatos, conselho da mulher para a realização de atos integrados, formando assim, um Coletivo que unisse de forma temporária, todos os demais.

No dia 23 de fevereiro de 2017, em reunião na sede da APP-Sindicato, na cidade de Cascavel-PR, vários coletivos, grupos, entidades e movimentos sociais e femininos deram início à aproximação dos mais diversos movimentos sociais femininos da cidade. A pauta dessa primeira reunião, foi reunir as mulheres do campo e da cidade, para mobilizações contra o ataque aos direitos dos trabalhadores, consequência das reformas da previdência e trabalhista. Nessa reunião, estiveram presentes, pelo menos 15 (quinze) grupos, os quais compreenderam que deveriam sim, se reunir em atividades sistematizadas, ainda que fosse, de uma forma temporária, para uma pauta integradora com atividades conjuntas de mobilizações. Nesse primeiro encontro, o consenso do calendário de atividades foi mobilizações para o dia 8 de março – dia internacional da mulher, tendo como base a “Reforma da previdência e trabalhista e o fim da violência contra a mulher”.

No processo de pesquisa de campo, conversando com várias integrantes jovens, adultas e as idosas, foi consenso em suas falas, o ineditismo dessa ação conjunta, pela primeira vez, isso estava acontecendo na cidade de Cascavel-PR, a integração (ainda que temporária) dos movimentos das mulheres do campo e da cidade, de entidades, instituições, grupos, coletivos e pessoas que se uniram numa pauta única, uma bandeira unificante.

Outra questão que as ativistas feministas apontaram durante os relatos, é que essa proposta de integração com os grupos da cidade de Cascavel, não ficou restrito apenas a cidade, mas como acabou ultrapassando seus limites geográficos, como por exemplo a parceria com os coletivos e movimentos feministas da cidade vizinha, Toledo-PR. Um motivo dessa integração entre os dois municípios, ocorre porque, historicamente, as mobilizações e as ações dos movimentos sociais, de ambas as cidades, já vinham realizando intercâmbios e trocas de experiências principalmente em função do meio acadêmico. A cidade de Toledo, fica à 46,7km de distância e tem aproximação com a cidade de Cascavel em virtude de alguns aspectos como,

o processo histórico colonização, migração e ocupação das terras que ocorreu nas décadas de 1940-1970 no oeste do Paraná. Outra questão que aproxima as cidades, é a Universidade Estadual do Oeste do Paraná, que tem o status de *multicampi* fazendo com que haja a interação, parcerias e trabalhos conjuntos nas áreas da educação, pesquisa, etc.

De acordo com dados do IBGE, a cidade de Toledo é localizada na região oeste paranaense, tendo solo fértil e plano, o que faz dela a uma das maiores produtoras de grãos do estado paranaense. Concentrando empresas do ramo agropecuário, tornando-a a capital do agronegócio do Paraná. Com 140.635 habitantes, é o 12º município mais populoso do Paraná e 36º da região sul do Brasil. Relativamente ela é menor que a cidade de Cascavel no quesito de

Outra questão que observamos na participação das mulheres/movimentos feministas da cidade de Toledo, vem ocorrendo também pela aproximação dos coletivos que são formados por acadêmicas da cidade de Toledo, militantes, feministas e pesquisadoras que ao longo da história tem procurado realizar atividades conjuntas. Muitos desses coletivos iniciaram dentro do meio acadêmico. Aponto ainda uma questão interessante que diz respeito a importância e reconhecimento da experiência que a cidade toledana possui em relação as Políticas de Direitos para as Mulheres. Desde o ano de 2005, possuem uma Secretaria de Políticas Públicas para Mulheres na cidade:

É o único Organismo de Políticas para Mulheres (OPM), criado como Secretaria, existente na Região Oeste do Estado do Paraná. Instituído em 2005, o OPM passou por ampla reestruturação a partir de 2013. A denominação foi alterada de Secretaria de Atendimento a Mulher para SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA MULHERES e as atribuições foram inteiramente reformuladas (Lei nº 2.120/2013), alinhando-se programas e ações aos desenvolvidos pela Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM-PR). O novo papel da SPM/Toledo leva em consideração que, ao longo da história, a sociedade tem estabelecido comportamentos, expectativas e oportunidades diferenciadas para mulheres e homens. Assim, a existência de desigualdades sociais e de necessidades específicas de alguns setores requer a articulação de ações entre os diversos órgãos do governo municipal, das demais esferas governamentais e a gestão transversal das políticas públicas. (<https://www.toledo.pr.gov.br/portal/politicas-para-mulheres/politicas-para-mulheres>)

Aponto essa questão, porque as cidades de Cascavel e Toledo tem praticamente a mesma idade histórica e extensão territorial, embora, a grande diferença entre as cidades seja a questão populacional, enquanto a primeira chega a mais de 300 mil habitantes, a segunda tem 150 mil. Na fala das ativistas, apesar da cidade de Toledo, ser considerada menor, no que diz respeito a questão populacional, em algumas questões, ela acaba se destacando mais do que a cidade de Cascavel. Alguns comentam até que existe uma certa rivalidade entre as duas cidades, algumas vezes as falas tiveram um tom de sarcasmo, pois já que a cidade de Toledo, sendo “menor”, já

possui uma Secretaria dos Direitos da Mulher, e a cidade de Cascavel, sendo “maior” ainda não tem uma Secretaria dos Direitos da Mulher. Aqui temos algumas questões históricas de organização política e econômica entre as duas cidades. Historicamente ambas pertenciam ao município de Foz do Iguaçu e somente a partir da década de 1950 tiveram sua emancipação política.

Apesar da aparente rivalidade eu percebi que havia uma ligação entre as duas cidades, então eu perguntei para as mulheres ativistas de Cascavel, o porquê da integração, dessa união com a cidade de Toledo. E foi quase unânime, elas afirmarem que consideram as duas cidades como “irmãs”. Haja vista, em muitos momentos no passado, estiveram de mãos dadas em marchas, eventos e atos em prol dos direitos das mulheres. Outro argumento apontado por elas, diz respeito, ao movimento educacional histórico da região, com a presença da Universidade Estadual do oeste do Paraná – Unioeste, por ser multicampi, tendo a sede na cidade de Cascavel e um campus em outras 4 cidades, sendo uma delas, na cidade de Toledo. Para as ativistas, isso também contribuiu para as parcerias de trabalhos, devido os projetos de extensão, palestras, rodas de conversa etc.

Esclarecida a questão da parceria de duas cidades e não apenas os movimentos da cidade de Cascavel, passamos agora para a questão da proposta de uma pauta unificante que pudesse reunir os diversos grupos e movimentos sociais, sob um mesmo objetivo. O primeiro ano de atuação do Coletivo, num esforço intensivo, foi integrada e alinhada uma agenda conjunta para o mês de março de 2017. Foram definidos três eixos norteadores: 1) Reforma da Previdência. 2) Reforma Trabalhista e 3) Violência contra mulher.

Como já apontei no início desse capítulo, eu acabei sendo convidada para participar como integrante desse Coletivo recém-criado. Tendo assim participado nas reuniões de organização de duas maneiras: a primeira delas como pesquisadora da área e a segunda, como ativista cultural. Durante esse período, nunca houve por parte de nenhuma das participantes, receio ou inibição com a minha presença. Nas reuniões eu me apresentava como observadora pesquisadora, e também, trazia a minha experiência, enquanto ativista, mas na área cultural.

Fizeram parte desse novo coletivo os seguintes movimentos sociais:

TABELA 3 - Movimentos sociais que integraram o coletivo 8 de março

Nome do coletivo	Área de atuação
Coletivo As Benditas	Movimento feminista
App Sindicato	Movimento Sindical
Coletivo Pagu	Movimento feminista
Coletivo Afrovida	Movimento negro
Coletivo União da Juventude Socialista de Cascavel	Movimento político
Conselho dos Direitos Humanos de Cascavel	Movimento Social
Coletivo Casanoz	Movimento Cultural
União Brasileira das Mulheres	Movimento de Mulheres
Cáritas Arquidiocesana de Cascavel	Movimento Católico
União da Juventude Socialista	Movimento Político
Movimento de Mulheres Campesinas	Movimento Social/Rural
Pastoral da Juventude	Movimento Jovem Católico
Via Campesina Brasil	Movimento social/rural

Fonte: Elaborado a partir dos dados da presente pesquisa.

Historicizar a criação desse Coletivo, é trazer a experiência prática que vivenciei na pesquisa de campo, porque além de pesquisadora, acabei também me tornando parte do processo de criação e de trabalho de ações feministas. Eu acompanhei desde a primeira reunião do novo Coletivo, e presenciei o qual difícil é reunir diferentes grupos de mulheres, mesmo que o objetivo e a luta sejam por políticas públicas para mulheres, as diferentes realidades, culturas e ideologias nem sempre entram em consenso. Ainda que a proposta da “união temporária” dos vários coletivos num só coletivo, tendo sido definidos os três eixos norteadores, ocorreu em alguns momentos, questões polêmicas, que tiveram difícil consenso entre as participantes, como por exemplo, a questão do aborto. Em conversa informal com algumas ativistas, algumas apontaram que sempre há dentro do movimento feminista algumas bandeiras que requerem um melhor aprofundamento. Ainda sobre essa questão, algumas ativistas apontaram que de fato a questão do aborto é extremamente relevante, e deverá em outro momento vir à tona, porém para a programação desse primeiro evento, o grupo teria muito pouco tempo para trazer mais informações e organização de debate sobre o assunto. O que poderia causar mais polêmica do que esclarecimentos e simpatizantes. Haja vista que, alguns dos grupos participantes não tinham posicionamento favorável para esse debate, e até mesmo, não concordam com o tema. Dessa forma, avaliou-se que ainda que seja uma questão de saúde e também de direito, pelo menos

nesse momento não estaria no hall dos eixos norteadores para 2017. Na maioria das vezes, as pautas propostas foram apontadas conforme a área de aproximação e ação de cada integrante presente.

As atividades para o 8 de março de 2017, teve a presença e participação das mulheres camponesas, as quais ficaram responsáveis pela organização de uma marcha na cidade de Cascavel, a qual contou com pelo menos 500 mulheres de Cascavel e região, unificando os movimentos das mulheres do campo e da cidade. Durante as reuniões de organização, o grupo deliberou que individualmente, cada coletivo, associação e ou grupo daria continuidade em suas ações anuais alusivas ao dia 8 de março, e, em conjunto, concentrariam forças para um evento maior, que foi a Marcha das Mulheres, que ocorreu no dia 8 de março de 2017. O trajeto da Marcha ficou definido assim: saída da praça Wilson Joffre, a partir das 11h da manhã as mulheres foram chegando, algumas trajando camisetas de suas instituições ou movimentos sociais de origem, aquelas que vieram de forma livre foram convidadas a usarem fitas de tecido florido, numa simbologia alegre e que de certa forma despertasse o sentimento de pertencimento ao movimento. O horário escolhido foi propositalmente o horário de almoço por dois motivos: o primeiro deles é que seria o horário que muitas poderiam participar, tendo que sacrificar sua refeição, para vir “engrossar” as fileiras da marcha. O segundo motivo é que nesse horário, muitos programas televisivos locais poderiam fazer as filmagens ao vivo, e sendo o horário de almoço, também atingiria uma parcela da sociedade. As mulheres saíram da praça Wilson Joffre, que é uma das praças mais antigas e conhecidas da cidade, além de estar localizada bem no centro da cidade, ficando apenas há uma quadra da avenida principal. Assim, as mulheres saíram caminhando, fazendo um trajeto em que andariam pela avenida principal da cidade, a avenida Brasil, caminhando ao sol escaldante de março, ao meio dia, andando por pelo menos 6 (seis) quadras, passando pela igreja Matriz/Catedral Católica da cidade, e saindo da avenida principal indo em direção ao prédio da Previdência Social, situado também na região central da cidade. A concentração das mulheres ocorreu na frente da Previdência, local que foi combinado que mesmo aquelas que não pudessem participar da marcha, que viessem para a concentração final da marcha. Na concentração, houve carro de som e microfone, onde algumas mulheres, de alguns dos movimentos sociais, falaram sobre a Marcha e sobre os 3 (três eixos já apontados)

O local de concentração ficou lotado com as mulheres que estavam vindo da marcha e também por várias outras pessoas que foram aderindo. Muitas pessoas foram aderindo à mobilização, algumas das mulheres que disseram que poderiam vir somente para o momento da concentração, foram chegando no local. A metodologia de trabalho foi de colocar as faixas

e banners dos movimentos sociais envolvidos na mobilização, no chão, como se fosse um mural, bem na frente da escadaria de acesso ao prédio da Previdência social. Enquanto isso algumas mulheres foram falando ao microfone, palavras de ordem, algumas falas sobre a questão da reforma trabalhista e da previdência. Houve uma grande repercussão na mídia local, e uma boa visibilidade considerando que o horário escolhido, foi propositalmente, pensando, para que as rádios e mídias televisivas pudessem realizar tomadas ao vivo.

Como encerramento das atividades do dia 8 de março de 2017, a noite houve a parte artística Cultural no Teatro Municipal de Cascavel-PR. Ressalta-se que, para o grupo, a questão cultural e artística tem a importância no processo emancipatório e apropriação do espaço elitizado, até porque, muitas vezes espaços como Teatro, Centros Culturais são lugares que nem sempre a classe trabalhadora tem acesso. O que foi confirmado, porque pelo menos 300 (trezentas) das mulheres que participaram da marcha, nunca haviam entrado num Teatro. O que foi relatado por algumas, como emocionante e que estavam muito felizes pela oportunidade de adentrar num espaço que muitas vezes é elitizado. O evento além dessa proposta de ocupação dos espaços, trouxe ainda a questão, da valorização da arte desenvolvida por mulheres. Porque nessa ocasião, somente artistas mulheres estiveram no palco, se apresentando de várias formas, como a dança, teatro, música e poesia. Outra ação resultante das atividades de 2017, foi a realização de um abaixo assinado eletrônico solicitando a criação da Secretaria da Mulher em Cascavel-Pr. No dia 3 de abril 2017. Na avaliação das atividades realizadas, foi quase consenso, a importância da união dos diversos grupos de movimentos sociais numa bandeira unificante, uma pauta que una a todas as mulheres. Destacou-se a importância, a clareza, objetividade e consenso de pautas para a unificação dos grupos. Em relação a isso, alertou-se que o caráter dessa coletividade não seja partidário, nem individualista, que seja coletivo.

Trazer a historicização dessa experiência se faz necessária porque ela ocorreu durante a pesquisa de campo, tendo sido inclusive, uma parte importante de entendimento das articulações políticas sociais que as ativistas desenvolvem nos movimentos sociais. A organização, a rede de contatos, as pautas reivindicantes

5.3. A área de ação das protagonistas dessa pesquisa

Brevemente, faço um relato dos espaços e lugares das protagonistas desta pesquisa, dos seus lugares de fala, ação, atuação e de sua vinculação ao movimento feminista em Cascavel/PR. Todas elas estão na faixa etária entre 40 e 55 anos, sendo que duas se autoidentificaram como negras⁴.

A primeira ativista, eu conheci numa reunião da União Brasileira de Mulheres (UBM), a qual tinha como temática as atividades para o Dia Internacional da Mulher. Naquele momento, esta ativista estava falando sobre direitos humanos e direitos da mulher. No decorrer da pesquisa de campo, fui conhecendo um pouco mais da sua ação e atuação na cidade, e percebi o quão relevante era a sua trajetória de vida, numa luta e ação constante nos grupos, coletivos e movimentos de mulheres, assim como sua luta empenhada pela criação da Secretaria Municipal da Mulher na cidade de Cascavel/PR.

Ligada ao Centro de Direitos Humanos de Cascavel/PR, o qual foi criado em 30 de julho de 2014, em assembleia ordinária na Câmara de Vereadores, atua na defesa dos direitos humanos, proteção de minorias, promoção da justiça social e desenvolvimento de projetos e programas que visam à construção de uma sociedade mais igualitária. Entidade de caráter civil, com personalidade jurídica e sem fins lucrativos, o CDH reunirá integrantes de entidades da sociedade civil organizada, igrejas, sindicatos e movimentos sociais. Tem desenvolvido palestras em diversas escolas, e instituições sobre direitos humanos.

Em meio ao processo de pesquisa, a segunda interlocutora tinha sido indicada por muitas outras mulheres, sendo ela uma referência na cidade sobre as questões feministas. Foi muito emocionante quando a conheci. Estávamos em reunião de mobilização para mais um ano em comemoração ao Dia Internacional da Mulher e, em meio às falas, de repente, ela se posicionou, e eu logo perguntei às colegas próximas, quem era ela e a qual movimento ela estava ligada. Ao falarem o nome dela, logo lembrei de que ela já havia sido citada muitas vezes, por outras ativistas, quando eu estava no processo de coleta de dados. Ao longo da pesquisa, descobri que, de fato, ela tem sido uma militante feminista atuante na cidade, e seu ativismo está entrelaçado com sua vida profissional na área da educação.

Além do seu envolvimento com a militância devido à sua atuação docente, esta segunda interlocutora da pesquisa participa do Movimento Marcha Mundial das Mulheres (MMM), que

⁴ Visando preservar a identidade das colaboradoras desta pesquisa, usamos nomes fictícios. Porém, foram mantidos os nomes das instituições e organizações sociais das quais participam.

nasceu no ano 2000. O MMM surgiu como uma grande mobilização que reuniu mulheres do mundo todo em uma campanha contra a pobreza e a violência. As ações começaram em 8 de março, Dia Internacional da Mulher, e terminaram em 17 de outubro, organizadas a partir do chamado “2000 razões para marchar contra a pobreza e a violência sexista”. Sua criação teve como inspiração a manifestação realizada em 1995, em Quebec, no Canadá, quando 850 mulheres marcharam 200 quilômetros, pedindo, simbolicamente, “Pão e Rosas”. A ação marcou a retomada das mobilizações das mulheres nas ruas, fazendo uma crítica contundente ao sistema capitalista como um todo.

Esse movimento, ao seu final, obteve diversas conquistas, como o aumento do salário mínimo, mais direitos para as mulheres imigrantes e apoio à economia solidária. Entre os princípios da MMM, estão a organização das mulheres urbanas e rurais a partir da base e as alianças com movimentos sociais; que as mulheres são sujeitas ativas na luta pela transformação de suas vidas e na superação do sistema capitalista patriarcal, racista, homofóbico e destruidor do meio ambiente. Em 10 de dezembro de 2013, a Marcha Mundial das Mulheres se reuniu em Cascavel, pedindo o fim da violência contra mulher e um prédio próprio para a Delegacia da Mulher em Cascavel. A manifestação reuniu vários coletivos feministas como as mulheres do Movimento Sem Terra, integrantes da APP sindicato, lideranças femininas do PT e demais militantes e simpatizantes.

A terceira interlocutora, eu conheci numa manhã de domingo de sol, no inverno paranaense, na Feira do Teatro de Cascavel/PR, que é um ponto de encontro de artesãos, literatos, músicos, políticos artistas e população em geral. Eu estava visitando uma colega ativista, que conheci e com quem fiz amizade num dos eventos que participei, durante a trajetória dessa pesquisa. Naquela manhã em especial, essa amiga havia me convidado para tomar café e comer pão de queijo, na barraca de artesanato, da qual ela era responsável. Então, em meio à conversa, ela me perguntou: “Antonia, você que pesquisa o feminismo em Cascavel, quer conhecer uma africana que toma chimarrão?”.

Eu disse: “sim”! Ela me apresentou uma baiana africana gaúcha, como ela mesmo se designa. Logo, avistei uma senhora negra, muito simpática, vestida com roupas coloridas, roupas étnicas, com turbante na cabeça e com uma cuia de chimarrão na mão. Ela estava conversando com os outros feirantes, numa barraca ali perto onde eu estava. Ficamos na barraca de artesanato da Cáritas, que é o espaço onde as mulheres que fazem artesanato podem expor seus produtos para comercialização. Nem sempre são as artesãs que expõem e cuidam da barraca. Há um sistema de revezamento: cada domingo uma dupla ou trio de mulheres vem

para feira expor o artesanato, que é produzido por mulheres de diversas faixas etárias, em encontros semanais, nas paróquias em toda a cidade.

Essa ação faz parte do Movimento Cáritas, o qual foi criado em 1956 pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Esse segmento tem fomento às iniciativas de Economia Solidária, Segurança Alimentar e Nutricional, Fundos Solidários, envolvendo jovens, mulheres, catadores(as) de materiais recicláveis, pequenos(as) agricultores(as), acampados(as) e assentados(as) de reforma agrária, ribeirinhos, quilombolas e indígenas, comunidades em situação de risco e afetadas por desastres socioambientais. Assim, a ação local da Cáritas valoriza e aposta em ações locais, comunitárias e territoriais, em relações solidárias de luta por direitos e construção de um desenvolvimento local, solidário e sustentável caminham juntas.

Trata-se de uma rede solidária de mais de 15 mil agentes, a maioria voluntária, com ação por todo o país. De acordo com os dados coletados no *site* da instituição⁵, nos últimos 10 anos, houve atendimento para mais de 300 mil famílias. Essa instituição projetou iniciativas inovadoras como a dos Projetos Alternativos Comunitários e, com equipes estáveis (nacional, regionais e muitas dioceses), ela assumiu uma liderança no conjunto das pastorais sociais. Assim foram sendo criadas as comissões, grupos gestores, grupos de trabalho, conselhos, fóruns e coordenações colegiadas. A Cáritas Arquidiocesana de Cascavel foi declarada de utilidade pública. A proposta de lei, apresentada pelo deputado estadual Professor Lemos, foi sancionada e será publicada no Diário Oficial como Lei Municipal nº 5.207/2009 e Lei Estadual nº 16.620. (CASCAVEL, 2009; PARANÁ, 2009).

Para a escolha da terceira ativista, eu visitei a comunidade em que ela vive e atua como líder comunitária. Nas visitas aos grupos de estudos, grupos de orientação, reuniões e atividades, acompanhamos algumas das reuniões lideradas por ela, na qual há um grupo de mulheres na faixa etária de 60 anos para cima. Percebi que sua vida e suas atividades convergiam aos objetivos desta pesquisa. Ao a convidarmos para participar da pesquisa, ela aceitou muito alegremente e ficou lisonjeada também.

A escolha se deu por dois critérios: primeiro, porque procurei elencar os diversos feminismos e ativismos na cidade, não somente das ativistas ligadas ou membros de movimentos feministas, o que veio se encaixar em nosso objetivo, mas por ela ser uma ativista negra que atua para além da questão de gênero e raça e desigualdades sociais, o que veremos mais tarde.

⁵ Disponível em: <http://caritas.org.br/> Acesso: 4 set. 2018.

A quarta narrativa é da ativista do Grupo Afro-vida. Esse grupo tem como missão recuperar a memória histórica da população negra em nossa cidade e região, colocando-se como um Centro de Referência em Estudos da Cultura Afro-Brasileira em Cascavel; e, entre seus objetivos, estão o resgate e a promoção da consciência negra através da educação, emancipação política e de questões voltadas para a diversidade étnica. A escolha da ativista se deu porque ela representa na cidade o ativismo negro, além do ativismo de mulheres negras. Ela também já esteve ligada às atividades do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher em Cascavel, embora não como ativista do movimento negro, nem do ativismo de mulheres negras.

O Grupo Afro-Vida surgiu da iniciativa de profissionais das mais variadas áreas (Educação – níveis Fundamental, Médio e Superior –, Direito, Saúde, Engenharia, etc.), que perceberam a necessidade de construir um espaço para debate e elaboração de propostas que fossem ao encontro das necessidades da população negra – em especial, os empobrecidos e marginalizados. O grupo é aberto a todos que se identificam com sua temática e objetivos. Desde sua fundação, em 2010, autointitulado como um centro de referência em estudos da cultura afro-brasileira, compreendendo a importância de promover a igualdade e a inclusão.

Apresentadas as quatro ativistas feministas, passo para a análise das narrativas, a partir de uma perspectiva de entendimento do movimento feminista contemporâneo, conforme discussão apresentada por Alvarez (2000), para quem a globalização do feminismo latino-americano e suas tendências, nos anos 1990 e para o novo milênio, trouxeram uma pluralização no movimento feminista, ocorrendo multiplicação dos espaços e lugares em que as mulheres que se denominam feministas atuam hoje e uma reconfiguração das identidades feministas; indo ao encontro da perspectiva de ativismo de Rebecca Abers (ABERS; VON BÜLOW, 2001), em que as articulações e ações desse ativismo ocorrem dentro e fora dos movimentos sociais e também podem ocorrer nos espaços institucionais, numa dinâmica de interações.

Em meio a essas ressignificações, essas mulheres se encontram num campo amplo, multifacetado e polifônico, onde, em meio à diversidade e pluralidade, vão se fazendo em ativismos que atuam num campo discursivo de ação, o qual Estivalet (2018), corroborando com Alvarez (2000), aponta como a entrada dessas ativistas em diversos ambientes de participação e ação política.

A análise também será permeada pela questão da interseccionalidade de raça e classe, como veremos mais de perto nas falas das interlocutoras. Isso é importante para que não se caia na análise tradicional de olhar somente a questão de gênero em detrimento das demais categorias que se inter-relacionam nesse processo.

5.3.1. O que querem essas mulheres?

O que querem e o que fazem os movimentos de mulheres e feministas afinal? Quem sabe: reafirmamos que os movimentos de mulheres e feministas querem radicalizar a democracia, deixando claro que não existirá enquanto não houver igualdade; que não haverá igualdade sem distribuição das riquezas; e não há distribuição sem o reconhecimento das desigualdades entre homens e mulheres, entre brancos e negros, entre urbanos e rurais, que estruturam a pobreza. Não almeja a mera inversão de papéis, mas um novo marco civilizatório. (CARNEIRO, 2003, p. 127).

Afinal, o que querem essas mulheres? A autora Sueli Carneiro (2003) nos faz pensar sobre o que afinal nós queremos. A história do feminismo é uma história de lutas e conquistas. São reivindicações no campo social, cultural e econômico: uma luta pelo direito ao voto, pelo acesso à educação, pelo direito a circular pelos ambientes públicos, pelo direito ao trabalho fora de casa, pelo reconhecimento do trabalho dentro de casa, pela melhoria das condições de trabalho; também pelo direito ao divórcio, direito à saúde, ao corpo, ao aborto, ao respeito, à vida.

A conquista de Políticas públicas que tratem de violência é um tema muito recente, como se vê na Lei do Femicídio (9 de março de 2015), a qual tornou o homicídio de mulheres em crime hediondo quando envolver violência doméstica e familiar, e menosprezo ou discriminação à condição de mulher.

De acordo com o Atlas da violência 2017, de Daniel Cerqueira (et al 2017), essa alteração no artigo 121 do Código Penal, foi fundamental para dar a visibilidade perdida nos registros oficiais. No ano de 2015, 4621 mulheres foram assassinadas no Brasil, o que corresponde uma taxa de 4,5 mortes para cada 100 mil mulheres. Embora o Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM), do Ministério de Saúde, não é possível identificar que parcela corresponde às vítimas de feminicídio. Os dados vão apontar que a taxa letal contra as mulheres segue diferentes direções nas Unidades Federativas.

De acordo com a Tabela 2, houve uma diminuição na taxa de homicídios em 18 Unidades Federativas, enquanto em São Paulo, Santa Catarina e Distrito Federal em 2015 as menores taxas, Roraima, Goiás e Mato Grosso encabeçavam a lista dos estados com maior prevalência de homicídio contra mulheres.

Os dados apresentados revelam um quadro grave, e indicam também que muitas dessas mortes poderiam ter sido evitadas. Em inúmeros casos, até chegar a ser vítima de uma violência fatal, essa mulher é vítima de uma série de outras violências de gênero, como bem especifica a Lei Maria da Penha (Lei 11.340/06). A violência psicológica, patrimonial, física ou sexual, em um movimento de agravamento crescente, muitas vezes, antecede o desfecho fatal. A ampliação e o aprimoramento

da rede de atendimento à mulher são fundamentais não apenas para o melhor acompanhamento das vítimas, mas também pelo seu papel na prevenção da violência contra a mulher. Um ponto importante a ser enfatizado é a necessidade de que essa rede possa ser acessada pelo sistema de saúde e não apenas pelo sistema de justiça criminal. Muitas mulheres passam várias vezes pelo sistema de saúde antes de chegarem a uma delegacia ou a um juizado, e muitas nunca nem chegam. (CERQUEIRA, 2017, p. 37).

A importância de Políticas Públicas capazes de enfrentar a violência contra a mulher e promover uma ampla educação de gênero, para a redução do feminicídio. Ações e programas multidisciplinares de educação. A importância da luta das mulheres vai além do direito ao voto, ao acesso às escolas, as profissões historicamente ocupadas por homens e com igualdade de salário, é algo alcançado. Porém, ainda falta o debate acerca do direito à saúde e principalmente o respeito por apenas ser mulher, ou seja, uma pessoa. As atribuições de tarefas com a prole com os serviços domésticos ainda estão muito impregnadas da concepção de que sejam tarefas femininas, e isso não parte apenas dos homens como muitas mulheres acabam reproduzindo isso na prática.

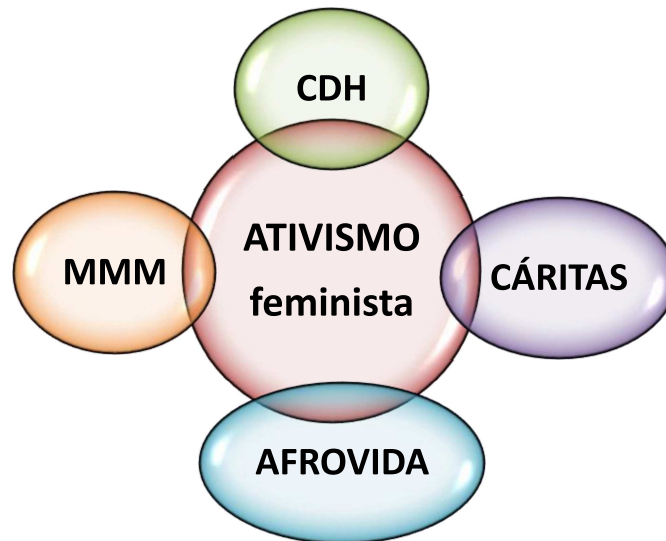
TABELA 2 - Taxa de homicídio de Mulheres por Unidade de Federação – Brasil, 2005 a 2015

	Taxa de Homicídio por 100 Mil Mulheres											Variação %		
	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2005 a 2015	2014 a 2015	2010 a 2015
Brasil	4,1	4,2	3,9	4,1	4,3	4,4	4,4	4,6	4,6	4,6	4,4	7,3%	-5,1%	-1,5%
Acre	3,9	4,5	5,2	3,7	4,4	5,2	4,8	4,2	8,2	5,1	4,7	22,2%	-6,3%	-8,1%
Alagoas	4,6	6,7	6,7	5,1	6,7	8,2	8,2	7,8	8,2	7,3	5,4	17,2%	-25,2%	-33,7%
Amapá	4,9	4,2	3,7	4,0	3,6	4,7	5,4	4,6	5,1	5,3	4,7	-5,7%	-12,2%	-0,5%
Amazonas	3,0	3,2	3,1	3,6	3,8	3,6	4,4	6,3	5,0	4,1	5,9	98,6%	43,5%	64,1%
Bahia	2,9	3,3	3,4	4,3	4,6	5,8	5,8	5,7	5,5	4,9	4,9	65,1%	-1,1%	-16,2%
Ceará	3,4	3,2	2,9	2,7	3,1	3,9	4,2	4,8	6,1	6,3	5,6	64,6%	-10,8%	43,7%
Distrito Federal	3,8	3,9	4,3	4,8	5,6	4,8	5,6	5,4	5,2	4,1	3,8	-1,1%	-7,7%	-21,4%
Espírito Santo	8,4	10,3	10,2	10,3	11,6	9,2	8,6	8,5	8,7	7,0	6,9	-18,5%	-1,6%	-25,0%
Goiás	4,6	4,9	4,7	5,3	5,3	5,7	8,1	7,6	8,4	8,7	7,5	64,6%	-14,1%	30,6%
Maranhão	1,8	2,1	1,9	2,5	2,6	3,5	3,8	3,4	3,8	4,2	4,2	130,0%	-0,3%	21,9%
Mato Grosso	6,4	4,9	6,6	5,9	6,3	5,3	5,7	6,4	5,7	7,0	7,3	13,9%	4,4%	37,7%
Mato Grosso do Sul	5,9	4,7	5,6	4,8	5,2	6,0	6,0	6,0	5,7	6,4	4,3	-27,1%	-32,5%	-28,2%
Minas Gerais	3,8	3,9	4,0	3,7	3,9	3,9	4,4	4,4	4,0	3,8	3,9	1,8%	3,3%	-0,9%
Pará	3,5	3,9	4,0	4,6	4,8	6,0	4,8	5,9	5,8	6,2	6,4	81,8%	3,6%	6,2%
Paraíba	3,3	3,3	3,6	4,5	5,0	6,0	6,9	6,7	6,1	5,7	5,3	61,2%	-6,8%	-10,9%
Paraná	4,6	4,7	4,5	5,6	6,0	6,1	5,1	5,7	5,0	5,0	4,3	-6,3%	-14,3%	-30,2%
Pernambuco	6,4	6,9	6,4	6,5	6,5	5,3	5,5	4,5	5,3	4,9	4,8	-25,3%	-3,0%	-9,4%
Piauí	2,5	2,0	2,2	2,4	1,9	2,5	2,0	2,8	2,9	3,8	4,1	62,4%	7,4%	65,6%
Rio de Janeiro	6,2	6,1	5,0	4,4	4,1	4,0	4,2	4,3	4,4	5,3	4,4	-28,8%	-16,7%	11,3%
Rio Grande do Norte	2,6	2,6	2,6	3,6	3,5	4,2	4,4	3,8	5,2	5,7	5,1	95,5%	-11,0%	20,7%
Rio Grande do Sul	3,8	2,9	3,5	3,9	4,0	4,0	3,5	4,3	3,6	4,3	4,9	28,6%	13,9%	22,1%
Rondônia	6,3	6,6	3,5	4,8	6,2	4,4	5,7	6,1	6,1	6,4	7,2	14,1%	11,8%	61,3%
Roraima	5,6	6,4	8,9	7,1	10,6	4,8	4,3	7,1	14,8	9,5	11,4	103,8%	20,0%	139,3%
Santa Catarina	2,2	3,0	2,3	2,7	2,9	3,4	2,3	3,1	3,0	3,2	2,8	25,3%	-12,7%	-18,1%
São Paulo	3,7	3,7	2,8	3,1	3,1	3,1	2,6	2,8	2,7	2,7	2,4	-35,4%	-9,9%	-22,3%
Sergipe	2,8	3,9	3,2	2,8	3,3	3,9	5,4	5,5	5,0	6,5	6,0	117,4%	-7,7%	53,9%
Tocantins	3,3	3,3	4,1	3,1	4,5	4,8	6,8	6,6	5,3	4,7	6,4	95,4%	37,5%	32,4%

Fonte: MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM. O número de homicídios na UF de residência foi obtido pela soma das seguintes O número de homicídios na UF de residência foi obtido pela soma das seguintes CIDs 10: X85-Y09 e Y35-Y36, ou seja: óbitos causados por agressão mais intervenção legal. Elaboração Diest/Ipea.

A ação das mulheres nos seus diferentes espaços de vivência, estudo e trabalho por vezes, resultam em um ativismo feminista do qual nem sempre elas possam perceber ou se dar conta e em outros momentos estão conscientes da sua articulação e ação enquanto ativista feminista.

Figura 7. Espaços de ativismo feminista em Cascavel-Pr



Fonte: Elaborado a partir dos dados da presente pesquisa.

A Figura 7 – Espaços de ativismo feminista em Cascavel-PR, foi elaborada para demonstrar, a minha percepção sobre a presença das mulheres nesses lugares, e como esses espaços de vivência e atuação, ainda que não sejam especificamente ligados ao movimento feminista, essas mulheres em suas ações foram por mim consideradas ativistas feministas.

Nesse sentido, perceber a ação das mulheres em formas organizacionais que visam à quebra de paradigmas, criação e implementação de leis que objetivam garantir os direitos para as mulheres é a prova de que ainda se precisa lutar e, também, de que elas estão atuantes nesses movimentos sociais que interagem nas relações socioeconômicos e políticas e em interações com o Estado, suas instituições e outros atores.

O meu objetivo neste trabalho, como salientado, é analisar o ativismo feminista contemporâneo em Cascavel/PR, a partir da análise da narrativa da trajetória de vida de quatro ativistas feministas, focalizando as seguintes dimensões: (i) identificar os movimentos de mulheres e ativismos feministas em Cascavel/PR, a partir das trajetórias de mulheres ativistas; (ii) verificar as formas de integração entre os ativismos feministas e as ações para políticas

públicas para as mulheres; (iii) apresentar como se dão as práticas dessas ativistas em meio ao campo discursivo de ação e participação.

Historicamente, os movimentos sociais caracterizavam-se como a manifestação da sociedade civil, enquanto reivindicante de direitos e de melhorias sociais junto ao Estado. Havia, claramente, uma polaridade, um antagonismo entre ambos. Configurando-se pelas lutas sociais os movimentos empreendidos pela sociedade civil, em especial pelas camadas populares, tinham demandas e reivindicações ocorridas no espaço urbano, tendo como fio condutor o processo de construção da cidadania. Estavam, assim, em campos distintos, polarizados.

Nesse bojo, Rebecca Abers e Marisa Von Bülow (2011, p. 54) colocam em xeque tanto o pressuposto de que o Estado é irrelevante como o pressuposto de que os atores estatais estariam externos aos movimentos sociais “há vários exemplos de intersecções entre movimentos sociais e o Estado”. De acordo com as autoras, a proposta de ampliação do campo de estudos dos movimentos sociais da década de 1990, teve início na literatura dos “novos movimentos sociais”. Elas apontam que, sob influência de Habermas, que a nova literatura sobre movimentos sociais teve como foco de análise a “Arena” que se situa entre o Estado e o mercado.

Esse debate vem situar a ação das ativistas desta tese. Nesta seção, elas são apresentadas como integrantes de movimentos sociais e instituições que acabam por participar das esferas e arenas de debate criados em conjunto com o Estado, como exemplo o Conselho Municipal de Direitos da Mulher. Embora também estejam transitando nos grupos, arenas, espaços, seja dentro e fora desses campos, há uma relação comunicativa-interativa. As quatro ativistas desta pesquisa são participantes ativas de instituições organizacionais; apesar de, em alguns movimentos, esta não ser a tônica da sua ação; em seu ativismo, talvez, suas ações estejam em convergência, numa organização de luta por políticas públicas para as mulheres.

5.4. Quem são essas ativistas feministas?

A seleção de quatro mulheres ativistas em Cascavel/PR teve como objetivo apresentar as suas trajetórias de vida, analisando a sua ação enquanto ativista e também como essa atividade está imbricada às questões relacionadas às políticas públicas para mulheres no município, observando a interseccionalidade de raça e classe e o campo discursivo na permeia a ação e participação delas. O critério de seleção está relacionado à disponibilidade para participação da pesquisa e à diversidade de atuações feministas às quais estão engajadas.

As quatro trajetórias elencadas demonstram como as mulheres, estando elas nos mais diferentes espaços institucionais ou não, vão se articulando em seu fazer ser e agir, de forma que sua ação se entrelace com o ativismo social.

A primeira interlocutora é oriunda de classe social média, graduada em universidade privada do Rio Grande do Sul, tendo mestrado concluído. Casou-se aos 20 anos e, desde então, sua atuação no meio acadêmico e político foi muito próximo das ações de uma ativista social.

Ela mesmo, em alguns momentos, ao fazer a avaliação dos movimentos sociais no Brasil, avalia-se como participante do processo. Ainda, é interessante mostrar como sua primeira visão enquanto sujeito de direitos, sujeito de reivindicação se dá ainda na adolescência, nos movimentos estudantis e também na observação da própria família, que era bem atuante e tinha recursos econômicos para investimento em sua educação:

“Meu pai e minha mãe sempre participavam dos momentos das eleições, sempre faziam campanha, se posicionavam. É, mas meu momento mais de crescimento e envolvimento com uma realidade social, foi quando eu entrei na faculdade [...] muito tradicional, muito vanguardista. A gente fazia muito trabalho e projeto de extensão.” (Carla, 44 anos).

O conjunto de ações dos movimentos sociais variam de um lugar para outro em um mesmo período histórico, porque está diretamente relacionado ao contexto político, econômico e cultural de cada sociedade. Nesse sentido, a vivência e a ação de cada ator social irão depender muito do seu contexto social e de suas ações.

A segunda narrativa é de Elisa, 55 anos, oriunda da classe trabalhadora. Ela conta que iniciou sua vida no trabalho, ainda no Ensino Médio, conciliando-o com os estudos, e foi ali que ela teve sua primeira experiência com o universo da violência e preconceito contra as mulheres:

“Quando completei 16 anos minha mãe se preocupou em me colocar no mundo do trabalho na época já. Eu comecei a trabalhar num hospital e vivi experiências grotescas. Vendo pessoas que se suicidaram, mulheres que foram mortas, daí a gente não sabia exatamente ou não entendia qual a razão, mas as enfermeiras falavam: aquele marido dela, aquele marido dela.” (Elisa, 55 anos).

Elisa afirma ainda que, apesar dos pais não possuírem grau elevado de escolaridade, ambos procuraram se esforçar e incentivar que ela concluísse os estudos, desde que também tivesse um trabalho em paralelo. E foi decisão da sua mãe, ao terminar o Ensino Médio, que ela deveria se mudar da cidade pequena e ir fazer faculdade na cidade maior. No entanto, sua vida acabou se entrelaçando com o namoro, e logo ela se viu trabalhando como revisora de um jornal e assim deu continuidade aos estudos acadêmicos. Ela ainda frisa que sempre ouviu da mãe: *“mulher não deveria depender do marido”*. Ela acredita que a mãe a incentivou a mudar de cidade, de fazer faculdade, para que ela tivesse autonomia financeira.

A influência da família e o apoio para estudar e trabalhar como uma ferramenta de independência econômica, também podemos ver na fala de Francine:

“Somos em sete irmãos, seis mulheres e um homem. Eu a penúltima. De migração nordestina, meus pais e casaram muito cedo e quando nasceu o terceiro filho eles migraram da Bahia para o Paraná. Quando migrava uma família, migrava outra também. Assim vieram meus familiares para o sul. Todos pra trabalhar na roça. As crianças trabalhavam na roça e iam na escola também.” (Francine, 53 anos).

Novamente, vemos a presença da família nos primeiros anos da vida da interlocutora, pois ela disse que os pais e familiares compraram terreno na área rural e ali fixaram residência. Cresceu em meio à família e, como ela mesma afirma mais tarde, irá se mudar para a “cidade grande” para fazer a faculdade.

“Eu sou baiana. Meus pais eram baianos. Sai com oito anos de lá e a vida foi muito difícil. Meus pais eram agricultores. Lá se trabalhava com cana de açúcar e cana. Na verdade, eles falam rapadura. E também farinha de mandioca, que meu pai produzia. Eu sou a nona de doze filhos. Não tem como falar da minha vida sem falar do meu pai. Então meu pai foi um cidadão muito conservador, muito respeitado. Ele nos deu uma educação que não se vê mais hoje em dia.” (Francine, 53 anos).

Nas quatro entrevistas, constatamos que todas são mulheres migrantes, que vieram de outros estados do Brasil e outras partes do estado do Paraná. Cada uma delas teve sua primeira infância muito marcada pela presença e a ação da família no processo decisório de trabalho e

educação. Todas tiveram incentivo para estudar e, no caso da Elisa, houve por parte da mãe uma conscientização, uma fala mais precisa para que ela tomasse as rédeas de sua vida, que não dependesse de homem, para que buscasse e tivesse sua autonomia financeira enquanto mulher.

As quatro ativistas vêm de estratos sociais diversos. Mulheres diferentes. Femininos múltiplos. Vindo de cidades pequenas, mudam-se para cidades maiores em busca de trabalho e estudo. Elas têm a faixa etária de 40 a 55 anos na altura da pesquisa, e na fala de cada uma delas fica claro que o contato com os movimentos sociais se iniciou sua juventude e adolescência. A ativista Carla disse que, no Ensino Médio, ainda já estava envolvida com o grêmio estudantil, pequenos eventos e mobilizações na cidade, ainda que sua cidade fosse extremamente pequena.

Para a ativista Francine, é importante se declarar feminista, sendo também uma mulher ativa nas atividades desenvolvidas pela Igreja Católica na cidade. Na sua fala, a questão da religião e vocação ficam bem explícitas. Sua atuação na igreja ocorre no atendimento das necessidades materiais – saúde, educação e trabalho – para as mulheres com quem trabalha. Quando perguntamos se o trabalho realizado tem a ver com a missão religiosa dela, enquanto missionária, ela lembra que:

“Então nós trabalhamos nesse sentido da parte espiritual e também de levar as pessoas a entenderem que tem deveres e direitos. Por isso eu fiz política. Eu fiz um curso de política, justamente para entender um pouquinho o que é política. Para a gente trabalhar as políticas públicas. Então nos trabalhos com as mulheres. Porque hoje, infelizmente, nós somos mal informados. Muitas vezes ficamos dentro de casa reclamando que faltando médicos nos postos, segurança nos bairros, está faltando isso, está faltando aquilo. Mas o que a gente está fazendo? A gente tem que cobrar? A não eu não quero me envolver eu não quero me expor. Mas se eu quero alguma coisa, eu vou ter que me envolver de alguma forma e vou ter que me expor.”
(Francine, 53 anos).

Francine contou que ela e mais duas colegas, uma jornalista aposentada e uma enfermeira colegas do projeto em que atua, foram participar de um curso de políticas públicas, oferecido pelo vereador eleito lá do bairro delas. E foi assim que as três acabaram por criar um movimento de estudo e ação na região oeste de Cascavel. Um dos objetivos gerais do grupo é a prática das políticas públicas, ou seja, compreender o que é, lutar e reivindicar pela criação e a implementação de políticas públicas. Ela disse também que, antes do movimento ser reconhecido, houve muito debate e inclusive uma pequena disputa para se apropriar da liderança do grupo. Um ativismo permeado por questões de raça, política, cidadania.

Essa questão vem ao encontro do que Collins (2017) aponta para o movimento feminista como emancipatório, em que as mulheres vão se descobrindo sujeitos políticos e se apropriando de conhecimento e consciência de si mesmas e da ação que podem realizar.

“A gente falou que o movimento é trabalhar com informação e resgatar o que está abandonado na região oeste de Cascavel. Daí recebemos apoio. Montamos a reunião. Fizemos uma lista de demandas, e montamos uma reunião com o poder público da nossa região. E a gente escalou as demandas. Por exemplo, tem uma escola abandonada há mais de 3 anos na região. Construção parada. Tem uma lá que estava uma confusão. Falaram assim: nossa, esse povo aqui tá acordando. Até o padre falou ‘nossa precisou 3 mulheres para acordar o poder público’.” (Francine, 53 anos).

Vemos, na fala de Francine, a necessidade de conhecimento prático e da atuação das políticas públicas vigentes na cidade, o que fez também com que essas mulheres se unissem e se entrelaçassem com outros atores sociais, em outras áreas, para a criação de um grupo que buscasse a representatividade nos lugares de poder e ação política.

A experiência de Jaqueline, 43 anos, vêm das experiências dentro da escola e universidade:

“Eu mudei para Cascavel por causa do emprego. Em 1998, vim para assumir as aulas em Cascavel. Em 2005, é que eu migro para Cascavel, para assumir uma disciplina de Geografia, num curso Técnico em Turismo. Na região eu era a única que tinha essa formação em Geografia com especialização em Turismo. Chego em Cascavel e outro choque cultural. Gritante. Ainda mais gritante ainda. Por ser mulher e negra. Numa cidade selvagem, para mim era selvagem.” (Jaqueline, 43 anos).

Jaqueline é uma mulher negra e, na sua fala, percebe-se que a experiência e atuação enquanto ativista feminina se deu num primeiro momento em virtude da sua vivência ao preconceito racial que ocorreu dentro da escola e também em vários espaços e locais da sociedade. É a partir da sua vivência: lugares de percepção. Ela contou que, num dia, foi tomar um café na padaria próxima da escola, e o dono da padaria lhe ofereceu trabalho de faxineira, caso ela estivesse procurando trabalho. E ela, com muito orgulho e convicção, lhe agradeceu e disse, *“não preciso, sou professora e estou atuando como tal”*.

Isso vem corroborar ao alerta que Luiza Bairros (1995, p. 458) faz sobre a necessidade de se revisitar o feminismo brasileiro:

Numa sociedade racista marcada por profundas desigualdades sociais o que poderia existir de comum entre mulheres de diferentes grupos raciais e classes sociais? Esta é uma questão recorrente não totalmente resolvida pelos vários feminismos que interpretam a opressão com base num diferenciado espectro teórico político ideológico de onde o movimento feminista emergiu.

Para Bairros (1995), a problemática da questão da identidade comum para as mulheres apontou questões hierárquicas de opressão, tendo que se pensar as intersecções de raça, classe e gênero que permeiam a vida das mulheres negras. Nesse sentido, a autora sinaliza para a importância não apenas de as mulheres negras ocuparem os lugares de poder, como também ter real comprometimento em romper com as lógicas opressoras, o que, na fala de Jaqueline, ativista do movimento negro em Cascavel, ficou bem perceptível, ao ser apontada devido sua cor de pele, como candidata à vaga de faxineira.

Nas narrativas de Francine e Jaqueline, a questão da interseccionalidade se evidencia, porque suas vidas serão marcadas além da questão de gênero, também pela questão racial. Vejamos, novamente, na fala de Francine, essa questão:

“Como sou negra, sou afrodescendente, eu tive muita dificuldade sobre o preconceito na escola. Porque quando a gente vivia lá no sítio com as famílias, e também, lá na Bahia, existe muito negro. Então a gente não tinha percebido o preconceito. Aí quando chegamos aqui no norte do Paraná, mais italianos, os santa catarina, os catarinense, do Rio Grande do Sul, daí que começamos a sofrer com o preconceito em razão da cor. Para mim foi muito difícil, eu chegava da escola, até musiquinha, que era o meu bom dia na sala de aula, isso tá gravado até hoje na minha cabeça. Claro que isso não influencia na minha vida hoje, porque eu tomei um princípio na minha vida eu escrevi minha própria história. Eu não deixei marcar. Mas isso são coisas, que quando você é criança, quando você é recebido por falas preconceituosas, isso fica gravado.” (Jaqueline, 43 anos)

Jaqueline desabafa, dizendo que, até os 18 anos de idade, teve certa dificuldade em se aceitar como negra, em ter o cabelo de negra. Até para sair de casa, ficava pensando sobre seu cabelo, sua condição racial. Porém, chegou um momento em que ela teve de superar todo o preconceito sofrido na escola e encarar a vida adulta, o que, de certa forma, influenciou sua escolha por trabalhar com mulheres em situação de vulnerabilidade: sua própria experiência de vida lhe permite atuar e agir em prol de melhoria de vida para as mulheres na comunidade em que vive. De certa forma, em algum momento, essa experiência, para ela, pode ser considerada um motivador para sua ação e prática ativista.

Essa conscientização e prática da atuação ativista vem ao encontro do que aponta Patrícia Hill Collins (2017, p. 10):

A contribuição intelectual do feminismo não apenas o conhecimento externado por mulheres reconhecidas no mundo acadêmico, mas principalmente aquele produzido por mulheres que pensaram suas experiências diárias como mães, professoras, líderes comunitárias, escritoras, empregadas domésticas, militantes da escravidão e pelos direitos civis, cantoras e compositoras de música popular.

Para a autora, é essencial a teoria chamada o “ponto de vista feminista”, porque não somente ajuda a entender diferentes feminismos, mas permite pensar em termos dos movimentos negro e de mulheres negras no Brasil, expressando, assim, as diferentes formas de expressão de ser negro (vivida através do gênero) e de ser mulher (vivida através da raça). Muito mais do que apenas ler os textos das feministas negras, a autora aponta que é preciso ter a presença das mulheres negras nos mais diversos espaços da sociedade, principalmente, naqueles em que estarão falando sobre sua emancipação e direitos. Elas devem ser protagonistas desse debate e não apenas citadas ou coadjuvantes do processo.

Collins (2017), no texto “O que é um nome? Mulherismo, Feminismo Negro e além disso”, aponta como as diferenças e semelhanças entre mulherismo e feminista negro, e como esse debate converge para o desafio essencial de assumir a diversidade das mulheres negras.

Ela sublinha que, ao nos determos em categorizar os termos teóricos para análises, por vezes, perde-se a essência que é analisar o quanto as mulheres afro-americanas sofrem enquanto grupo:

Globalmente, a agenda feminista abrange várias áreas importantes. Em primeiro lugar, a situação econômica e as questões relacionadas com a pobreza global das mulheres, tais como oportunidades de educação, desenvolvimento industrial, racismo ambiental, políticas de emprego, prostituição e leis de herança em matéria de propriedade, constituem uma questão fundamental global das mulheres. Direitos políticos para as mulheres, tais como conseguir o voto, direito de participar de reuniões, viajar, obter cargos públicos; os direitos dos presos políticos e violações básicas de direitos humanos contra as mulheres como estupro e tortura, constituem uma segunda área de preocupação. Uma terceira área de preocupação global consiste em problemas conjugais e familiares, como leis de casamento e divórcio, políticas de custódia da criança e trabalho doméstico. Questões de saúde e sobrevivência das mulheres, tais como direitos reprodutivos, gravidez, sexualidade e AIDS constituem outra área de preocupação feminista global. Essa ampla agenda feminista mundial encontra expressões distintas em diferentes regiões do mundo e entre as diversas populações. (COLLINS, 2017, p. 12).

O feminismo negro visa transcender as questões de gênero, porque, em si mesmo, ele está permeado por outras questões pertinentes. Nesse sentido, o posicionamento tomado pelas feministas negras norte-americanas, e também no Brasil, vem alertar sobre a importância da mobilização das mulheres negras, assim como do feminismo negro. Na prática, o preconceito

que as ativistas negras desta pesquisa narraram revela a sua necessidade em buscar compreender-se enquanto mulher, enquanto negra, enquanto ativista.

Bairros (1995) e Collins (1991) apontam sobre a contribuição para o feminismo a partir da ação concreta das mulheres negras. São suas experiências de vida, suas trajetórias que vão revelar as questões relativas ao preconceito de gênero e raça, e é a partir da sua prática vivenciada vão partir para busca de mecanismos de reconhecimento e ação, a partir de seu lugar de ação e pertencimento:

“As pessoas em si. E nesse vai e vem a gente acaba encontrando outras pessoas negras também, praticamente como o mesmo relato de história. Na época não era movimento negro, era mais sindicalista. Eu enquanto, a pessoa já era meu amigo. Daí eu vim morar para cá e nos tornamos mais próximos [...]. E a gente vai conversando sobre movimentos, políticas sociais, políticas públicas, representatividade. E nesse ponto vai ingressando outras pessoas. Até que a gente começou a fazer encontros semanais, mensais, quinzenais, conforme a gente conseguia. E acabamos por montar o grupo AFROVIDA. Que tinha como objetivo de trabalhar a Cultura e a história afro-brasileira, além de dar subsídio para as pessoas que sofrem diariamente o racismo diariamente e não conseguem trabalhar com ele.” (Jaqueline, 43 anos).

Jaqueline disse que os vários constrangimentos que ela vivenciou, principalmente, quando começou a trabalhar, lhe foram incentivando e gerando a necessidade de se reunir com outras pessoas que talvez tivessem tido a mesma experiência. Esse contato com colegas de trabalho foi se mobilizando aos poucos, consequentemente; ela iniciou o contato mais específico com os movimentos sociais, com as políticas sociais, políticas públicas e pela busca por representatividade de gênero e de raça.

Essa ação vem ao encontro do que Bairros (1995) e Collins (1991) apontam quanto à ação diante da marginalidade vivenciada pelas mulheres negras, destacando que isso deve servir para ações afirmativas, para reflexão e para ação política.

“Nós somos fortes. Somos fortes. Nós só estamos mal informadas e deixando muitas vezes ser manipuladas pelos machismos. Não quero dizer sair por aí fazendo panelaço. Não. Mas simplesmente ter uma estrutura com apoio psicológico e físico. Para nos dizer “eu sou mulher eu tenho direito e tenho dever. As pessoas têm que me respeitar. Então isso é uma coisa que a gente tem que trabalhar mais.” (Jaqueline, 43 anos).

Nas falas de Jaqueline e Francine, temos duas questões para análise. A primeira delas demonstra a questão da própria vivência delas ao sofrer preconceito e sua necessidade de buscar se compreender em meio a esse processo social no qual estão inseridas e como poderão avançar

no entendimento de si enquanto sujeitos sociais de ação e reação: o que fazer para modificar essa prática preconceituosa, machista e opressiva? A segunda questão vem ao encontro do posicionamento e da ação. Onde elas vão atuar e buscar mecanismos para ação efetiva, por meio dos movimentos sociais e por meio de uma interlocução dentro e fora do Estado?

Essa questão vem ao encontro do que Abers e Von Bülow (2011) vão denominar de fronteiras entre o Estado e a sociedade, relativo ao ativismo que ocorre nas relações entre os grupos sociais, movimentos sociais, ONG, organizações e instituições e das pessoas que atuam e permeiam esses grupos.

Das quatro ativistas ouvidas, apenas três já tiveram um contato maior com o Conselho Municipal de Políticas para Mulheres em Cascavel, no sentido de participar efetivamente dele enquanto conselheira. Somente Elisa (55 anos) e Jaqueline (43 anos) tiveram mandato efetivo.

Para a Elisa, a presença do conselho vem confirmar a importância do local de ação e participação das mulheres para a construção políticas públicas, o que materializa uma grande conquista a criação e ação dele na cidade. Na fala dela, os conselhos municipais são o espaço para debate e ação prática, isso porque não são apenas consultivos, mas deliberativos, ou seja, neles pode-se fazer proposições. Na prática, a participação dos atores sociais oriundos dos movimentos sociais, nesse caso, as ativistas do movimento feminista, tem a possibilidade de influenciar diretamente a construção de políticas públicas para mulheres.

Isso vem corroborar os apontamentos de Alvarez (1998; 2000) Abers e Von Bülow (2011), e Alonso (2009), que sugerem que a ação das ativistas vai muito além da criação de alguns órgãos governamentais, como também a sua presença e atuação neles. Isso, todavia, não significa a diminuição da sua situação de militante.

A prática então comum de dupla militância, ou seja, a participação de muitas feministas em partidos e organizações de classe para fazer avançar a luta geral e em grupos de mulheres para promover mudanças que diziam respeito especificamente para mulheres: marcando assim a fronteira aguda construída entre identidade feminista e identidades e práticas não feministas. (ALVAREZ, 2000, p. 389).

A influência e a ação dos movimentos sociais para a criação de órgãos e conselhos municipais, assim como das próprias ativistas feministas atuantes nos mais diversos espaços devem-se ao seu engajamento teórico e intelectual, sejam ligadas ou não ao movimento feminista, pois vão se incorporando aos setores e atuando conforme experiência e resultados práticos de sua atuação em redes de contato e ação.

Ao analisar a questão do ativismo de Jaqueline, vemos como se aproxima desse ativismo em rede, dessa trama de contatos interpessoais e de ação – sua experiência prática de ativismo

social acabou sendo, de certa forma, determinante para seu acesso ao Conselho Municipal de Políticas Culturais, enquanto representante da sociedade civil:

“Agora eu estou no Conselho da Mulher, a gente vai ver o que a gente pode contribuir. Ai a gente vai conversando com outras mulheres, por exemplo: Antonia, o que você gostaria que o Conselho coloca-se em prática? Um diálogo feminista, pra auxiliar a criar leis, a criar um estatuto pra mulher e que fosse respeitado. E que verdadeiramente tivesse ação. Não só porque tem o Conselho. Tá, mas, o que ele faz? Eu como mulher, negra, pobre né? Eu vejo que somos ricas de inteligência. Porque somos fortes! Onde tem um grupo de mulheres lutando por os mesmos objetivos, os homens começam a respeitar. Não que eles têm medo. Eles começam a ver que temos voz e vez. Né? Por isso eu digo assim: as mulheres precisam se unir.” (Jaqueline, 43 anos).

Elisa e Jaqueline revelam que sua participação no Conselho Municipal dos Direitos da Mulher ocorreu devido à sua ação institucional no movimento feminista, além da sua trajetória intelectual:

“E como eu era uma das pessoas que andava em estudo e formação, fui chamada para fazer parte do grupo e eu tive o privilégio então de ser parte de quem criou o Conselho, desde o momento que ele começou a ser pensado. Todo o processo de estruturação dele. Eu fiz parte de todas as reuniões, porque eu era fiel, eu era muito responsável nisso. Então a gente levou ideias, literaturas, conseguiu, tinha essa condição de contribuição. E passei a participar do momento em que o Conselho foi fundado, eu fiquei 6 anos dentro do Conselho.” (Elisa, 55 anos).

“Teve uma época que nós até conseguimos uma cadeira no Conselho. Mas qual a dificuldade em participar? Como eu havia falado antes, a maioria dos membros do movimento negro em Cascavel, são professores e estão em sala de aula. O horário da reunião do Conselho era as duas da tarde. Qual o diretor que vai liberar a pessoa para sair e ir na reunião? Porque assim quando se fala de Políticas Públicas para as mulheres, as pessoas, não são todas, mas fica só na falácia. Na hora de realmente fazer alguma coisa, existe a poda. É tudo podado. É muita falácia. Fala, fala, fala e lá no fundo só fica no papel. As ações não são realizadas. Então eu cheguei a ir em algumas reuniões do Conselho.” (Jaqueline, 43 anos).

Enquanto Carla (44 anos) apontou que:

“Nosso diálogo com o Conselho é inexistente. Nós não temos diálogo com esse Conselho. Nós encaminhamos para o Executivo o convite. Quem veio participar? A pessoa que veio participar, uma representante da Assistência Social, ela foi candidata, não lembro o nome dela. Ela falou que era responsável por essas questões de violência e políticas públicas para as mulheres. Era responsável, mas isso não significa que existe alguma coisa. Até hoje não vemos nada.” (Carla, 44 anos).

Carla vem há muitos anos lutando para a criação de uma Secretaria Municipal para Mulheres, e sua atuação no meio intelectual é bem estruturada e pontual. Além da realização anual de seminários de estudos de políticas públicas, ela participa de atividades que reúnem mulheres que atuam no meio acadêmico, em militância feminista nos movimentos sociais na cidade e região.

Sua atuação demonstra como tem sido uma ativista feminista participativa e atuante, sendo ela uma das fundadoras do Coletivo 8 de Março, que reúne pelo menos 15 organizações, movimentos sociais, coletivos feministas. As atividades desse “Coletivo de Coletivos” são ações conjuntas para as comemorações do dia internacional da mulher, assim como para as ações concretas e demais deliberações:

“Na região tenho trabalhado com palestras e pesquisas de extensão sobre questões da violência contra a mulher. No meio urbano, as minhas atividades nos últimos anos ficaram voltadas para o dia 8 de março, que teve a participação importante das mulheres do movimento sem-terra [...] as temáticas que mais abordo é a questão dos direitos das mulheres, a questão da violência de gênero e também o estatuto da criança e do adolescente. Sobre o dia 8 de março participei na organização do primeiro evento, tivemos três pautas: a reforma trabalhista; a violência contra as mulheres e a reforma da previdência. Três temas que afetam diretamente as mulheres. A reforma trabalhista já aconteceu e trouxe muitas implicações para as mulheres, principalmente. Porque sempre quando há um retrocesso no campo dos direitos, são as mulheres que mais sofrem. E a violência contra a mulher está aí, precisamos lutar contra essa violência. Embora tenha uma lei como a Maria da Penha, carece de uma transformação cultural e da efetivação mesmo dessa lei.” (Carla, 44 anos).

Carla tem uma ação mais pontual na área teórica e acadêmica, somada a sua atuação com os grupos, movimentos e coletivos existentes na cidade. Seu perfil é mais intelectual e estruturado teoricamente, embora ao mesmo tempo, ela atue, como já apontamos acima, numa dupla militância. Afinal, foi por intermédio dela e da sua rede de contatos e atuação que conseguiu, em conjunto com demais ativistas, reunir, num só coletivo, vários grupos de mulheres, organizações, instituições e coletivos diversos para debaterem e agirem em conjunto por pautas unificadoras. Contudo, ainda que, tenha acontecido essa união, ela aponta que:

“Existe muita dificuldade de organização, de união, de juntar todos esses movimentos e se fortalecer e lutar pelas pautas de cada um. Todas as pautas são importantes. Cada um tem a sua importância. São coletivos que tem identificação. Eles se identificam. Mas por algum motivo. Talvez por tentar ofuscar um a bandeira

do outro. Existe isso também. As vezes um coletivo não se une ao outro coletivo porque acha que a sua bandeira vai ficar ofuscada. Talvez seja um dos problemas que a gente enfrenta em Cascavel. Acho que é um dos motivos. Acho que falta um canal de diálogo efetivo. Num primeiro momento chamar todos os coletivos. Até pelo perfil da cidade, pela questão política. Existe talvez interesse de alguns, que não conseguem trabalhar coletivamente e entender o todo.” (Carla, 44 anos).

Para Carla, falta uma rede de comunicação mais efetiva na cidade, como também uma melhor interação entre os movimentos sociais. Para ela, existe muitas mobilizações, reuniões, encontros acontecendo, mas falta uma união. Em parte, ela aponta que entende que são as agendas diferenciadas, pois os grupos e movimentos sociais têm suas pautas específicas; e que há, em determinados momentos, uma interação.

Isso vem corroborar com o que Alvarez (2000; 2014) descreveu como a singularidade do movimento feminista, sendo sua pluralidade constituída de diferentes dos movimentos sociais:

Os campos discursivos de ação são muito mais do que meros aglomerados de organizações voltadas para uma determinada problemática; eles abarcam uma vasta gama de atoras/es individuais e de lugares sociais culturais e políticos. (ALVAREZ, 2014, p. 18).

Em contextos históricos distintos, diversos atores sociais ganham maior ou menor visibilidade política cultural. Vão se entrecruzando de forma prática, por ideias e discursos. Os campos feministas se constroem por meio desse emaranhando de interlocuções.

Nesse sentido, trazemos ainda a questão apontada por Jaqueline, em relação a sua aproximação aos movimentos e aos demais ativistas sociais, ela aponta como as suas vidas vão se entrelaçando, como vão se encontrando e compartilhando suas vidas e trajetórias marcadas pelo preconceito de raça e gênero:

“Porque eu falo assim, existe um diferencial quando se é mulher. Em uma cidade onde as pessoas ainda veem o negro como sub-raça e tudo. Então, não adianta tua posição social, isso não vai te embranquecer. Não adianta nada. Quando o racismo está impregnado nas pessoas. Quando as pessoas acham que é superior a você devido a cor de pele. E aqui em Cascavel não foi diferente para mim. Faço parte do movimento de mulheres negras da rede de mulheres negras do Estado do Paraná, como militante também. E diariamente é uma luta pela sobrevivência. As pessoas falam que racismo é mimimi. Não, não é mimimi. De forma alguma é mimimi. Porque a partir do momento que você ofende o outro não é mimimi.” (Jaqueline, 43 anos).

Para Jaqueline é a própria experiência do preconceito que a direciona para a questão da necessidade do debate e da atuação enquanto movimento negro e, principalmente, para um feminismo negro. Ideia que se relaciona ao apontado pela feminista brasileira Sueli Carneiro (2003), para quem a mulher negra sofre, além da opressão do sexismo, pelo racismo.

Scherer-Warren (2006), nesse sentido, analisa nas sociedades globalizadas, multiculturais e complexas, que a tendência é que, cada vez mais, as identidades serem plurais e suas lutas pela cidadania refletem as dimensões individualizadas, mas também coletivas:

As redes, por serem multiformes, aproximam atores sociais diversificados – dos níveis locais aos mais globais, de diferentes tipos de organizações –, e possibilitam o diálogo da diversidade de interesses e valores. Ainda que esse diálogo não seja isento de conflitos, o encontro e o confronto das reivindicações e lutas referentes a diversos aspectos da cidadania vêm permitindo aos movimentos sociais. (SCHERER-WARREN, 2006, p. 115).

Esses novos atores sociais atuam nos palcos e arenas em determinados momentos. Como nas quatro trajetórias que trouxemos aqui, vemos que elas se entrecruzam em determinados momentos: nos direitos para as mulheres; na implantação de uma Secretaria para Mulheres na cidade; na sua participação em ações conjuntas como Seminário de Políticas Públicas para Mulheres; na reunião no ano de 2017; nas atividades anuais em comemoração ao dia 8 de março; na luta e ação por meio de ofícios encaminhados à Câmara de Vereadores da Cidade, solicitando que o debate e as leis para mulheres sejam amplamente debatidos pela sociedade, seja em debates públicos, audiência, seja pela ação e participação efetiva do CMDM.

A singularidade do movimento feminista latino-americano, conforme apontado por Alvarez (2000) e pela pesquisadora brasileira Sueli Carneiro (2003), revela que o movimento de mulheres no Brasil é um dos mais respeitados no mundo e também referência fundamental para certos temas de pesquisa das mulheres no plano internacional, tendo a melhor *performance* dentre os demais movimentos sociais no Brasil. Isso nos permite pensar que a atuação dentro e fora das esferas de poder político, assim como a própria prática e ação conjunta da própria ação militante, mais a produção acadêmica tiveram influência positiva e afirmativa em ações que culminaram em propostas para a Constituição de 1988 (BRASIL, 1988).

Outra questão relevante e consequência desse movimento é a sua colaboração no processo de democratização do Estado, até mesmo no campo das políticas públicas, em que se viu, na prática da criação dos Conselhos da Condição Feminina, órgãos voltados para a criação de políticas públicas de promoção da igualdade de gênero e combate à discriminação contra as mulheres.

A luta contra a violência doméstica e sexual estabeleceu mudança de paradigma em relação a questões de *público* e *privado*. A violência doméstica tida como algo da dimensão do *privado* alcança a esfera pública e torna-se objeto de políticas específicas. Esses deslocamentos fazem com que a administração pública introduza novos organismos, como: Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher (DEAMs), os abrigos institucionais para a proteção de mulheres em situação de violência; e outras necessidades para a efetivação de políticas públicas voltadas para as mulheres. (CARNEIRO, 2003, p. 127).

Ainda vislumbramos outra conquista apontada no campo dos direitos, que é o direito da mulher sobre o seu corpo. O campo da sexualidade vem abrindo fronteiras em relação à vontade da mulher em decidir quando ter ou não filhos, autonomia sexual, etc. Outra questão ainda levantada é o acesso das mulheres aos lugares de poder.

Esse campo de participação ficou patente de importância para as ativistas, e suas trajetórias de vida estão engendradas em alguns momentos pela ação e atuação no Conselho Municipal dos Direitos da Mulher. Todas reconhecem a necessidade da existência do conselho, embora também verifiquem que é necessário maior comprometimento para que as ações desse conselho ultrapassem o campo do debate e se efetivem políticas públicas emancipadoras e de proteção à vida das mulheres. A necessidade de ocupar esse lugar de fala, de ação e atuação é visível para elas.

Apesar de ser um espaço de significativa participação política, de fato, os conselhos não são o espaço final da ação política. Ou seja, as mulheres ainda não ocuparam, enquanto eleitas e de ação representativa, os espaços como a Câmara Municipal de Vereadores, secretarias, diretorias, presidências.

Apesar do compromisso firmado na IV Conferência Mundial sobre a Mulher em Beijing, em 1995, como uma forma de reservar espaços e recursos para a eleição de mulheres, as cotas para mulheres têm sido uma maneira de aumentar o número de mulheres eleitas para os cargos públicos. No caso brasileiro, temos a seguinte aplicação:

A Lei 9.100/1995, que regulamentou as eleições municipais de 1996, previu que para o cargo de vereador/a 20% das vagas de cada partido ou coligação daquela eleição deveriam ser preenchidas por candidaturas de mulheres. Já a lei eleitoral em vigor até hoje, Lei 9504/1997, indicou a reserva (não exatamente seu *preenchimento*) de 30% das candidaturas dos partidos ou coligações para cada sexo em eleições proporcionais (ou seja, para vereador/a, deputado/a estadual e deputado/a federal), com um dispositivo transitório que definia um percentual de 25% apenas para as eleições gerais de 1998. Mas, ao contrário do que se esperava, recuamos de 6,2% de eleitas para a Câmara de Deputados em 1994, em uma eleição sem cotas, para 5,7% nas eleições de 1998, com cotas. A partir de 2002, já com o percentual de 30% garantido, o aumento no número de eleitas para a Câmara de Deputados foi crescendo, mas de forma muito fraca, até 8,8% em 2006. (MARQUES, 2018, p. 1).

A realidade local revela que, apesar das cotas, ainda não há uma cultura e uma consciência por parte das próprias mulheres para assumirem e aumentarem esse percentual, mesmo com os esforços de algumas lideranças políticas e também dos movimentos feministas para a eleição de mulheres. De acordo com o Tribunal Superior Eleitoral (2019), apesar de as mulheres comporem a maior parte do eleitorado brasileiro, ainda estão longe de conseguir se eleger na mesma proporção que os homens. Em 66 anos de existência, a cidade de Cascavel nunca elegeu uma prefeita mulher e, nos últimos 15 anos, nenhuma foi eleita para a Câmara de Vereadores.

Nesse sentido, vimos que as ativistas deste trabalho demonstraram, não apenas em suas falas, como em sua própria trajetória, a importância de as mulheres serem eleitas e participarem dos espaços de decisão. Nesse sentido, elas disseram que a sua participação e o diálogo com os setores criados para a participação política têm sido de grande importância, precisando ser muito mais explorados pelas mulheres.

Para Carla, que atua de forma mais contundente no campo do direito e da política, devido à sua formação, atuação acadêmica intelectual e social, o que falta “*é uma conscientização das mulheres para assumirem seus lugares nos espaços de poder político da cidade*”. Desde que ela chegou à cidade, vem articulando a implantação de uma Secretaria Municipal para Mulheres e realizando Seminários de Estudos sobre Políticas Públicas.

Francine apresenta uma questão sobre a política local:

“Nós participamos dos grupos políticos da cidade. Participamos das reuniões. Como nas reuniões é abrangido vários assuntos, várias pastorais, vários movimentos. A gente não fala exatamente do movimento das mulheres. Por exemplo, esses dias teve uma assembleia da mulher, estivemos lá participando nessa assembleia extraordinária na Câmara Municipal de Vereadores. Estava todas as mulheres representadas, advogadas, psicólogas, compondo a mesa e todo mundo de braço aberto para trabalharmos juntos. Estavam presentes vários vereadores, posso citar o vereador [...] e o vereador [...], outros estavam presentes, estavam nos dando apologia.” (Francine, 53 anos).

Francine fala que o trabalho que ela e as outras mulheres da comunidade estão fazendo está se expandindo, e que tanto o pároco da comunidade/bairro, como alguns vereadores têm ficado de olho nelas:

“Até o padre falou ‘nossa precisou 3 mulheres para acordar o poder público. Isso porque a interlocutora 4 e suas colegas estão fazendo no bairro algo que o poder

público tem ignorado há anos. Apesar de ter representante eleito no bairro “só aparecem na época da eleição’.” (Francine, 53 anos).

Outra ação desenvolvida por Francine é a atuação nas causas sociais da comunidade em que mora, junto às pessoas portadoras de deficiência e aos idosos, em um residencial “Minha Casa, Minha Vida”. Todos os cadeirantes ficaram na mesma rua, a qual não tem adaptação.

“É muito alto para descer. Daí fizeram uma passarelazinha de uma casa para outra. Mas daí tem aquela pessoa, que levanta, que faz uma calçada maior na frente da casa dele, e atrapalha a passagem com a cadeira. Outra coisa terrível, por exemplo: se um vizinho passa mal, como eu estou falando, tem idosos cuidando de idosos. Como vai pedir ajuda para o vizinho do lado se ele também tem limitação de sair e vir ajudar? Então falam que ficou bom. Não ficou bom não. Vai lá ver a realidade deles! Até agora, nós temos um vereador e mais um pessoal que vai estar fazendo análise daquelas ruas lá. Pra ver o que pode ser mudado. Porque quando chove entra água na casa das pessoas. Porque ser for pra medir mesmo, da 1,5 quase dois metros que as casas ficaram abaixo da rua. Sabe, é uma discriminação terrível. Então quando eu falo, eu gosto de mexer com as pessoas menos favorecidas, discriminadas. Então eu vejo ali uma discriminação que poderia ter feito sorteio. Por exemplo: “dona Maria é cadeirante”, ela não precisa ficar numa rua rotulada. As casas não tem adaptação. Os cadeirantes todos ficam na rua dos cadeirantes. A pior rua, a última rua do bairro. Porque deixaram ele lá? Porque ele não produz? Ele não vota? Então essa briga de eu como mulher, eu acho muito triste. A gente tem que tratar ser humano como humano.” (Francine, 53 anos).

Francine falou que estava muito indignada com a forma como os idosos e cadeirantes estão sendo tratados pelo governo municipal, e mais irritada em saber que sua comunidade elegeu vários desses vereadores. Ela, em conjunto com outras mulheres, está se articulando para ajudar as pessoas da comunidade, com questões de saúde e habitação:

“E daí? Não é um direito nossos termos uma casa? É um direito daquela senhora de 85 anos que está lá cuidando de um filho de 65 anos numa cadeira de rodas, ou numa cama, porque as vezes nem cadeira de rodas têm. É direito de ter dignidade. Sabe são coisas assim que nos chateia que nos deixa triste. Se vão conseguir, se vamos ter resultado não sei. Né? Mas nós vamos procurar quem pode resolver, e vamos bater e vamos brigar.” (Francine, 53 anos).

Francine tem sido, nos últimos anos, umas das pessoas mais atuantes e provocadoras de questões sociais do seu bairro. Ela, em conjunto com outras mulheres de diversas organizações e formações, está se reunindo e fazendo a diferença. Como ela mesmo afirmou: “*não sabemos muito sobre política, mas a vontade de fazer a diferença e ver a realidade social da nossa*

comunidade mudar é muito grande”. Ela tem atuado em seu período de folga. Atua como zeladora em dois locais.

Carla compartilhou um momento da sua vida em que seu filho estava em uma escola, e a diretoria não se dedicava como os pais achavam que deveria e poderia estar fazendo. Tratava-se de uma escola em que as crianças precisavam de vários profissionais de saúde além dos educacionais. Em conjunto com outras mães, se reuniram e montaram uma chapa para concorrer à diretoria e venceram. A partir de então, as ações que realizaram repercutiram no atendimento melhorado para as crianças, fazendo com que as mães tivessem mais tranquilidade de trabalhar e deixar seus filhos num ambiente acolhedor e que trata as crianças com dignidade e respeito.

“Foi um momento muito difícil. Muito complicado, porque a gente percebeu que não tinha força política e econômica. Era uma chapa de pais. E a outra chapa de pessoas interessadas em assumir como um trampolim político. Então a gente sofreu muito. No final os pais conseguiram se eleger. Foi uma revolução assim, eu acredito. Desde a parte física, de um ambiente escuro e triste, conseguimos transformar num ambiente feliz, alegre, mudando a pintura, contratando profissionais multiprofissionais. Até hoje estamos colhendo os frutos disso. Houve uma mudança de consciência. Mas houve essa conscientização de que nós pais, precisamos participar e precisamos mudar a realidade.” (Carla, 44 anos).

Nesses dois momentos de ativismo social, de Carla e Francine, vemos claramente a questão da interseccionalidade apontada por Collins (2017, p. 7): “em situações díspares politicamente, levanta questões importantes sobre a relevância do conhecimento para a luta por liberdade e iniciativas de justiça social”, ou seja, além da própria militância feminista, permeada pelas questões de gênero, teremos outras questões que são suscitadas por essas ativistas.

Lopes e Heredia (2014) sublinham, assim como já apontado por Carneiro (2003), as especificidades e demandas que há, em vários grupos de mulheres, transcendem a questão de gênero, raça e classe, porque demandam a questão das desigualdades sociais e de cidadania, num ativismo que atua para além de gênero, numa interseccionalidade.

Carla, Elisa e Jaqueline são formadas, graduadas. Atuam cada uma em suas áreas de atuação. Quando perguntei sobre sua vida particular, todas apontaram a questão do apoio da família, embora sempre tivessem que conciliar as atividades de mãe, esposa, dona de casa, profissão e sua atuação no ativismo feminista.

As quatro trajetórias apresentadas se situam numa diversidade do feminismo e ativismo por equidade de gênero. As duas ativistas negras relataram ter sofrido preconceito de raça e de gênero. Somente Jaqueline tem a militância no movimento negro, não sendo exclusivo. Cada

uma delas teve a sua vivência e influência para atuar em movimentos sociais a partir de situações sofridas que as impulsionaram cada uma de uma maneira a pensar sua condição social. Carla tem uma militância mais intelectual e teórica, assim como Elisa, embora tenha ficado claro, nas narrativas, que ambas têm a militância muito evidente nos vários momentos que já foram apresentados neste capítulo. As quatro ativistas demonstraram, em suas narrativas, que sua atuação está numa interação entre os movimentos feministas e ou sociais dos quais são integrantes e que, para além disso, participam dos espaços de debate e criação de políticas públicas, assim como têm um ativismo que transcende as questões de gênero, raça e classe.

Esta tese teve como objetivo geral entender a própria história do movimento feminista em Cascavel/PR, a qual verificamos que esteve, ao longo do período proposto no recorte temporal da pesquisa, diretamente entrelaçado à ação das ativistas entrevistadas. Foi possível perceber que as suas vidas vão se mesclando com as ações no campo discursivo e na interseccionalidade, vistas por meio de suas ações nos espaços por elas ocupados.

Cada uma dessas mulheres revelou o quanto suas vidas foram marcadas por momentos históricos que, de certa maneira, as impulsionaram a serem pessoas atuantes no meio onde viviam. As ativistas negras deixam claro, em suas falas, o quanto a questão de gênero e raça permeou suas vidas, fazendo-as se perceberem “diferentes”, porque enfrentaram o preconceito racial desde muito jovens, ainda crianças, em um dos casos.

Nas quatro trajetórias analisadas, verificamos que as dificuldades relacionadas às questões gênero vão permear a vida delas na área familiar, social, acadêmica e de trabalho. Ser mulher irá impactar suas vidas, seja no sentido de que elas precisaram se impor enquanto portadoras de direitos e respeito; seja na família, na escola ou no trabalho; enfim, nos vários ambientes em que circularam, todas revelaram o quanto foi preciso impor-se enquanto pessoa de direito e respeito. A necessidade de respeito, assim como as inquietações devido às injustiças sociais que cada uma delas viveu em algum momento da vida, foram, de certa forma, impulsionadoras para que cada uma se envolve em ações em busca de soluções.

A presente tese verificou que as quatro mulheres ativistas são exemplo da diversidade do feminismo, por representarem as diferentes origens, de cultura, atuação e formação. Pelo menos três delas, podemos dizer, têm uma aproximação e convergência no que diz respeito à relação do seu ativismo político e a atuação política feminista em sua diversidade e interação entre as políticas públicas para mulheres. As ativistas Carla, Elisa e Jaqueline deixaram bem claro, em suas falas, o quanto suas ações estão mais voltadas e relacionadas a uma busca para

implementação de políticas públicas. Duas delas já participaram como membros do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, nas vagas destinadas para a representatividade sindical.

Já a ativista Francine, em sua narrativa, demonstra uma interseccionalidade de raça e classe, em ações de ativismo em prol das desigualdades sociais, assistencialismo e um pouco, digamos assim, de cunho mais religioso. Embora, constatou-se que, nos últimos anos, ela tenha se aproximado mais das questões políticas, inclusive sendo convidada a participar do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, assim como sua ação em função das políticas públicas para as questões de desigualdades sociais.

Elisa é muito atuante enquanto fomentadora de políticas públicas para mulheres, assim como atuou nos últimos anos de forma contundente para a organização de uma frente única de movimentos e coletivos feministas na cidade. Em determinado momento, afirmou que o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher para Mulheres tem deixado a desejar, pois há pouco ou quase nenhuma relação de diálogo entre ele os movimentos de mulheres.

Lembro que o objetivo desta pesquisa não é analisar a função e atuação do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, o que não deixaria de ser um assunto pertinente, considerando que constatamos, no levantamento do campo de pesquisa, que grande parte das ativistas feministas cascavelenses não têm contato com conselho, algumas, inclusive, desconheciam a sua existência. A maioria afirmou não se sentir representada no CMDM.

As ativistas que já fizeram parte do CMDM, por sua vez, disseram que, nos anos em que estiveram participando da gestão do conselho, sentiram que havia muita teoria e muito retórica em alguns aspectos; embora tenha sido possível perceber que, em seus primeiros anos de existência, ele tenha tido uma maior representatividade e atuação no município. As críticas apontadas pelas ativistas em relação ao Conselho Municipal é que esse espaço de debate e de formulação de políticas públicas para as mulheres, espaço de participação das mulheres para mulheres, tem um distanciamento estrutural com os movimentos de mulheres e coletivos feministas da cidade.

Ao analisarmos as quatro trajetórias, percebemos que cada uma delas, em suas diferentes formas de ação e atuação, demonstram uma diversidade do feminismo, corroborando o que Sonia Alvarez (2000) apontou sobre a unidade na diferença dos feminismos heterogêneos e multifacetados da América Latina, que se configuraram como um descentramento saudável, apresentando, assim, um campo de ação expansivo, policêntrico e heterogêneo que abarca uma vasta variedade de arenas culturais, sociais e políticas.

Diante de uma complexidade de imbricações entre as categorias que se apresentaram, nas trajetórias e diversidade do feminismo por equidade de gênero nas narrativas das ativistas, é importante sublinhar o que Patrícia Hill Collins (2017) apontou para as análises feita a partir da interseccionalidade nos movimentos feministas, isso porque as ideias e práticas em gênero, raça, classe, sexualidade, idade, etnia, *status* de cidadania e outros marcadores não podem ser compreendidos de forma isolada.

Cada uma das trajetórias apontou uma especificidade no que diz respeito à ação individual enquanto ativista social, em agir em seu meio natural, sendo a diferença de ação. Até mesmo as falas sobre a sua ação pontuam: “*tinha que ser mulher pra ser a diferença*”, ou melhor, mulheres tiveram de se unir para conseguir a atenção do governo municipal.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo geral desta tese foi compreender como o ativismo feminista na cidade de Cascavel/PR está articulando suas ações às políticas públicas para mulheres, tendo em consideração a diversidade do feminismo e ativismo por equidade de gênero. A interação é objeto de debate de uma bibliografia mais recente que analisa as formas de interação entre ativistas de movimentos sociais dentro e fora do Estado.

O segundo capítulo contemplou o debate teórico referente aos movimentos sociais e como o movimento feminista vem, ao longo dos anos, se revelando um campo de atuação cuja diversidade do feminismo e ativismo culmina numa atuação política feminista de interação aos espaços participativos e para políticas públicas para mulheres. Numa perspectiva de ativismo feminista contemporâneo, essas mulheres ativistas estão atuando nos espaços de debate político ou ainda onde vivem, trabalham, estudam, perpassando as fronteiras entre sociedade e Estado.

O terceiro capítulo teve como objetivo expor e analisar os feminismos a partir de contextualização, compreendendo sua historicização, os significados e a dinâmica em que eles ocorreram, permitindo compreender a formulação das agendas e pautas dos movimentos feministas contemporâneos e o ativismo feminista. Considerando que analisamos o ativismo feminista contemporâneo, a pertinência de trazer o debate sobre as configurações e (re)configurações do movimento feminista tem como suporte teórico autores que se debruçaram sobre as questões da América Latina, Brasil e Paraná: Sonia Alvarez, Evelina Dagnino e Arturo Escobar e Knapik. O movimento feminista, de um lado, se organiza a partir do reconhecimento de que ser mulher, tanto no espaço público, como no privado, acarreta consequências definitivas para a vida e que, portanto, há uma luta específica, a da transformação das relações de gênero assim como a questão de se revisitar os feminismos para se compreender a diversidade que ele se encontra. Em específico, Luiza Bairros (1995) aponta para a necessidade de se revisitar o feminismo brasileiro, considerando o histórico e a realidade da sociedade racista e marcada por profundas desigualdades sociais e de classes sociais.

O quarto capítulo visou apresentar os espaços de participação para debate, criação e implementação das políticas públicas para mulheres no Brasil, mostrando historicamente como ocorreram a criação desses espaços participativos que ora são ferramentas de organização e arranjo do Estado, ora se consistem em espaços de conquista para participação efetiva da sociedade civil enquanto organização e representação das mulheres. O Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres, em num primeiro momento é vinculado ao Ministério da Justiça. Em

1985, em sua primeira estrutura, foi alvo de crítica e debate, por parte de algumas pesquisadoras e também ativistas feministas, visto que sua estruturação não representava o movimento. Em 2003, com a reestruturação e também com a criação da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres que tinha *status* de ministério, houve uma reestruturação no *hall* de membros participativos do conselho, que fez com que muitos conselhos estaduais e municipais fossem criados.

Em Cascavel/PR, o conselho foi criado em 2011. Seu objetivo é a garantia da defesa e da criação de políticas públicas voltadas para as mulheres, estimulando a participação feminina nas organizações sociais e políticas. A rede de atendimento às mulheres na cidade de Cascavel conta com Conselho Municipal dos Direitos da Mulher; Delegacia da Mulher; 1º Juizado Especial de Violência contra a Mulher; 4ª Vara Criminal; Serviço de Acolhimento Institucional para Mulheres em Situação de Violência – Abrigo “Vanusa Covatti”; Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) II; Serviços de Saúde Especializados no Atendimento à Mulher e organizações não governamentais que trabalham na defesa e na promoção dos direitos da mulher. Apesar do aparato existente para os direitos das mulheres, ficou claro na pesquisa que elas ainda sofrem com o preconceito no momento do atendimento, principalmente, naqueles órgãos em que são homens que atendem. Muitas vezes, as mulheres não prestam queixas, não procuram seus direitos e não é somente pelo medo da represália dos companheiros; mas porque os locais de atendimento carecem de respeito e acolhimento para com elas.

No quinto capítulo, apresentei as quatro narrativas da trajetória de vida de ativistas feministas em Cascavel, sendo possível observar uma diversidade de feminismos em suas ações dentro dos movimentos dos quais fazem parte, em suas participações nas mobilizações por direitos da mulher na cidade, tendo, inclusive, algumas sido conselheiras no Conselho Municipal dos Direitos da Mulher. Tudo isso se refletiu num ativismo que transita em meio a uma dinâmica de poder, em que elas produzem realidades materiais desiguais e experiências sociais diferentes coletiva e individualmente.

Corroborando com Rebecca Abers e Marisa Von Bülow (2011), trouxemos o debate sobre a questão dos “Movimentos Sociais e Redes de Ativistas”, lembrando que não é objeto de análise os movimentos sociais em si mesmo, mas apontar como ocorre a interação nas intersecções entre movimentos sociais – ativismo – Estado. No caso desta pesquisa, no que diz respeito à análise das imbricações entre os movimentos sociais e o Estado, verificamos que a partir da análise das trajetórias das ativistas, que participaram dos movimentos sociais, a sua

ação ocorreu em alguns momentos como forma organizada coletiva, enquanto inseridas no contexto e análise de movimentos. Foram consideradas as singularidades e a diversidade em suas trajetórias de vida e a sua relação com o movimento feminista e as políticas voltadas aos direitos das mulheres.

Assim, o objetivo geral desta pesquisa foi analisar o ativismo feminista contemporâneo em Cascavel/PR, a partir da trajetória de quatro ativistas feministas, focalizando as seguintes dimensões: (i) identificar os movimentos de mulheres e ativismos feministas em Cascavel/PR, a partir das trajetórias de mulheres ativistas; (ii) verificar as formas de integração entre os ativismos feministas e as ações para políticas públicas para as mulheres; (iii) apresentar como se dão as práticas dessas ativistas em meio ao campo discursivo de ação e participação.

Na primeira dimensão, localizamos pelo menos quinze grupos, coletivos e ou movimentos sociais em que temática organizacional é o movimento feminista. Para efeito desta tese, foram selecionadas quatro mulheres com perfil para análise das trajetórias de vida e, das quatro trajetórias aqui apontadas, apenas duas têm relação direta com o movimento feminista nos movimentos em que estão engajadas.

Perceber como essas mulheres vão atuando em meio ao seu espaço de atuação, dentro e fora do movimento, de forma coletiva, ou de forma individual, revelou uma (re) organização dos atores sociais nessa relação movimentos sociais e Estado, corroborando ao que Collins (2017) afirma sobre o movimento feminista, enquanto ferramenta emancipatória, em que as mulheres vão se descobrindo sujeitos políticos e se apropriando de conhecimento e consciência de si mesmas e da ação que podem realizar.

Essa consciência de si, como detentoras de direitos, as impulsiona nas práticas cotidianas, em suas vidas, direcionando-as para ações concretas para a busca de soluções de questões relacionadas aos direitos das mulheres, ao respeito, à implementação de políticas públicas para as mulheres, entre outras. O ativismo feminista em Cascavel/PR se revelou como maneiras diversas de atuar significativamente nas esferas de poder e ação política. Embora em nossas análises, e acompanhando o recorte temporal, as atividades das ativistas feministas ainda estejam em alguns aspectos ocorrendo mais no campo teórico, sem muita eficácia na prática da criação e leis para mulheres, isso não impede que suas ações e mobilizações em demais esferas sociais as façam se destacar como líderes ativistas.

Considerando o conceito de ativismo de Rebeca Abers (ABERS; VON BÜLOW, 2001) a qual aponta que o ativismo ocorre dentro e fora dos movimentos sociais, assim como nos locais institucionais; na análise das trajetórias das ativistas feministas de Cascavel, percebeu-se

que isso é uma realidade. Esse ativismo interagiu com as políticas públicas na cidade, principalmente, no momento da criação do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher; embora, como já mencionado, algumas ativistas façam críticas à estrutura organizacional do conselho, o qual não satisfaz a representatividade da coletividade dos movimentos feministas de Cascavel.

Quanto ao ativismo feminista na cidade de Cascavel, tarefa que me impus ao longo dessa tese, foi o de compreender as suas diferentes facetas em meio a sua inter-relação direta aos movimentos sociais em que as ativistas se encontram atreladas. A compreensão teórica dos movimentos sociais e de como o ativismo, possibilitou compreendermos a dinâmica e o próprio desenvolvimento ao longo desse trajeto da ação ativista local.

Isso porque o campo político feminista local, de certa forma, poderíamos dizer, age muito timidamente, com ações fragmentadas e descontinuadas em seu aspecto teórico, ao contrário das ações práticas que têm uma maior amplitude. Nesse sentido, localizar as ativistas a partir dessa abordagem, da ação concreta, demonstrou o quanto as mulheres estão em suas vidas, em locais diversos, agindo e fazendo ativismo feminista, o qual pode parecer despercebido em meio ao ativismo social.

Diante disso, a tese é corroborada por Alvarez (2000), no que diz respeito aos desdobramentos recentes das políticas de gênero em escala nacional e global, que desencadearam contradições profundas dentro do campo do movimento feminista latino-americano contemporâneo, gerando novos conflitos e acentuando os antigos. Também sobre a percepção e necessidade de realizar as análises tendo em consideração a diversidade em meio a pluralidade do movimento feminista, no faz querer revisitar o feminismo brasileiro como já apontado por Bairros (1995). Assim concordamos com Flávia Biroli e Luís Felipe Miguel (2015) quando afirmam que a agenda em relação às discussões teóricas e às práticas políticas para o feminismo, ou como eles denominam, feminismos, está aberta e carece de debate.

Feito este percurso, espera-se poder ter contribuído tanto para o campo de estudos dos movimentos sociais, especialmente naquele que estuda o movimento feminista, como para o campo de investigação das redes e tramas e em suas formas dinâmicas de atuação; pois revelou-se, em cada uma das trajetórias aqui apresentadas, um ativismo de forma autêntica e pertinente. Cada uma delas, em seus meios sociais, está, ao longo dos anos, fazendo a diferença, considerando-se suas singularidades, a diversidade em suas trajetórias de vida, sua relação com o movimento feminista e as políticas voltadas aos direitos das mulheres, que, por sua vez, vão convergindo em alguns aspectos.

REFERÊNCIAS

- ABERS, Rebecca; VON BÜLOW, Marisa. Movimentos Sociais na teoria e na prática. Como estudar o ativismo através da fronteira entre Estado e Sociedade? **Sociologia**, v. 13, n. 28, p. 52-84, set./dez. 2011.
- AFROVIDA. Disponível em: <http://grupoafrovidacascavelpr.blogspot.com/> Acesso em: 4 set. 2018.
- ALONSO, Angela. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. **Lua Nova**, São Paulo, v. 76, p. 49-86, 2009.
- ALVAREZ, Sonia E. Feminismos latino-americanos. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 6, n. 2, p. 265-285, 1998.
- ALVAREZ, Sonia E. A Globalização dos feminismos latino-americanos: tendências dos anos 90 e desafios para o novo milênio. In: ALVAREZ, Sonia E.; ESCOBAR, Arturo. **Cultura e Política nos Movimentos Sociais Latino-Americanos**. Belo Horizonte: UFMG, 2000. p. 383-426.
- ALVAREZ, Sonia. E. Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista. **Cadernos Pagú**, v. 43, p. 13-56, jan./jun. 2014.
- ALVAREZ, Sonia E.; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo. O cultural e o político nos movimentos sociais latino-americanos. In: ALVAREZ, Sonia E.; ESCOBAR, Arturo. **Cultura e Política nos Movimentos Sociais Latino-Americanos**. Belo Horizonte: UFMG, 2000. p. 15-57.
- BAIROS, Luiza. Nossos feminismos revisitados. **Revista Estudos Feministas**, v. 3, n. 2, p. 458-463, 1995.
- BIANCHI, Álvaro. O conceito de Estado em Max Weber. **Lua Nova**, São Paulo, v. 92, p. 79-104, 2014.
- BIROLI, Flávia; MIGUEL, Lucas Felipe. Gênero, raça, classe: opressões cruzadas e convergências na reprodução das desigualdades. **Mediações**, Londrina, v. 20, n. 2, p. 27-55, jul./dez. 2015.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Presidência da República, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 24 nov. 2019.
- BRASIL. **Decreto de nº 4.773, de 3 de setembro de 2003**. Brasília: Presidência da República, 2003a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/D4827.htm. Acesso em: 24 nov. 2019.
- BRASIL. **Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003**. Brasília: Presidência da República, 2003b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.683.htm. Acesso em: 24 nov. 2019.

BRASIL. **Lei nº 11.346, de 7 agosto de 2006**. Brasília: Presidência da República, 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm. Acesso em: 24 nov. 2019.

BRASIL. **Decreto nº 6.412, de 25 de março de 2008**. Brasília: Presidência da República, 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20072010/2008/Decreto/D6412.htm. Acesso em: 24 nov. 2019.

BRASIL. **Decreto nº 8.202, de 6 de março de 2014**. Brasília: Presidência da República, 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Decreto/D8202.htm. Acesso em: 24 nov. 2019.

BRASIL. **Decreto nº 9.417, de 20 de junho de 2018**. Brasília: Presidência da República, 2018. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Decreto/D9417.htm. Acesso em: 24 nov. 2019.

BRASIL. **Decreto nº 9.673, de 2 de janeiro de 2019**. Brasília: Presidência da República, 2019. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Decreto/D9417.htm. Acesso em: 24 nov. 2019.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismos e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CÁRITAS. Disponível em: <http://caritas.org.br/> Acesso: 4 set. 2018.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. **Revista Estudos Avançados**, v. 49, n. 17, p. 117-132, 2003.

CASCAVEL. **Lei nº 5.207/2009**. Cascavel: Prefeitura Municipal, 2009. Disponível em: https://www.camaracascavel.pr.gov.br/leis-municipais.html?sdetail=1&leis_id=4901. Acesso em: 25 nov. 2019.

CASCAVEL. **Lei nº 5.844**. Cascavel: Prefeitura Municipal, 2009. Disponível em: https://www.camaracascavel.pr.gov.br/leis-municipais.html?sdetail=1&leis_id=4832. Acesso em: 25 nov. 2019.

CERQUEIRA, Daniel. (et al). **Atlas da violência 2017**. Disponível em <https://https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/downloads/8891-1250-170602atlasdaviolencia2017.pdf>. Acesso em 25 nov 2019.

COLLINS, Patricia Hill. O que é um nome? Mulherismo, Feminismo Negro e além disso. **Cadernos Pagú**, v. 51, p. 1-23, 2017.

COLLINS, Patricia Hill. **O poder da autodefinição**. 1991. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4123078/mod_resource/content/1/Patricia%20Hill%20Collins.pdf. Acesso em: 25 nov. 2019.

CORTES, Soraya Vargas. LIMA, Luciana Leite. A contribuição da sociologia para a análise de políticas públicas. **Lua Nova**, São Paulo, v. 87, p. 33-62, 2012.

ESTIVALET, Anelise Gregis. **Política, gênero e violência no cotidiano: uma análise do projeto mulheres da paz**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2018.

ECKERT, Cornélia. Questões em torno do uso de relatos e narrativas biográficas na experiência etnográfica. **Humanas**, Porto Alegre, v. 19/20, n.1/2, p. 21-44, 1996/1997.

GOHN, Maria da Glória. **História dos movimentos e lutas sociais: construção da cidadania dos brasileiros**. São Paulo: Loyola, 1995.

GOHN, Maria da Glória. Novas teorias dos movimentos sociais na América Latina. *In*: CONGRESO DE LA ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE SOCIOLOGÍA, 28., 2009. **Anais [...]**. Buenos Aires, 2009.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos Sociais e Redes de Mobilizações Cívicas no Brasil Contemporâneo**. Petrópolis: Vozes, 2013.

GUTTERRES, Anelise; VIANNA, Adriana. AGUIÃO, Silvia. Percursos, tensões e possibilidades da participação de movimentos de mulheres e feminista nas políticas governamentais. *In*: LOPES, José Sérgio Leite; HEREDIA, Beatris Maria Alasia de. **Movimentos sociais e esfera pública: o mundo da participação**. Rio de Janeiro: CBAE, 2014. p. 212-236.

HOULE, Gilles. A sociologia como ciência da vida: a abordagem biográfica. *In*: POUPART, Jean. *et al.* **Pesquisa Qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2012, p. 317-336.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Cascavel**. Brasília: IBGE, 2018. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pr/cascavel.html>. Acesso em: 25 nov. 2019.

JACOBI, Pedro R. Movimentos Sociais Urbanos numa época de transição: limites e potencialidades. *In*: SADER, Emir (org.). **Movimentos Sociais na transição democrática**. São Paulo: Cortez, 1987. p. 11-23.

JACOBI, Pedro R. **Movimentos Sociais e Políticas Públicas**. São Paulo: Cortez, 1989.

KNAPIK, Marcia Carneiro. **Movimento Popular de Mulheres no Paraná: 10 anos construindo vida**. Curitiba: CEFURIA, 2005.

LOPES, José Sérgio Leite; HEREDIA, Beatris Maria Alasia de. **Movimentos sociais e esfera pública: o mundo da participação**. Rio de Janeiro: CBAE, 2014.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**. 14. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

MARQUES, Danusa. O que são as cotas para mulheres na política e qual é sua importância? **Revista Eletrônica Gênero e Número**, set. 2018. Disponível em: <http://www.generonumero.media/o-que-sao-as-cotas-para-mulheres-na-politica-e-qual-e-sua-importancia/>. Acesso em: 25 nov. 2019.

MARQUES, Eduardo Cesar. Redes sociais e poder no estado brasileiro: aprendizados a partir das políticas urbanas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 21, n. 60, p. 15-41, 2006.

MELUCCI, Alberto. Um objetivo para os movimentos sociais? **Lua Nova**, n. 17, p. 49-66, jun. 1989.

MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS (MMFDH). **Decreto transfere Secretaria de Política para Mulheres para o Ministério dos Direitos Humanos**. Brasília: MMFDH, 2018. Disponível em: <https://www.mdh.gov.br/todas-as-noticias/2018/junho/decreto-transfere-secretaria-de-politica-para-mulheres-para-o-ministerio-dos-direitos-humanos>. Acesso em: 25 nov. 2019.

MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS (MDH). **Relatório Final da 4ª Conferência Nacional de Políticas para Mulheres**. 2017. Disponível em: https://www.mdh.gov.br/informacao-ao-cidadao/participacao-social/conselho-nacional-dos-direitos-da-mulher-cndm/Relatorio_final_IV_CONFERENCIA_NACIONAL_DE_POLITICAS_PARA_AS_MULHERES.pdf. Acesso em: 25 nov. 2019.

PARANÁ. **Lei nº 16.620, de 28 de outubro de 2009**. Curitiba: Assembleia Legislativa do Estado do Paraná. Disponível em: <http://www.leisestaduais.com.br/pr/lei-ordinaria-n-16260-2009-parana-declara-de-utilidade-publica-a-caritas-arquidiocesana-de-cascavel-cac-com-sede-e-foro-no-municipio-de-cascavel>. Acesso em: 25 nov. 2019.

PIMENTA, Fabrícia Faleiros. **Políticas feministas e os feminismos na política: o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (1985-2005)**. Tese (Doutorado em História) – Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

PINTO, Célia Regina Jardim. **Uma História do Feminismo no Brasil**. São Paulo: Perseu Abramo, 2003.

PINTO, Celi Regina Jardim. As ONGs e a política no Brasil: presença de novos atores. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 49, n. 3, p. 651-613, 2006.

QUEIROZ, Roosevelt Brasil. **Formação e gestão de políticas públicas**. Curitiba: InterSaberes, 2012.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes de movimentos sociais**. São Paulo: Loyola, 1996.

SCHERER-WARREN, Ilse. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. **Sociedade e Estado**, v. 21, n. 1, p. 109-130, 2006.

SOIHET, Rachel. Histórias das mulheres. *In*: CARDOSO, Ciro Flamarion. **Domínios da história**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. p. 399-450.

SCOTT, Joan. Gênero uma categoria útil de análise. **Revista Educação & Realidade**. v. 20. n. 2, p. 71-99, 1995.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, a. 8,

n. 8, p. 20-45, jul./dez. 2006.

TOURAINÉ, Alan. **Igualdade e Diversidade**: o sujeito democrático. São Paulo: EDUSC, 1998.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Número de mulheres eleitas em 2018 cresce 52,6% em relação a 2014**. 2019. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/imprensa/noticiastse/2019/Março/numero-de-mulheres-eleitas-em-2018-cresce-52-6-em-relacao-a-2014> Acesso em: 11 nov. 2019.

UNIÃO BRASILEIRA DE MULHERES. Disponível em: <http://www.facebook.com/UBM-Cascavel-169341203478894>. Acesso em: 30 jan. 2017.

APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO

Você está sendo convidada como voluntária a participar da pesquisa “O ativismo feminista em Cascavel-PR”. Neste estudo, pretendemos analisar o ativismo feminista contemporâneo em Cascavel/PR a partir da trajetória de lideranças femininas. O motivo que nos leva a estudar esse assunto é entender a própria história do movimento feminista em Cascavel/PR, compreendendo o ativismo político e a atuação política feminista, considerando as singularidades e a diversidade nas trajetórias das mulheres e a sua relação com o movimento feminista e as políticas voltadas aos direitos das mulheres. Para este estudo, adotaremos os seguintes procedimentos: pesquisa de campo; coleta de demais materiais como documentos impressos, jornais, mídia, cartilhas, etc.; coleta de dados por meio de narrativas.

Para participar deste estudo, você não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Você será esclarecido em qualquer aspecto que desejar e estará livre para participar ou recusar-se. Informamos ainda que:

- a) a identidade do(a) participante será preservada, pois não serão divulgados nomes ou informações que possam identificar os/as envolvidos/as e/ou local(is) da pesquisa;
- b) os dados obtidos serão utilizados apenas para fins de investigação;
- c) o/a participante pode desistir do estudo a qualquer momento, sem prejuízo algum;
- d) o/a participante sempre poderá obter informações sobre o andamento da pesquisa e/ou seus resultados por meio de *e-mail* e/ou telefone do(s) responsável(is) pela pesquisa (esses contatos devem ser indicados no texto);
- e) a pesquisa apresenta possíveis riscos, danos, desconfortos, exemplificando-os e indicando respectivas medidas de proteção ao/à participante, quando pertinente;
- f) uma via ficará em posse do(a) participante, e a outra sob sua responsabilidade ou da equipe de pesquisa.

Cascavel/PR, dia ____ mês _____ 2019.

PARTICIPANTE:

Nome

COORDENADORA DA PESQUISA:

Antonia Marlene Vilaca

E-mail: antoniavilaca@gmail.com
 Telefone celular: (45) 9 99371400 e (45) 3306-3846
 Doutoranda em Ciências Sociais – UNISINOS
 Orientadora: Profa. Dra. Mirian Steffen Vieira